

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

SABRINY MARYA PANTOJA RODRIGUES

**O USO DA CONCORDÂNCIA EM CONSTRUÇÕES DO TIPO TER/HAVER +
PARTICÍPIO PASSADO: UMA DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS REGISTRADO NO
AMAZONAS NO SÉCULO XIX**

MANAUS-AM

2022

SABRINY MARYA PANTOJA RODRIGUES

**O USO DA CONCORDÂNCIA EM CONSTRUÇÕES DO TIPO TER/HAVER +
PARTICÍPIO PASSADO: UMA DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS REGISTRADO NO
AMAZONAS NO SÉCULO XIX**

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Grace dos Anjos Freire
Bandeira

MANAUS-AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R696u Rodrigues, Sabriny Marya Pantoja
O uso da concordância em construções do tipo ter/haver +
particípio passado : uma descrição do português registrado no
Amazonas no século xix / Sabriny Marya Pantoja Rodrigues . 2022
141 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Grace dos Anjos Freire Bandeira
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Particípio. 2. Concordância. 3. Forma. 4. Significado. 5.
Gramaticalização. I. Bandeira, Grace dos Anjos Freire. II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

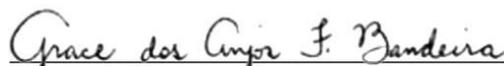
SABRINY MARYA PANTOJA RODRIGUES

**O USO DA CONCORDÂNCIA EM CONSTRUÇÕES DO TIPO TER/HAVER +
PARTICÍPIO PASSADO: UMA DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS REGISTRADO NO
AMAZONAS NO SÉCULO XIX**

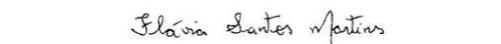
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras na área de Estudos da Linguagem.

Aprovada em 30 de maio de 2022.

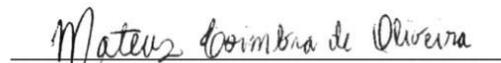
BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Grace dos Anjos Freire Bandeira (UFAM)



Profa. Dra. Flávia Santos Martins (UFAM)



Prof. Dr. Mateus Coimbra de Oliveira (UFAM)

Dedico este trabalho a Gracilene Pantoja e Sabino Rodrigues Neto (meus pais). A Graziely e Sabino Bisneto (meus irmãos).

AGRADECIMENTOS

São tantos a quem dizer: obrigada!

A Deus, por toda a força, saúde e por conduzir meus passos nesta caminhada.

A meus pais, Sabino e Gracilene, por todo o amor, cuidado e ensinamento, e por estarem sempre por perto dando o apoio necessário em toda a minha formação pessoal e intelectual.

Aos meus irmãos, Graziely e Sabino Bisneto, pelo conforto das gargalhadas em meio às dificuldades e por compreenderem minha ausência por conta de árduas horas de estudo e trabalho.

À prof.^a Grace Bandeira, por acreditar em mim desde o início e por nunca deixar o desânimo me abater, me conduziu com competência e seriedade, principalmente, nos momentos de desespero, graças à sua grande força intelectual e humana, eu segui até o final.

Ao professor Mateus Coimbra, por despertar em mim o interesse pela Linguística e por partilhar comigo as primeiras ideias sobre o tema desta dissertação.

Aos membros da banca examinadora, por aceitarem ler meu trabalho e por suas valorosas contribuições.

Aos professores da graduação e do PPGL, por compartilhar seus conhecimentos.

A Estefani, por me acolher em todos os momentos, tornando a vida mais leve, e por sempre acreditar em mim.

A Clau, minha companhia em momentos de desespero, por todo o incentivo, pelos ‘empurrões’ e ‘puxões de orelha’, e por nunca deixar eu desistir.

À tia France e ao tio Pedro, por permitirem que eu pudesse arranjar tempo, em meio a duras rotinas de trabalho, para perseguir meu sonho.

Às minhas amigas, Taiane, Jasmine, Rosiane, Manuella, Larissa, Anne, Savana, Jane e Zina, e ao meu amigo, Felipe, por depositarem em mim fé, confiança e por acreditarem na minha capacidade.

Aos meus tios (em especial à tia Mara), primos e todos aqueles que, ao menos uma vez, dirigiram-me palavras de incentivo e de conforto.

À colega Samara, por ser sempre tão solícita quando surgiam dúvidas sobre o mestrado.

À Universidade Federal do Amazonas e ao PPGL, por proporcionar a mim e a tantos outros discentes uma formação de excelência.

Nem tudo tinham os antigos, nem tudo temos os modernos; com os haveres de uns e outros é que se enriquece o pecúlio comum!

Machado de Assis

RESUMO

Basta que se cotejem as gramáticas normativas/tradicionais brasileiras para notarmos um consenso entre os gramáticos tradicionais de que o uso do particípio junto aos verbos *ter/haver* se realiza com sua forma invariável em relação a gênero e número. Entretanto, em situações menos monitoradas de fala ou escrita, é comum nos depararmos com construções de particípio flexionado, mesmo diante de *ter/haver*. A problemática central deste trabalho surge a partir da constatação de que a construção com particípio flexionado e a construção com particípio não flexionado não são somente estruturalmente diferentes, mas podem, em certos contextos, assumir sentidos diferentes. Almeida (2009) já apontava, em sua gramática, tais diferenças de sentido entre '*Tenho corrigido as lições*' e '*Tenho corrigidas as lições*', por exemplo. Assim, reconhecendo a existência das duas construções e considerando o tratamento dado ao particípio em Gramáticas Prescritivas do Português Brasileiro, este trabalho tem como objetivo geral: Analisar o uso da concordância em sentenças ativas com *ter/haver* + particípio passado nas cartas comerciais do século XIX da empresa de J.G Araújo (1881), registradas no Amazonas; destacando o exercício de novas funções (e/ou novos sentidos) em razão da alternância de sua natureza gramatical. À luz do Funcionalismo Linguístico norte-americano, que prioriza o estudo da língua em situação comunicativa e reconhece a exibição de mecanismos emergentes na língua como consequência da necessidade de formas mais expressivas ou de atender aos seus propósitos comunicativos, nossa análise descritiva contempla o particípio, por exemplo, que, de verbo, assume também ser adjetivo, e que alterna entre as duas categorias gramaticais dependendo do contexto sintático em que está inserido. Para isso, coletamos os dados em 90 cartas, totalizando 54 ocorrências com particípio inserido na construção do tipo *ter/haver*. Analisamos qualitativamente o contexto sintático das construções de tempo composto e do único dado encontrado com particípio flexionado, evidenciando fatores como *tipo de sujeito, tipo de objeto, posição do complemento, presença ou ausência de material entre particípio e complemento, conjugação, transitividade verbal, marcação e iconicidade*. Como resultado das nossas pesquisas em torno do particípio, percebemos que é problemático fazer afirmações categóricas quanto ao desaparecimento definitivo ou à permanência de estruturas com particípio flexionado, já que, em determinadas circunstâncias, a sintaxe de particípio flexionado sobrevive, e em outras ela é bloqueada. Desse modo, evidenciamos que a estrutura sintática em que o particípio se apresenta pode diretamente influenciar a interpretação do particípio como [+verbal] ou [+adjetival]. Com este trabalho, buscamos, a partir da descrição do uso do particípio em cartas do século XIX, começar a elucidar questões que envolvem as motivações para a permanência do particípio flexionado em construções com *ter/haver*, que chegam até os tempos modernos, possivelmente, por razões semânticas, isto é, por uma questão de diferenciação dos sentidos que cada estrutura comporta. Porém, compreendemos que há um caminho longo ainda a ser percorrido nesse estudo.

Palavras-chave: Particípio. Concordância. Forma. Significado. Gramaticalização.

ABSTRACT

It only takes to compare normative/traditional Brazilian grammars to notice a consensus among traditional grammarians that the use of the participle together with the verbs *ter/haver* takes place with its invariable form about gender and number. However, in less monitored speech or writing situations, it is common to come across inflected participle constructions, even in the face of the verbs *ter/haver*. The central issue of this work arises from the observation that the construction with an inflected participle and the construction with an uninflected participle are not only structurally different, but can, in certain contexts, assume different meanings. Almeida (2009) already pointed out, in his grammar, such differences in meaning between sentences as ‘Tenho corrigido as lições’ and ‘Tenho corrigidas as lições’. Therefore, recognizing the existence of the two constructions and considering the treatment given to the participle in Prescriptive Grammars of Brazilian Portuguese, this work has the general purpose: To analyze the use of agreement in active sentences with *ter/haver* + past participle in commercial letters of the 19th century from the company of J.G Araújo (1881), registered in Amazonas; emphasizing the exercise of new functions (and/or new meanings) due to the alternance of its grammatical category. By assumptions of the North American Linguistic Functionalism, which prioritizes the study of language in a communicative situation and recognizes emergent mechanisms in language as a consequence of the need for more expressive forms or to attempt communicative purposes, our descriptive analysis contemplates the participle, for example, which, from a verb, also assumes to be an adjective, and which alternates between the two grammatical categories depending on the syntactic context in which it is inserted. Our data comes from 90 letters, totaling 54 occurrences with a participle inserted in the construction of the *ter/haver* type. We qualitatively analyzed the syntactic context of *ter/haver* + participle constructions and the only datum found with inflected participle, highlighting factors such as subject type, object type, object position, presence or absence of intervening material between participle and object, conjugation, verbal transitivity, markedness and iconicity. As a result of our research around the participle, we realized that it is problematic to make categorical statements regarding the definitive disappearance or permanence of inflected participle structures, since, in certain circumstances, the inflected participle syntax survives, and in others it is blocked. Therefore, we could verify that the syntactic structure in which the participle appears can directly influence the interpretation of the participle as [+verbal] or [+adjectival]. With this work, we seek, from the description of the usage of the participle in letters from the 19th century, to begin to elucidate questions that involve the motivations for the permanence of the inflected participle in constructions with *ter/haver*, which reach modern times, possibly, for semantic reasons, in other words, as matter of differentiating the meanings that each structure has. However, we understand that there is still a long way to go in this study.

Keywords: Participle. Agreement. Form. Meaning. Grammaticalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura transitiva- predicativa.....	75
Figura 2 - Estrutura de tempo composto	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Amálgama de conjugação e ordem	118
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Propriedades sintáticas de formas [v+do] não-verbais [+Adj].....	27
Quadro 2 - Propriedades sintáticas de formas [v+do] como particípio passivo	28
Quadro 3 - Paradigma de conjugação do particípio do latim ao português.....	42
Quadro 4 - Representação dos verbos de padrão especial.....	45
Quadro 5 – Variáveis linguísticas controladas	90
Quadro 6 - Notações das construções de tempo composto e de particípio flexionado no PB 106	
Quadro 7 - Flexão de particípio e mudança de sentido	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de ocorrências encontradas em pesquisa na Web.....	25
Tabela 2 - Tabela geral de ocorrências com participio	108
Tabela 3 - Tipo de sujeito em construções de tempo composto	109
Tabela 4 - Tipo de objeto em construções de tempo composto	110
Tabela 5 - Posição dos complementos em construção de tempo composto	111
Tabela 6 - Material interveniente em construções de tempo composto	113
Tabela 7 - Transitividade dos verbos - perspectiva tradicional	115
Tabela 8 - Conjugação do verbo em construção de tempo composto	117
Tabela 9 - Ordem V P C amalgamada às conjugações	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
1.1 Os verbos <i>ter/haver</i>	29
1.1.1 Gramaticalização de <i>ter/haver</i>	31
1.1.2 Estabilidade/Uniformitarismo.....	35
1.2 Falando em mudança, afinal, quem é o participípio?	38
1.3 A problemática que envolve as classes de palavras.....	47
1.3.1 Definindo verbo e adjetivo	50
1.3.2 Breve discussão sobre a classe do participípio	52
1.3.3 O que dizem as gramáticas	57
1.4 Tempo composto de voz ativa	63
1.5 O que dizem alguns trabalhos linguísticos sobre o participípio	69
1.5.1 TEIXEIRA DA SILVA (2008).....	70
1.5.2 MIARA (2013)	71
1.5.3 MEDEIROS (2014)	73
1.5.4 CASTILHO (2019)	78
1.6 Concluindo o capítulo	80
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DA PESQUISA	81
2.1 O gênero carta no acervo de J.G Araújo	81
2.2 Constituição da amostra.....	83
2.3 O tratamento dos dados: descrição e análise linguística.....	89
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	96
3.1 <i>Ter/haver</i> + participípio flexionado – outras construções.....	98
3.1.1 Noções de significado e sentido.....	99
3.1.2 O fenômeno em foco – a construção <i>ter/haver</i> + participípio flexionado.....	102
3.2 Descrição do contexto morfossintático das estruturas de tempo composto em cartas do século XIX	107
3.2.1 ‘Tipo de sujeito’	109
3.2.2 ‘Tipo de objeto’	110
3.2.3 ‘Posição do complemento (ordem dos constituintes)’	111
3.2.4 ‘Material interveniente’	113
3.2.5 Transitividade dos verbos – perspectiva tradicional.....	114
3.2.6 Conjugação do verbo	117

3.3 Descrição do contexto morfossintático de estruturas com particípio flexionado em cartas do século XIX	120
3.3.1 O particípio “efetuadas” em nosso <i>corpus</i>	120
3.3.2 Outro exemplo também do século XIX	126
3.4 Concluindo o capítulo (Sintetizando as análises)	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

Refletindo sobre as flutuações do particípio, tema que há muito tempo me desperta interesse, fico diante de um estranhamento: como lidar com as relações de concordância de gênero e número que o particípio mantém com o complemento em supostas construções de tempo composto?

Recordo-me de já ter visto em determinadas gramáticas normativas, como na Gramática Metódica da Língua Portuguesa (ALMEIDA, 2009, p. 293), comentários sobre haver diferenças entre sentenças como em:

- (1) **Tenho corrigido** muitas lições.
- (2) **Tenho corrigidas** muitas lições.

Entretanto, lembro-me também de que tais menções costumavam ser breves. Construções que seguem a estrutura sintática em (1), com grande frequência, recebem atenção dos gramáticos modernos, todavia a construção sintática em (2) já não é mais descrita por este mesmo modelo de gramática. Quando há referência ao tipo de construção em (2), geralmente, justifica-se dizendo que esse tipo de construção em que o particípio passado flexiona em gênero e número, quando ao lado dos verbos *ter/haver*, não é mais algo recorrente na língua. A exemplo das breves considerações que ainda se fazem a respeito da construção em (2), destaco a de Almeida (2009) que, em sua gramática, introduz um comentário sobre as diferenças existentes entre as orações 1 e 2. Segundo o autor, em (1) temos uma oração que equivale a dizer que “há tempos venho corrigindo lições”, e, em (2), o sentido é de que “tenho já prontas e corrigidas as lições” (ALMEIDA, 2009, p. 293-294). Na sequência, a discussão logo se encerra e ficamos sem maiores detalhes sobre a estrutura sintática encontrada em (2).

Em Moderna Gramática Portuguesa (BECHARA, 2009), observamos que, apesar de o autor destacar que o uso da concordância do particípio com o objeto direto, no português, ocorreu apenas entre os séculos XVII e XVIII, ele também menciona o exemplo em (3) para introduzir o conceito de Resultado produtivo (BECHARA, 2009, p. 216), que será mais bem detalhado nas próximas seções:

- (3) **Tenho escritos** dois livros

Partindo inicialmente do que dizem os modelos de gramática moderna, propusemos repensar o que chamamos de desaparecimento de construções com particípio flexionado diante de *ter/haver*. Consideramos a ideia em Castilho (2019, p. 375) a respeito de, em algumas

circunstâncias, haver uma “sobrevivência” da sintaxe antiga (aquela que seria formada com o particípio flexionado). Isso nos impulsionou a pensar em quais seriam as circunstâncias a que o autor fazia referência, o que nos levou a analisar exemplos semelhantes aos citados por Castilho (2019, p. 375):

(4) [20,1 CP RJ] Elle é uma bello camarada com que mantemos negocios e de quem **só tenho recebidos obsequios**, além disso tem, pelo Paixão, as melhores informações de todos nós.

Os exemplos citados pelo autor fazem parte de um conjunto de dados retirados de cartas escritas entre os séculos XVIII e XIX. No entanto, se no século XXI ainda ouvimos dizer ou se uma simples busca na internet nos permite encontrar sentenças, como o exemplo em (5), isso significa dizer que algum componente, seja ele morfológico, sintático ou semântico permite ao falante, ainda hoje, utilizar a concordância entre o particípio e o termo a que ele faz referência na oração. A exemplo de buscas na internet, encontramos sentenças do tipo:

(5) Apreensão desta terça (16) ocorreu no bairro da Lagoa, em Cruzeiro do Sul. No domingo, PM **tinha apreendidos** 720 quilos de carne de calça [sic] e 83 jabutis vivos.ⁱ (16/04/2019).

Em (5), nota-se que o particípio do verbo *apreender* (*apreendido*) estaria concordando em gênero e número com o constituinte composto por dois núcleos masculinos: “quilos” e “jabutis”. No que diz respeito à concordância em número, ela se faz de maneira evidente com o acréscimo do <s>, entretanto, a respeito da concordância em gênero, não se sabe ao certo se o falante/escritor realizou efetivamente a concordância no gênero masculino ou apenas utilizou a forma invariável do particípio. Todavia, os exemplos em (6) e (7), também encontrados na internet, deixam clara a realização da concordância de gênero e de número, visto que há o acréscimo do <s>, e modificação de <o> em <a>, marcando, notadamente, o gênero feminino da palavra:

(6) Os negociantes **têm apreendidas** somente as **carretas** que tinham sido introduzidas no clarear do dia.ⁱⁱ [sd/2007]

(7) Os agentes da PRF já **tinham apreendidas** na terça-feira (19), **outras mercadorias de procedência duvidosa**, em duas investidas.ⁱⁱⁱ [20/11/2019]

Comparando os exemplos do século XVIII e XIX com os do século XXI, parece haver uma regularidade em sincronias distintas, regularidade que pode ter se estabelecido também em

séculos anteriores ao século XVIII. Isso nos leva ao princípio do Uniformitarismo (Pancronia) que pressupõe a existência de regularidades na mudança linguística. Para a sociolinguística laboviana¹, a hipótese do Uniformitarismo sustenta a ideia de que as forças que operaram para produzir mudança no passado são as mesmas que atuam para produzir mudanças no presente (LABOV, 2008). Nesse contexto, além dos exemplos apresentados acima, consideramos outros que serão expostos no Capítulo 1, retirados principalmente de gramáticas históricas e de outros trabalhos que dão atenção a essa categoria de palavras² denominadas, *particípio*.

Num contexto gramatical prescritivo, estaria o *particípio* inserido numa subclasse dos verbos chamada ‘formas nominais do verbo’. Em princípio, subentende-se, a partir dessa nomenclatura, que os *particípios* são nomes derivados de uma forma verbal, e, por esta propriedade nominal, apresenta traços [+Gen] e [+Num], não apresentando, por sua vez, traços de tempo, modo, aspecto. Em geral, nas gramáticas modernas, registram-se, pelo menos, quatro contextos sintáticos em que o *particípio* aparece: em sentenças ativas (tempo composto³ - formado por *ter/haver* + *particípio* passado), em sentenças passivas (formadas por *ser/estar* + *particípio*), em orações reduzidas de *particípio* e pode aparecer inserido em qualquer SN qualificando/caracterizando um nome.

Segundo Jardim (2019), o português herda do latim o sufixo *-do*, invariável que forma os tempos compostos (com *ter/haver*), e *-do(s)* e *-da(s)*, variável, bem como formas rizotônicas, que formam a voz passiva (com *ser*). Sabemos que, atualmente, há uma única construção que a norma padrão prescreve como devendo permanecer invariável: a construção de tempo composto. E em relação a isso não nos opomos. Tradicionalmente, a construção de tempo composto se faz com o *particípio* na forma invariável e, portanto, ao deixar de lado os traços de [Gen] e [Num], morfossintaticamente, assume o caráter verbal.

Vale ressaltar que a principal discussão feita neste trabalho é a respeito da ‘confusão’ e ‘contradições’ que se impõem frente à postura da grande maioria das gramáticas ao

¹ Também chamada de Teoria da Variação e Mudança Linguística ou Sociolinguística Quantitativa; por vezes, simplesmente sociolinguística.

² A princípio, adotamos o conceito de palavras definido em Basílio (2011) como unidades que compõem um enunciado. A autora vai dizer que tais unidades podem ser agrupadas em classes ou categorias gramaticais a partir de critérios morfológicos, sintáticos ou semânticos.

³ Entendemos aqui as construções de tempo composto como uma categoria que está inserida nas locuções verbais (ou construções perifrásticas). De acordo com Bechara (2009), as locuções verbais são constituídas por uma das diversas formas de um verbo auxiliar + um verbo chamado principal na forma de infinitivo, gerúndio ou *particípio*. Do mesmo modo, as construções de tempo composto também correspondem à relação entre dois verbos, entretanto, alguns autores definem como auxiliares exclusivos desse tempo os verbos *ter/haver* combinados ao *particípio* passado. Bechara (2009, p. 230), por exemplo, diz que “*ter, haver* (raramente) e *ser* (mais raramente) se combinam com o *particípio* do verbo principal para constituírem novos tempos chamados *compostos* que, unidos aos simples, formam o quadro completo da conjugação da voz ativa”. Portanto, é esta aceção de *tempo composto* que adotamos no nosso trabalho.

apresentarem apenas a construção *ter/haver* + particípio não flexionado, sem levar em consideração uma segunda construção existente, ainda no português brasileiro, que é *ter/haver* + particípio flexionado.

Retornando às diferenças de sentido entre a forma de particípio flexionada [Part_Flx.] e a forma de particípio não flexionada [Part_N.Flx.] diante de *ter/haver*, suscitamos a ideia de que o uso do particípio passado brasileiro, nessas construções específicas, sofre determinada inconstância, propulsora, principalmente, de um desencontro entre norma padrão⁴ e uso. Tal desacordo não permite ao usuário da língua, ou mais propriamente ao estudante que está em contato direto com a gramática normativa, perceber as nuances semânticas acarretadas pela concordância ou não concordância entre o particípio passado e o elemento a que ele está diretamente ligado (geralmente o complemento direto⁵).

Assumindo a posição de que há diferenças de sentido entre as construções de particípio flexionado e particípio não flexionado diante de *ter/haver*, passemos a pensar primeiramente num contexto normativo. Se por um lado temos autores como Lima (2007 [1972]) e Cunha e Cintra (2008 [1985]), que não trazem a cargo de discussão as diferenças acarretadas pela relação de [+concordância ou -concordância] do particípio por outro, temos Almeida (2009), que reconhece tais diferenças, apesar de não se alongar na discussão, e Bechara (2009 [1961]), que aponta a existência da relação de concordância do particípio com o objeto direto no português entre os séculos XVII e XVIII, ressaltando, entretanto, o desaparecimento definitivo dessas construções.

Dentro desse contexto descritivo, encontra-se escassa e, muitas vezes, incompleta argumentação em favor da diferença de sentido entre as duas construções a que fazemos menção. Isso pode nos levar a pensar numa possível sinonímia, já que se entende que ambas as orações apresentam o mesmo valor de expressão. Ressaltamos, ainda, que o problema se intensifica quando alguns autores apontam um caráter arcaico daquela que é formada por particípio passado flexionado, como em:

(8) **Tem pisada** a areia (BECHARA, 2009, p. 216)

⁴ Tomamos a acepção de *norma padrão* do português, como aquela apontada em Coelho *et al.* (2010) que a define como o ideal de língua prescrito nas gramáticas e nos livros didáticos, adotado pelo ensino tradicional de língua materna e por diversos espaços na mídia.

⁵ A noção de *complemento direto* (ou *objeto direto*) que abarcamos nesta pesquisa é aquela tradicionalmente definida como um “signo léxico de natureza substantiva (substantivo ou pronome) não introduzido por preposição necessária” (BECHARA, 2009, p. 416). Obs.: Sintaticamente, Perini (2005, p. 80-81) define o objeto direto como um constituinte que apresenta o conjunto de traços [-CV, + ANT, +Q, -CN], ou seja, um constituinte que não mantém relação de concordância com o verbo, pode estar anteposto em frases correspondentes, pode ser retomado pelo elemento *o que* e não mantém relação de concordância com nem um outro termo da oração (p. 82).

Já que, em tese, estruturas idênticas a essa sobreviveram com alguns verbos, conforme apontamos anteriormente em *tem escritos dois livros, tem corrigidas as lições*, entre outros tantos exemplos.

Assim, se assumíssemos a sinonímia entre estas construções e aquela que se realiza com o particípio invariável, poderíamos tratar este caso como variação (nos termos da sociolinguística), em que, de um lado, teríamos uma forma privilegiada e aceita pela gramática normativa (forma não flexionada), e, de outro, teríamos uma forma não privilegiada e não contemplada pela norma padrão (forma flexionada). Tratar-se-iam, pois, de duas variantes iguais em valor de verdade e significado representacional, mas com significados sociais distintos. No entanto, a posição que assumimos neste trabalho é a de que a diferenciação de sentido existe, ainda que o falante, em princípio, não se dê conta dessas diferenças, e que ela não seja vista ‘numa camada superficial da língua’ ou ainda que ela não aconteça categoricamente com todas as construções nem com todos os particípios.

Esta posição surgiu a partir de uma hipótese inicial:

a) Se tais construções resistem até os dias atuais, mesmo após, aparentemente, ter sido concluído o processo de gramaticalização de *ter/haver*⁶ (MEDEIROS, 2014; CASTILHO, 2019) que resultou na ampla preferência pelo particípio não flexionado, algum tipo de informação, seja morfológica, semântica, discursiva ou pragmática contribui para a resistência dessas formas flexionadas.

Desse modo, entendemos que, se a língua é formada por mais de uma estrutura de particípio⁷ (flexionado ou não flexionado quando ao lado de *ter/haver*), ainda que o falante, em princípio, não assuma uma predileção consciente, é porque algum tipo de informação, que não se manifesta claramente na língua, determina essa realização. E é esse o foco de nossa investigação. Descrever os contextos sintáticos em torno das construções com particípio flexionado e não flexionado e discutir as motivações morfossintáticas e/ou semânticas para a permanência das construções consideradas “arcaicas” são, então, alguns dos objetivos que traçamos para testar nossa hipótese inicial.

Como veremos adiante, construções sintaticamente semelhantes às do exemplo 2, citado anteriormente, já foram bastante utilizadas no português arcaico, chegando a serem

⁶ Para autores como Castilho (2019), os verbos *ter/haver* passaram pelo processo de gramaticalização, ou seja, esvaziaram-se de sentido lexical (perdendo o sentido de posse, por exemplo) e passaram a compor sentenças como elementos gramaticais, como verbos auxiliares. Para maiores detalhes, ver Medeiros (2014) e Castilho (2019, vol. 4, p. 193-194).

⁷ Para esta pesquisa não fazemos distinção entre as formas regulares e irregulares.

consideradas, inclusive, como construção primária, conforme Silva (2006), Medeiros (2014), Castilho (2019), dentre outros. Assim, em determinada época da história do português brasileiro, as ditas construções de tempo composto surgem como forma inovadora tomando espaço na língua e chegando até os dias atuais como a forma mais amplamente utilizada.

Como nos interessava compreender as mudanças pelas quais passou o particípio passado, consideramos os trabalhos de Silva (2006), que nos dão um panorama bem completo do português arcaico, as gramáticas históricas de Said Ali (1931) e Coutinho (1976[1938]), que nos encaminham numa visão mais tradicional às construções e aos usos do particípio no português antigo, dentre outros trabalhos importantes da linguística histórica. Também é nosso objetivo, no capítulo 1, ocuparmo-nos da descrição do particípio passado no português moderno e, para isso, trouxemos a visão da norma padrão em gramáticas como a de Cunha e Cintra (2001 [1985]), LIMA (2007 [1972]) E BECHARA (2009 [1961]).

Não podemos cair no erro de achar que tudo que fazem os gramáticos é passível de crítica, uma vez que se propõem a fazer um compilado de uma gama muito ampla de temas relacionados à língua, que é um objeto dinâmico e está em constante transformação. Porém, não podemos deixar de concordar que algumas situações e alguns fenômenos poderiam ser mais bem explicados, ou, minimamente, poderiam receber maior atenção. Almeida (2009) e Bechara (2009 [1961]), dentre os autores de gramáticas modernas consultados, são os únicos que reconhecem as diferenças de sentido provocadas pela flexão de gênero e número do particípio diante de *ter/haver*, mas não há nada além disso que possa nos trazer maiores elucidções. Ressaltamos, por exemplo, o problema teórico de inserir uma categoria gramatical nominal em uma verbal, problema com o qual os gramáticos normativos não parecem se preocupar. Esse, no entanto, não era um problema na gramática de Dionísio da Trácia, já que o particípio era uma categoria à parte.

Ao que parece, não é propósito das gramáticas prescritivas gerar esse tipo de discussão, mas essa indeterminação impulsiona questionamentos aos leitores mais atentos: afinal, o particípio é verbo ou nome? Quando o particípio flexiona em gênero e número, ele perde toda e qualquer propriedade verbal? Quando o particípio permanece invariável, ele deixa de ser nome? O que possibilita que as palavras de determinada classe recebam as desinências, que em tese, seriam próprias de outra? O que permite que o particípio possa não só permanecer invariável, mas também receber as desinências nominais [-a] de gênero e [-s] de número num mesmo contexto sintático?

São esses questionamentos que impulsionam nossa pesquisa. E é diante deste cenário, partindo da concepção das gramáticas normativas e descritivas a respeito do particípio passado

e das contribuições da linguística histórica sobre épocas em que a concordância participial diante de *ter/haver* era comum, que nas seções seguintes trazemos discussões acerca da natureza morfosintática e semântica do particípio, sobretudo, no que se refere às mudanças de categoria gramatical e de sentido provocadas pela realização de [+/- concordância] do particípio com o objeto.

Nesse contexto reflexivo em torno das estruturas que se constroem com o particípio, a abordagem funcionalista traz um olhar que coaduna com os pressupostos da Teoria da Variação e Mudança Linguística quando assume, de acordo com Martelotta *et al.* (1996), que a gramática de uma língua natural não tende a ser estática e acabada, pelo contrário, apresenta sempre dois padrões: os regulares e rígidos e os fluidos, ou seja, aqueles que não são completamente fixos. Nesse sentido, os autores ainda afirmam que, a partir desses padrões fluidos, outros padrões se estabilizam, o que gera uma reformulação na gramática. Essa visão nos permite pensar a gramática como um “sistema adaptativo”: enquanto sistema, é parcialmente autônoma, mas, ao mesmo tempo, é adaptativa na medida em que responde a pressões externas ao sistema” (MARTELOTTA *et al.*, 1996, p. 06).

Nesse sentido, os trabalhos de Neves (1994, 2018) e Castilho (2019) nos guiam numa visão centrada no uso, nos conduzindo também para o confronto entre duas direções da mudança: de um lado, o processo de Gramaticalização (HOPPER E TRAUGOTT, 2003) e seu caráter Unidirecional (concreto > abstrato) que, neste caso, contemplaria o processo de gramaticalização sofrido pelos verbos *ter/haver* por volta dos séculos XIV, XV e XVI (MEDEIROS, 2014), e que desencadearia o exercício de novas funções⁸ do particípio, em razão da mudança de sua natureza gramatical [+verbo]. Do outro, a Estabilidade (FERREIRA, 2015) que, de certa forma, acolhe o princípio do Uniformitarismo, que assume que as mesmas forças linguísticas e sociais que atuam sobre a mudança no presente, atuam também no passado (GÖRSKI e TAVARES, 2013; ROSA, 2015).

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar o uso da concordância em sentenças ativas com *ter/haver* + particípio passado em cartas comerciais do século XIX da empresa de J.G Araújo, registradas no Amazonas, destacando o exercício de novas funções (e/ou novos sentidos) em razão da alternância de sua natureza gramatical.

E como objetivos específicos:

⁸ Para este trabalho, adotamos a definição de função segundo o valor de “papel de uma palavra em uma oração”, que é a definição adotada pela tradição gramatical (NEVES, 2018).

a) Descrever o contexto sintático em torno das construções de tempo composto, formadas de *ter/haver* + *particípio não flexionado* em cartas da empresa de J.G Araújo, registradas no século XIX (1881)

b) Investigar um possível desaparecimento (ou constatar a continuidade/existência) de sentenças ativas do tipo *ter/haver* + *particípio flexionado* no século XIX;

c) Em se detectando a existência de construções em que o *particípio*, sucedendo *ter/haver*, mantém as relações de concordância com o constituinte/sintagma a que está ligado, descrever o contexto morfossintático e semântico em que ele aparece; evidenciando as possíveis motivações de tais naturezas para a permanência dessas construções com o *particípio flexionado*;

d) Explorar princípios de marcação e de iconicidade e a noção de transitividade, sob o viés do funcionalismo, analisando o uso do *particípio flexionado* em construções com *ter/haver*.

Para alcançar nossos objetivos, as perguntas de pesquisa que nortearam este trabalho são:

1. Como se davam as relações de concordância do *particípio* com o objeto direto em construções com *ter/haver* cartas do século XIX no Amazonas?

2. No século XIX, já era possível identificar o desaparecimento definitivo das formas de *particípio flexionado* quando ao lado de *ter/haver*?

3. Partindo do pressuposto de que as construções em que havia concordância entre o *particípio* e o elemento a que se referia eram as primárias, por que nem todos os *particípios* permitiam que houvesse uma relação de concordância com o objeto em um uso natural da língua?

4. Havia algum componente morfológico e/ou semântico na estrutura do *particípio* (ou do verbo que dá origem ao *particípio*) que condicionasse a flexão de gênero/número produzindo sentidos diferentes?

Para o desenvolvimento desta pesquisa, organizamos esta dissertação em 3 capítulos.

No Capítulo 1, procedemos a uma significativa apresentação do *particípio passado* brasileiro, apoiando-nos em trabalhos da Linguística Histórica para traçarmos esse percurso ao longo da história do português brasileiro, evidenciando aspectos do Latim Clássico e Vulgar quando eram necessários alguns esclarecimentos que envolvessem principalmente a morfologia dessa categoria de palavras. O propósito aqui foi evidenciar possíveis aspectos morfossintáticos e/ou semânticos dos *particípios* ou das estruturas sintáticas antigas, antes de dar um início efetivo às análises. Ainda no Capítulo 1, evidenciamos a contribuição dos estudos que tratavam da mudança sob o viés do processo de gramaticalização da teoria funcionalista, investigando

também as motivações funcionais (tais como marcação e iconicidade) que pudessem contribuir para a resistência da forma flexionada do particípio, quando ao lado de *ter/haver*, mesmo após o processo de gramaticalização desses verbos aparentemente ter sido concluído. Tratamos também do princípio do Uniformitarismo a fim de discutir se a permanência do particípio flexionado, ao lado de *ter/haver*, pudesse estar condicionada pelas mesmas regras que atuaram no passado quando o particípio passou de flexionado a invariável. No primeiro capítulo, ainda fizemos uma revisão de literatura, evidenciando estudos que tratavam do particípio, assim como abordamos o aporte teórico funcionalista no que diz respeito à forma e função.

No Capítulo 2, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados, a constituição da amostra e os procedimentos de coleta de dados, bem como, definimos os grupos de fatores a serem controlados e os passos para a análise descritiva dos dados encontrados. Trabalhamos com cartas do século XIX, todas endereçadas à empresa de aviamento do Comendador J.G Araújo e Irmãos, localizada na cidade de Manaus no século XIX. O objetivo aqui foi identificar o particípio em construções com *ter/haver* e avaliar a possibilidade de ter havido o desaparecimento definitivo das construções com particípio flexionado nessas construções já nesse século.

Por fim, no Capítulo 3, apresentamos a análise descritiva dos dados e discussão dos resultados parciais obtidos. A análise dos dados se deu em dois momentos. Primeiro, descrevemos o contexto sintático das construções de tempo composto. No segundo momento, analisamos o contexto sintático em torno da construção com particípio flexionado encontrada e discutimos aspectos da forma e da função do particípio naquele determinado contexto, bem como as motivações de natureza morfológica, sintática e semântica para permanência dessa construção e de outras construções, que pudessem aparecer com o particípio flexionado.

Com esta investigação, dedicamo-nos, a partir da descrição do uso do particípio em sentenças do tipo *ter/haver* nas cartas de J.G Araújo, a, se não responder satisfatoriamente às questões propostas neste trabalho, pelo menos trilhar caminhos que propiciassem o debate em torno de uma classe tão heterogênea quanto a classe dos particípios.

CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Temos observado que, dentro dos estudos linguísticos, o tema que envolve o particípio recai muito sobre a oposição entre as suas formas regulares e irregulares. Em trabalho de iniciação científica (2017), por exemplo, deparo-me com um questionamento sobre a motivação para determinadas formas participiais regulares e irregulares serem aceitas livremente em constituintes nominais como em:

- (9) a. O documento estava incluído na lista
 b. O documento estava incluso na lista

E outras formas participiais apresentarem uma restrição para este uso, aceitando o exemplo em (10a), mas não em (10b):

- (10) a. Um homem foi morto a tiros
 b. * Um homem foi matado/morrído a tiros

O questionamento ali proposto já apontava um caráter muito peculiar do particípio: dentro dessa categoria, há outras subcategorias que se configuram de maneiras distintas na sentença ainda que haja um relativo consenso entre as gramáticas tradicionais (doravante GT) sobre determinado uso do particípio. Exemplo é quando alguns gramáticos (LIMA, 2007 [1972]; CUNHA E CINTRA, 2001 [1985]; PERINI, 2010) defendem o uso dos particípios duplos em distribuição complementar, ou seja, atuando a forma regular em sentenças ativas (*ter/haver* + particípio) e a forma irregular em sentenças passivas (*ser/estar* + particípio). Sabemos, no entanto, que existem vários problemas nessa distribuição. Para Mória (2004, p. 118),

[...] os verbos de particípio duplo não se comportam da mesma maneira, usando o particípio regular num caso e o particípio irregular no outro. Para cada um dos dois contextos relevantes, há uma tendência para o uso maior ou menor de um dos particípios. E registram-se mesmo tendências contrárias às generalizações das gramáticas: há verbos cujo particípio irregular tende a impor-se em todos os contextos (mesmo com *ter*) e há verbos cujo particípio regular tende a impor-se em todos os contextos (mesmo com *ser*).

A respeito do uso da flexão do particípio, observamos também um consenso entre as GTs sobre o uso invariável do particípio junto aos verbos *ter/haver*. A princípio, não parece ser problemática a afirmação, já que, no Português do Brasil (PB), atualmente, a construção de *tempo composto* (formada por *ter/haver* + particípio), realiza-se, quase categoricamente, com a forma participial invariável. Entretanto, aceitamos a existência de uma segunda construção

semelhante, mas que se distingue tanto em nível morfológico, quanto em níveis sintático e semântico. Exemplificamos. Uma busca rápida pela Web nos permite detectar alguns casos de particípio flexionado quando em construções com *ter/haver*. Apesar de o número de ocorrências não ser alto, ou pelo menos não tão alto quanto o número de construções com o particípio não flexionado, não podemos negar que as construções existem, funcionam e são utilizadas, ainda que na escrita.

Assim, encontramos sentenças do tipo

- (11) a. A gente só *tinha escritas* as falas principais, o resto os dois iam duelando^{iv}
 b. Eu *tinha escritos* alguns contos pequenos, breves, que tinham uma espécie de formato possível para jornal^v

Observamos que esses exemplos, aparentemente, são de uso natural, e não nos parece que alguém se oponha às sentenças em (11a-b), mas é evidente que elas se constroem de modo distinto, em vários aspectos, de uma sentença do tipo:

- (12) A gente só *tinha escrito* as falas principais^{vi}

A diferença entre (11a) e (12), por exemplo, se dá em, pelo menos, três níveis:

a) Morfológico – em (11a), o particípio está flexionado em gênero (-a) e número (-s), se aproximando muito mais de uma categoria nominal. Em (12), o particípio está na forma invariável e, tradicionalmente, somado ao *ter*, indica que faz parte do paradigma verbal da conjugação dos tempos compostos.

b) Sintático – Em (11a), o particípio *escritas* funciona como um modificador do constituinte *as falas principais*, fazendo parte, portanto, deste Sintagma nominal (SN). Em (12), o particípio *escrito* atua como núcleo do predicado, constituindo a locução verbal *ter* + particípio que indica a formação de tempo composto no PB.

c) Semântico – Em (12) há uma única interpretação plausível, a de que o sujeito (agente) praticou a ação de *escrever*, e esta ação afetou o objeto (paciente). Já em (11a) há, pelos menos, duas interpretações possíveis: na primeira, o particípio pode não estar fazendo parte da locução verbal, logo não podendo selecionar argumentos, não atribui o papel temático de agente ao sujeito, assim como não podemos dizer, com certeza, que o sujeito tenha sido o agente da ação de *escrever*, mas podemos pressupor que o particípio indica um estado em que esse objeto se apresenta, resultante de um processo verbal – *escritas, prontas, feitas*. O uso da forma flexionada abre espaço para mais de uma interpretação, e uma delas é a de que o sujeito (semanticamente um possuidor) tinha *posse* das *falas*. A segunda interpretação fica a cargo de

uma interpretação [+Verbal] do particípio, semelhante àquela em (12), com a diferença de que, nessa sentença, há uma manutenção clara das relações de concordância.

Com o particípio de determinados verbos como *escrever*, *corrigir*, *apreender*, por exemplo, essa diferenciação semântica se observa com maior facilidade. Mas vejamos os exemplos abaixo também retirados da Web:

(13) a. ? Steve Rogers sabia que o Soldado Invernal ***tinha matados*** os pais do Homem de Ferro^{vii}

b. ? Após cometer o crime, o homem admitiu que ***tinha matados*** o casal e a população o agrediu e amarrou.^{viii}

Parece que, nesses casos, a probabilidade maior é a de que apenas tenha ocorrido um erro de digitação, isso porque a aceitabilidade das sentenças em (13a) e (13b) nos parece ser baixa. Até mesmo em termos numéricos, principalmente por não termos encontrado nenhum resultado com o constituinte “tinha matadas”. Observemos a tabela abaixo:

Tabela 1 - Número de ocorrências encontradas em pesquisa na Web

Estrutura	Ocorrências
“tinha escritos”	± 236 (0,30 seg)
“tinha escritas”	± 168 (0,36 seg)
“tinha matados”	± 30 (0,30 seg)
“tinha matadas”	0 (0,46 seg)

Fonte: autora da pesquisa, 2021⁹

As ocorrências acima foram encontradas a partir de uma busca em sites e páginas da internet por meio do navegador Google Chrome. Utilizando a ferramenta de busca avançada, operamos com filtros a fim de encontrar resultados apenas em páginas em português do Brasil, na tentativa de evitar possíveis traduções automáticas. Empregamos o recurso das aspas para encontrar a expressão exata. Com o retorno de dados, pudemos fazer uma checagem dos resultados obtidos com o intuito de atestar a existência de construções com o particípio flexionado dos verbos *escrever* e *matar*¹⁰.

⁹ Nenhum resultado para “tinha escritos” / “tinha escritas”. Os resultados encontrados para “tinha mortos” correspondem a um constituinte com *ter* no sentido de *existir* e *mortos* como substantivo masculino = defunto, cadáver. Para os resultados de “tinha mortas” apenas 4 e não é possível identificar se são de um uso natural da língua ou provenientes de tradução automática.

¹⁰ A escolha dos verbos se deu mediante a hipótese de que são verbos que se comportam de maneira distinta, ou seja, enquanto *escrever* parece admitir com facilidade as desinências de gênero e número, o verbo *matar* parece rejeitar tais desinências num uso natural da língua.

Frisamos que, com estes números, não pretendemos chegar a resultados conclusivos sobre a frequência das construções¹¹, porque não é nosso objetivo com estas buscas. Com estes exemplos iniciais, queremos apenas detectar a existência dessas construções no século XXI e ilustrar o uso da concordância do particípio nas construções em questão no PB atual. Para isso selecionamos, manualmente, alguns exemplos que realmente configuravam-se como uso de particípio. Este contato inicial com os dados da Web nos serviu muito mais como ponto de partida para nossa pesquisa, e, portanto, trouxemos alguns exemplos a fim de sustentar a ideia inicial de que há duas construções paralelas formadas com *ter/haver* + particípio no PB, o que motivou esta pesquisa. Assim, julgamos que os exemplos são úteis para enriquecer a discussão, mesmo porque confirmam a hipótese de que alguns particípios diferem de outros quanto ao uso, às vezes, na mesma estrutura sintática [*ter+particípio*]. Explicamos. Nas construções acima, observamos que o particípio *escrito* recebe com facilidade traços de [+GEN] e [+NUM], mas observamos que o particípio *matado* não. Nem mesmo com o particípio irregular de *matar* parece haver essa aceitabilidade:

(14) Steve Rogers sabia que o Soldado Invernal *tinha mortos os pais do Homem de Ferro^{ix}

Uma hipótese para a ocorrência desse fenômeno pode estar relacionada aos traços [+animado] e [+humano] do núcleo do objeto. Em (13a) e (14), o núcleo do objeto (*pais*) por ser [+animado] e [+humano] parece bloquear a noção de ‘coisa possuída’, portanto, bloqueando o sentido pleno do verbo *ter*¹². O mesmo acontece em (13b) em que o núcleo do objeto (*casal*) também apresenta os traços [+animado] e [+humano]. Em ambas as construções parece haver uma necessidade de a noção verbal principal ser expressa pelo verbo ‘matar’ – particípio verbal *matado*. Por outro lado, o que pode ser observado em (11a) é que, no núcleo do objeto (*falas*), há um traço [-humano] e [-animado], o que talvez permita a noção de ‘coisa possuída’. O mesmo acontece com o núcleo do objeto (*contos*) em (11b). Portanto, para essas duas sentenças parece haver duas possibilidades de construções aceitáveis no PB: a) uma com o particípio

¹¹ Ressaltamos que este método nem poderia (pelo menos não até o momento) servir a propósitos quantitativos por, pelo menos, dois motivos, o primeiro deles é que esse número varia (Às vezes em intervalos de dias, às vezes em intervalos de apenas algumas horas) em virtude de fatores que desconhecemos. O segundo é porque nem todos os resultados encontrados são de usos de particípio. Ou seja, das 236 ocorrências encontradas com “tinha escritos”, encontramos sentenças em que *escrito* funciona não como particípio do verbo *escrever* (nem mesmo como adjetivo), mas como substantivo masculino que indica uma comunicação feita por meio da escrita ou bilhete (HOUAISS, 2015, p. 402).

¹² Podemos estar com a posse ou propriedade de coisas, ou seres animados como animais e plantas. Podemos manter vinculação de parentesco, afetiva ou hierárquica com pessoas, mas o sentido de possuir ‘ter em mãos’, parece ser menos usual quando se refere a ‘pessoas’.

verbal ‘*escrito*’ como NdP indicando a ação ou processo expresso na sentença (tempo composto); b) uma com o particípio nominal “*escrito* (s), *escrita* (s)” funcionando como modificador do objeto.

Nesse contexto, é importante considerar o trabalho de Pimenta-Bueno (1996), que propõe que as formas [v+do]¹³ subdividam-se, primeiramente, em duas: as verbais e não-verbais. Entretanto, surge uma problemática quando as formas [v+do] apresentam como base verbos transitivos diretos, visto que, de acordo com a autora, dependendo do contexto e dos traços que carregam, podem agir como verbos ou adjetivos, e, ainda, em outros contextos, podem apresentar um comportamento “híbrido de adjetivo e verbo”, o que acarreta dificuldades para a sua classificação. Para uma proposta de classificação verbal, a autora diz que a forma [v+do] deve ocorrer posteriormente a *ter/haver* (traço [+V]); para uma classificação adjetival, a autora enumera, pelo menos, oito contextos sintáticos em que o particípio exibe um comportamento somente de adjetivo (traço [+Adj]), e, para uma classificação híbrida, que Pimenta-Bueno vai chamar de particípio passivo, a forma [v+do] deve ocorrer em contextos V_SN ou V_Sadj, com traço ([+Adj] e [+V]). A seguir ilustramos os oito contextos em que o particípio atua como adjetivo, com base em Pimenta-Bueno (1986):

Quadro 1 - Propriedades sintáticas de formas [v+do] não-verbais [+Adj]

Propriedades	Exemplos
1. Posição predicativa	
a) Em posição pós-cópula;	Hélio era assustado [barulhento] _{adj} quando garoto
b) Formas atributivas introduzidas por <i>como</i> ;	Lee Oswald é tido como culpado [responsável] _{adj} pela morte de John Kennedy
c) Como complemento de classe restritiva que inclui os verbos <i>sentir-se, julgar-se, achar-se, considerar-se</i>	Tânia se sente/julga/acha/considera derrotada [insubstituível] _{adj}
d) Como complementos de verbos indicadores de mudança de estado como <i>tornar-se e ficar</i>	Você se tornou/ficou aborrecido [chato] _{adj} depois de velho
2. Inseridos em SNs	{Janelas fechadas [sujas] _{adj} } fazem mal à saúde
	Sarney agora é {um homem respeitado [sério] _{adj} }
	Diante d{as garrafas quebradas [vazias] _{adj} }, a copeira não teve como negar sua culpa

¹³ Neste trabalho, expandimos a noção de [v+do] para particípio de modo geral, abarcando também formas irregulares, principalmente por conta de verbos que tradicionalmente não aceitam a forma regular [v+do], como *escrever, dizer, abrir* etc.

3. Expressões comparativas tais como { <i>tão ... quanto, mais ... (do) que e menos (do) que</i> }	Márcia ficou {tão/mais/menos amolada [triste] _{adj} } com a morte de D. Glorinha {quanto / (do que) o José}
4. Expressões superlativas relativas como {o/a (s) [mais/menos]} ... <i>dentre/de</i>	Funaro é o {mais/menos conhecido [popular] _{adj} de/dentre} todos os ministros.
5. Formas superlativas absolutas sintéticas	João anda agitadíssimo e [nervosíssimo] _{adj} e vive correndo de um lado para o outro
6. O comportamento de modificadores de grau como <i>muito, bem e bastante</i> é idêntico ao comportamento em relação a Adjetivos, mas não a Verbos.	O solar dos Neves é {muito [visitado] [grande]} {?[visitado] *[grande] muito}
	Este tópico é {bem/bastante [conhecido] [interessante]} {[conhecido] [interessante] *bem/bastante}
	Aécio {[visita] _v muito} o solar dos Neves. {? muito [visita] _v }
	José {[conhece] _v bem/bastante} o assunto em pauta {*bem/bastante [conhece] _v }
7. As formas [v+do] podem ocorrer coordenadas a adjetivos, mas nunca coordenadas a verbos.	Como estas crianças estão [nervosas] _{adj} e agitadas!
	Como estas crianças correm, gritam e *agitadas *[chatas] _{adj} !
8. As formas [v+do] não-verbais concordam obrigatoriamente em gênero, além de número, com o SN que modificam.	O juiz considerou o [dono] ^{masc/sg} do supermercado [culpado] ^{masc/sg} das [remarcações] ^{fem/pl} [denunciadas] ^{fem/pl}

Fonte: adaptado de Pimenta-Bueno, 1986, p. 208-213

Além desses contextos sintáticos em que Pimenta-Bueno considera que as formas [v+do] apresentam um comportamento “inequívoco” de adjetivo, a autora menciona dois contextos em que as formas [v+do] transitivas podem ocorrer, mas adjetivos comuns não. Tais casos levam a autora a assumir uma terceira classificação para o particípio, aquela que a autora vai chamar de particípio passivo. Vejamos o quadro abaixo, criado com base em Pimenta-Bueno (1996):

Quadro 2 - Propriedades sintáticas de formas [v+do] como particípio passivo

Propriedades	Exemplos
Contexto V_N	Marta Rocha [foi] _v coroadada [*bonita] _{Adj} [Miss Brasil] _N
	Dionísio [foi] _v escolhido [*firme] _{Adj} [diretor] _N
Contexto V_Sadj	Leonardo [foi] _v considerado [*inegável] [totalmente incapaz para o cargo] _{Sadj}

Fonte: adaptado de Pimenta-Bueno, 1986, p. 213-214

Observamos que, em relação aos verbos *ter/haver*, Pimenta-Bueno tem uma posição não maleável, ou seja, assume que o particípio, quando inserido posteriormente a tais verbos, é classificado exclusivamente como particípio verbal. Entretanto, conforme vimos nos exemplos na introdução deste capítulo, há casos em que o particípio, mesmo quando posterior aos verbos *ter/haver*, apresenta marcas morfológicas de gênero e número e, a depender da ordem dos constituintes, pode também ser substituído por um adjetivo comum (*tinha os livros escritos // tinha os livros pequenos*).

1.1 Os verbos *ter/haver*

Sabe-se que as gramáticas prescritivas modernas apresentam um quadro completo da conjugação ativa, estabelecendo dois paradigmas de conjugação: o simples e o composto, chamados, respectivamente, *tempos simples* e *tempos compostos*. Este último formado numa locução verbal constituída por um auxiliar (*ter/haver*) e um particípio, conforme o exemplo abaixo retirado das cartas da empresa de J.G Araújo do século XIX:

(15) Em sua conta temos feito os seguintes lançamentos [...] (Pará, 28/2/ 1881).

A sentença acima nem sempre se construiu dessa forma, houve tempos em que os verbos *ter/haver* não desempenhavam o papel instrumental que formava a sequência dos tempos compostos. Tais verbos, nessa época, eram itens lexicais plenos com significação de posse (*haver*), retenção e contenção (*ter*).

Nesta passagem, por exemplo, Silva (2006, p. 140) afirma:

[...] os tempos ‘compostos’ com *haver/ter* só se generalizam no português a partir do momento em que o PP deixa de ser flexionado, em concordância com o seu complemento direto, portanto ainda o PP com função adjetiva. Enquanto essa concordância ocorrer há uma construção frasal que põe em evidência um estado de posse, expresso por *haver/ter*, conteúdo semântico próprio tanto a *haver* e a *ter* no período arcaico e herdado do latim.

Tomemos alguns exemplos de Silva (2006, p. 140):

(16) Todolos bêês que mh’a feitos. (DSG, séc. XIV)

(17) non ousaron d’entrar na camara por *a defesa* que el-rei tinha posta (Crônica de D. Pedro - Fernão Lopes, séc. XV)

Nesses dois primeiros exemplos, a autora destaca que a concordância é feita, sem exceção e sempre com verbos transitivos; por outro lado, já em dados encontrados em textos da primeira metade do século XV, ocorre uma certa variação no que diz respeito a essa

concordância, como podemos ver nos exemplos (18) e (19) também retirados de Silva (2006, p. 141).

(18) e a molher do conde, que já havia sabido toda a sua fazenda.

(19) E non sabedes vós quanto afam e trabalho avedes tomado¹⁴ e quantas espadadas e seetadas havedes levadas.

Os exemplos expressos pela autora tendem a apontar um período de transição entre duas fases, a de plena concordância, até então confirmada com dados do século XIV e primeira metade do século XV, e a de variação na concordância a partir da segunda metade do século XV. De acordo com Silva (2006), quando, por fim, essa estrutura se consolida com os verbos *ter/haver*, há uma crescente preferência pela não concordância, o que é trazido aos tempos modernos como forte recomendação imposta pela gramática prescritiva. Nesse contexto, considera-se que a normatização sucumbe também a forças externas, embora nem sempre aconteça desta maneira. Mas um ponto a ser destacado é o que diz respeito à participação do falante em processos de mudança, visto que diante de duas possibilidades permitidas pela própria língua, é ele quem diretamente influencia na manutenção das criações.

Baseado numa visão funcionalista da língua, “a teoria linguística se organiza com duas possibilidades alternativas, que são a ‘cadeia’ (o sintagma) e a ‘escolha’ (o paradigma)” (HALLIDAY, 1963, *apud* NEVES, 1994, p. 117). Segundo Neves (1994, p. 117), “a consideração do sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma, com a idéia [sic] de que escolha produz significado”. Segundo Neves (2018, p. 20), “[...] a Gramática funcional destina-se a revelar, pelos estudos das sequências linguísticas, os significados que estão codificados nas sequências”. E ainda, “a gramática organiza, em alguns conjuntos, opções de uso, e o falante procede às suas escolhas, fazendo seleções simultâneas” (HALLIDAY, 1973b, 1994, 2004 *apud* NEVES, 2018).

Pensem, por exemplo, no período de transição apontado por Silva (2006). A “escolha” pelo participio invariável diante de *ter/haver* não se deu de maneira fortuita, uma vez que, segundo Neves (2018, p. 32), o falante é quem processa estruturas regulares da língua, sempre dentro das restrições construcionais do sistema, e as escolhas feitas por ele é o que pode levar aos “resultados de sentido e aos efeitos pragmáticos pretendidos”. Isso significa dizer que qualquer evento de fala tem importância comunicativa, mas é o falante que confere relevo às estruturas disponíveis de acordo com seu propósito comunicativo. Diante disso, podemos dizer

¹⁴ Há uma possibilidade de *tomado* estar concordando com *trabalho*, entretanto, embora tenhamos aventado essa hipótese, de acordo com Silva (2006), neste exemplo, a hipótese é de que, em um mesmo enunciado, a concordância e a não-concordância do participio ocorrem.

então que estaria o usuário da língua valendo-se da forma com o particípio flexionado para construir uma estrutura semelhante que viria servir a propósitos diferentes daquele que era expresso pela estrutura consolidada anteriormente?

1.1.1 Gramaticalização de *ter/haver*

Segundo Hopper e Traugott (2003, p. 1):

[...] gramaticalização refere-se à parte do estudo de mudança linguística que se preocupa com questões tais como, como itens e construções lexicais vêm em certos contextos linguísticos para servir a funções gramaticais ou como itens gramaticais desenvolvem novas funções gramaticais. (tradução nossa).¹⁵

Com base na definição proposta inicialmente por Hopper e Traugott (2003), o processo de gramaticalização engloba duas trajetórias principais: a) trajetória de elementos do léxico à gramática (ex.: verbo pleno > verbo auxiliar); b) trajetória de categorias menos gramaticais a categorias mais gramaticais (ex. morfema derivacional > morfema flexional). Apesar de “Gramaticalização” ser um termo com vários sentidos, interessa aos pesquisadores de ordem funcionalista, essencialmente, o sentido que caracteriza um processo em que itens lexicais passam a assumir funções gramaticais. Esse processo, por sua vez, tende a levar o item gramaticalizado a se tornar mais regular e previsível uma vez que penetra nas restrições da gramática.

De acordo com Martelotta e Kenedy (2015, p. 16), “segundo essa teoria, as formas linguísticas têm seus usos estendidos por processos unidirecionais de mudança, motivados pelo uso e por fatores de ordem cognitiva”. A partir dessa concepção, os autores asseveram ser a sintaxe uma estrutura em constante mutação por conta das estratégias de organização das estruturas utilizadas pelos falantes durante a interação discursiva. Entendemos, a partir disso, que, para o funcionalismo linguístico, os mecanismos que geram a mudança estão alicerçados em fatores comunicativos e cognitivos.

Nesse sentido, o movimento que faz o usuário da língua, atribuindo a antigas construções um novo sentido, não é incomum. De acordo com Martelotta, *et. al.* (1996, p. 9), no processo pelo qual

[...] uma mesma forma passa a servir a múltiplas funções, os usuários utilizam-se de velhos itens léxicos e de velhas construções já consolidadas na gramática, para darem conta de novos contextos pragmáticos e semânticos. Implementa-se assim um processo de transferência semântica, analógica e

¹⁵ [...] grammaticalization refers to that part of the study of language change that is concerned with such questions as how lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions or how grammatical items develop new grammatical functions.

unidirecional, pelo qual a cada forma ou construção passam a corresponder múltiplas funções, estreitamente relacionadas entre si.

Nesse contexto do processo de gramaticalização, estariam os verbos *ter/haver*, que passaram de plenos a auxiliares. Nessa passagem, os verbos *ter/haver* vão de uma expressão de posse ou manutenção a um esvaziamento semântico, isto é, passam a expressar categorias gramaticais como tempo, modo, pessoa e número verbal. Em sentenças como “João **tem** um carro”, “João” é um possuidor, noção expressa pelo sentido de posse do verbo *ter*. Tendo se gramaticalizado, o verbo *ter* passou também a compor sentenças como auxiliar ao lado do particípio como em “João **tem estudado** matemática”. Nessa última sentença, *ter* não mais expressa uma noção de posse, mas serve para comportar as flexões verbais, auxiliando o verbo que atribui o sentido principal da oração que é *estudar*.

É nesse momento que o particípio é diretamente afetado pelo processo de gramaticalização, ou seja, quando sofre modificações na sua estrutura morfossintática. Isso ocorre quando ele passa a ‘deixar de lado’ a realização de concordância de gênero e número com o elemento que modifica, assume o posto de ‘verbo principal’, próprio das locuções verbais, e essa construção com particípio invariável, como vimos em Silva (2006), passa a ter ampla preferência. Nesse movimento, o particípio assume majoritariamente o seu caráter invariável, isto é, assumindo a forma em [-do], independente do gênero e número do elemento que o acompanha. Segundo Caetano (2011, p. 80-81), isto seria um dos elementos balizadores que viriam a marcar a passagem do português arcaico e arcaico-médio ao português moderno.

Nesse contexto, a alternância do particípio (ora não flexionado, ora flexionado) parece resultar diretamente do processo de gramaticalização de *ter/haver*, podendo ser vista num plano secundário. Nesse sentido, Zilles (2007, p. 28) fala em ‘feixe de mudanças inter-relacionadas’, afirmando que os fatores decisivos que dão início e continuidade ao processo de gramaticalização “não estão exclusivamente nos itens que se gramaticalizam, mas em mudanças simultâneas, que estão ocorrendo ou já ocorreram em subsistemas linguísticos relacionados”. Na Sociolinguística, esse movimento é chamado de “reação em cadeia”, isto é, “uma determinada mudança, ao ser encaixada nas matrizes linguísticas e social, pode atingir outros campos da gramática da língua, desencadeando outras mudanças, em outros níveis.” (WEINREICH, LABOV E HERZOG, 2006 *apud* MIARA, 2013, p. 130)

O processo de gramaticalização pelo qual passaram os verbos *ter/haver*, de certa maneira, não excluiu a possibilidade de os dois verbos permanecerem funcionando também como verbos plenos, uma vez que tal estrutura permanece funcional na língua conforme vimos com os exemplos encontrados na Web. Essa possibilidade se deve a um fator muito importante:

A gramaticalização é um tipo especial de mudança, do léxico para a gramática, que tem como uma das diferenças em relação aos fenômenos de mudança reconhecidos por Labov (1985) o fato de que as variáveis são co-ocorrentes e não concorrentes nos sistemas lingüísticos (CASSEB-GALVÃO e NASCIMENTO, 2006).

Segundo Labov (2008 [1972]), a mudança lingüística, simplificada, se dá em três estágios: (i) há variação entre, pelo menos, duas formas; (ii) uma das formas se propaga e passa a ser adotada pela maior parte dos falantes que, aos poucos, deixam de usar a antiga forma; e (iii) ocorre a eliminação da forma menos utilizada pelos falantes. Já os princípios da gramaticalização propostos por Hopper e Traugott (1993 *apud* CAETANO, p. 60) não apontam, necessariamente, para o desaparecimento de certas estruturas em detrimento de outras. Vejamos. O princípio da *Estratificação* pressupõe que, dentro de um domínio funcional, novas formas emergem constantemente, sem que necessariamente a forma antiga desapareça; o da *Divergência* corresponde ao fato de que quando um item lexical se gramaticaliza, a forma lexical original permanece na língua como um elemento autônomo. Linhas gerais, formas idênticas, funções distintas; o princípio da *Especialização* relaciona-se ao fato de que, quando ocorre a gramaticalização, há um estreitamento das variedades de escolha, ou seja, o item gramaticalizado deixa de ser uma opção e passa a assumir um caráter mais obrigatório em determinados contextos; a *Persistência* diz respeito à permanência de alguns traços da forma lexical original na forma gramaticalizada; e, por fim, a *Descategorização*¹⁶ (ou decategorização) diz que, quando um item passa pelo processo de gramaticalização, ele pode neutralizar as características de nome e verbo, por exemplo, e passar a assumir características secundárias.¹⁷

Em linhas gerais, enquanto a coocorrência refere-se à alternância da forma em contextos diferentes, a concorrência diz respeito à disputa entre variantes (formas) em um mesmo contexto (MIARA, 2013, p. 118). Assim, observamos que, ao passo que o sistema em Labov (2008 [1972]) dá destaque à concorrência entre as formas, os princípios postulados por Hopper e Traugott (1993) evidenciam a coocorrência.

Nos limites deste trabalho, há uma necessidade de sistematização e separação do nosso objeto de estudo. Isso ocorre porque, embora o participio ganhe lugar de maior destaque, a estrutura propriamente dita, a saber, a construção que se realiza com os verbos *ter/haver*, não

¹⁶ Assumimos o termo que é proposto em Castilho (2019, p. 21). Para o autor, umas das perspectivas pela qual pode ser entendida a Descategorização é a tradicional, que essencialmente define que a *descategorização* faz com que a forma gramaticalizada neutralize marcas morfológicas e propriedades sintáticas da categoria origem.

¹⁷ Como exemplo podemos citar os verbos que, ao se gramaticalizarem, perdem certas propriedades como a de selecionar argumentos.

pode ser desprezada, já que consideramos, conforme Zilles (2007), a ideia de feixe de mudanças inter-relacionadas. Portanto, há pelo menos três elementos a serem considerados separadamente:

- a. Os verbos *ter/haver*;
- b. O particípio;
- c. A estrutura que se constrói com *ter/haver* + particípio;

Em se considerando que *ter/haver* tenha sofrido, por volta do século XIII (MEDEIROS, 2014), o processo de gramaticalização, coocorrendo, a partir de então, a mesma forma em diferentes domínios funcionais, ora como verbo pleno, ora como verbo auxiliar e que o particípio sofreu um ‘apagamento’ nas relações de concordância, possivelmente em virtude da mudança ocorrida com os verbos *ter/haver*, julgamos, nos limites deste trabalho, que a estrutura que se constrói com o particípio [flexionado/não flexionado] junto aos verbos *ter/haver* possa ser vista também sob a perspectiva da coocorrência, uma vez que compreendemos que, em determinadas circunstâncias, há duas formas semelhantes, mas que se distinguem em nível morfológico e semântico, alternando em dois contextos diferentes: *ter/haver* + particípio flexionado [+Adj] apontando para um sentido e *ter/haver* + particípio não flexionado [+V] apontando para outro sentido diferente. Para assumir que há duas formas diferentes, consideramos, de acordo com Perini (2007; 2010), que existem o particípio nominal e o verbal e que as marcas flexionais de gênero [-a, -o] e de plural [-s] são traços formais¹⁸ que estão na base para considerar a existência desses dois particípios e que a utilização ou não desses traços formais resultam em sentidos distintos.

Resumindo, quando *ter/haver* se gramaticalizam, a) surge uma segunda construção que se torna paralela àquela que já existia anteriormente. De acordo com princípio da *Estratificação*, há uma passagem de uma forma lexical já consolidada à outra forma mais gramatical sem que a forma antiga desapareça: *ter/haver* (pleno) → *ter/haver* (auxiliar). E nesse contexto, a ideia de “feixe de mudanças inter-relacionadas” (ZILLES, 2007) pressupõe que a passagem particípio flexionado → particípio não flexionado está intrinsecamente relacionada ao processo de gramaticalização dos verbos *ter/haver*; b) as duas construções podem coocorrer facilmente na língua. O princípio da *Divergência* presume que *ter*, ainda que tenha passado a verbo auxiliar, permanece na língua como elemento autônomo, ou seja, além das construções de tempo composto, funcionando como auxiliar, pode ainda formar a construção “antiga” com

¹⁸ A relação entre traços formais e sentidos será mais bem detalhada nas próximas seções.

verbo pleno + particípio flexionado, indicando uma estrutura que evidencia o seu sentido pleno de posse, retenção e contenção. Por outro lado, sob o princípio da *Especialização* o verbo *ter*, agora auxiliar, forma a construção “nova” representando uma locução verbal, formada por auxiliar + particípio não flexionado, indicando o pretérito perfeito composto.

1.1.2 Estabilidade/Uniformitarismo

Em meio a uma diversidade de orientações teóricas, ganhou destaque, em 1966, nos Estados Unidos, um debate que resgatou a discussão sobre os estudos da mudança linguística. De acordo com Coelho *et al.* (2015), ao considerarem as propostas das correntes teóricas vigentes até aquele momento, Weinreich, Labov e Herzog (1966) propõem um conjunto de fundamentos para o estudo da mudança linguística, acolhendo do estruturalismo e do gerativismo a noção de língua como um sistema abstrato de regras e a concepção da regularidade da mudança proposta pelos neogramáticos. Todavia, recusavam a visão da língua como estrutura homogênea, bem como, a noção de comunidade de fala abstrata composta por falante-ouvintes ideais.

Nesse contexto, surge uma teoria empiricamente orientada conhecida como Sociolinguística, que, em tese, se ocuparia da relação entre língua e sociedade, assim como da variação e mudança linguística dentro de um contexto social. A Sociolinguística Variacionista que tem, a partir de então, William Labov como seu principal expoente, passa a considerar o objeto de estudo da linguística como um sistema heterogêneo, pois é formado, simultaneamente, por regras categóricas e variáveis, estas últimas podendo ser condicionadas por fatores tanto internos quanto externos.

Aprender a lidar com a realidade heterogênea da língua é um dos primeiros passos de qualquer linguista que se propõe a estudar a mudança, isso ocorre porque, de acordo com Faraco (2005[1989], p. 31), esta ação “exige um rompimento radical com a imagem da língua cultivada pela tradição gramatical e veiculada pela escola, imagem que homogeneiza a realidade linguística”. Isso significa dizer que operar com a mudança exige observar a língua como de fato se realiza e não apenas como prescrevem os gramáticos, e isso inclui analisar os chamados “erros”. Martelotta e Kenedy (2015) resgatam o pensamento de Henri Frei (um dos principais representantes da Escola de Genebra) a respeito dos desvios da gramática. Frei havia notabilizado-se por analisar os desvios da gramática normativa como casos não fortuitos, mas que constituíam tendências consequentes da necessidade de comunicação.

Faraco (2005[1989], p. 34-35), a respeito do lugar da mudança, diz que qualquer parte da língua pode mudar, desde aspectos de pronúncia até mesmo aspectos de sua organização

sintática, semântica e pragmática. Entretanto, não podemos interpretar a divisão apresentada entre níveis como se eles fossem independentes. No que concerne à mudança, devemos ter em mente que tais divisões são feitas pelos linguistas com objetivos analíticos. Segundo Faraco (2005 [1989], p. 42), “a realidade linguística é uma totalidade”, e por esse motivo, devemos estar sempre atentos ao fato de que as mudanças podem ocorrer em várias partes da língua, bem como, lembrar que muitas mudanças podem estar inter-relacionadas.

É importante observar o que é apontado por Lass (1980 *apud* FARACO, 2005) quando diz que a “mudança linguística é um domínio de opções”, domínio esse que inclui também a opção zero, ou seja, inclui a opção de não mudar. Isso significa dizer que nenhuma mudança é necessária, mas antes ela acontece pela possibilidade que encontra numa pluralidade de formas linguísticas disponíveis. Sobre isso, Faraco (2005, p. 74) vai dizer que “[...] não se fala, na história das línguas, propriamente em causas (necessárias), mas antes em condições (possíveis) [...]”. Encontrar as condições que determinam a mudança é trabalho do linguista. Sob uma perspectiva sociolinguística e/ou funcionalista, o processo de mudança pode ser entendido também pelas relações sociais, conferindo ao usuário (ou falante) da língua um papel essencial no processo de mudança.

Posto isso, observamos que cada abordagem das diferentes teorias que se propõem a estudar o caráter heterogêneo da língua tem métodos diferentes para encarar a mudança. Mas há fatores que, muitas vezes, passam despercebido quando se considera a heterogeneidade linguística. Para além das regras categóricas, que são de comportamento invariável, há de se considerar também a “opção zero” mencionada no parágrafo anterior, algo que também nos remete às regularidades da língua. Nesse sentido, apesar de ter se consolidado nos estudos linguísticos uma sistematização para o estudo da mudança, não podemos deixar de encarar um outro ponto que constitui a “evolução¹⁹” das línguas: a estabilidade, porque na língua nem tudo se transforma.

Ferreira (2015) vai dizer que, assim como as mudanças, a estabilidade também se manifesta em todos os níveis da estrutura. Entretanto, com os esforços direcionados majoritariamente para o processo de mudança, a estabilidade não tem recebido tanta atenção por parte dos linguistas.

¹⁹ Labov (2008 [1972]) não defende o termo evolução como sinônimo de melhoria, já que a teoria linguística não deve entender que as línguas evoluem a ponto de irem se tornando cada vez melhores, pois, segundo o autor, não há evidências de que uma forma linguística é melhor que outra.

Votre (2000, p. 86 *apud* FERREIRA, 2015, p. 63) enfatiza a tendência dos linguistas, acostumados à tradição histórico-comparativa e neogramática, de privilegiar a mudança e quase perder “a capacidade de examinar o estável, o permanente, o duradouro”. Ainda de acordo com Ferreira (2015, p. 64), a estabilidade sintático-semântica está relacionada a “princípios gerais, de caráter atemporal, que refletem processos contínuos, regulares e estáveis na mente dos falantes, que os atualizam a cada enunciado há muitos séculos”. Na Linguística Histórica, o Princípio do Uniformitarismo ganha destaque ao postular que “as forças que operaram para produzir a mudança linguística no presente são as mesmas que operaram no passado” (ROSA, 2015, p. 09).

O processo que resultou na ampla preferência pelo particípio não flexionado gerou na língua portuguesa duas construções que inicialmente conviviam juntas, entretanto, com o passar do tempo, uma delas foi se sobrepujando até que a outra deixasse de ser produtiva na língua, isto é, deixasse de aparecer com frequência, principalmente, em textos escritos. Entretanto, ainda que não produtiva, a sintaxe antiga não desapareceu por completo; exemplos podem ser encontrados em textos do século XIX, como é o caso daqueles encontrados em nosso *corpus*. Recordemos Silva (2006), que localiza o surgimento dos tempos compostos entre os séculos XIV e XV. Temos no mínimo cinco séculos desde que as duas construções passaram a conviver na língua, e não podemos afirmar, pelo menos não em todos os casos, que “A evoluiu para B”. E não podemos afirmar isso, porque consideramos que exemplos como em 11a (“A gente só **tinha escritas** as falas principais [...]”) e 11b (“Eu **tinha escritos** alguns contos pequenos [...]”) se constroem com o particípio flexionado por alguma razão.

Nesse contexto, para este trabalho, precisamos olhar para duas direções: a mudança (gramaticalização - unidirecionalidade) e a estabilidade (uniformitarismo). Isso porque, com a gramaticalização de *ter/haver*, o particípio assume uma propriedade verbal que aparentemente não era vista na língua portuguesa: o particípio com forma e força verbal, resultando, mais tarde, na possibilidade de fazer parte do paradigma de conjugação dos verbos. Conforme vimos anteriormente, um fator semântico, talvez, pudesse estar condicionando essa mudança já que, hoje, compreendemos que a “escolha” pelo particípio invariável, por mais que não tenha sido feita de maneira consciente, resultou na produção de um sentido distinto do que era expresso pelo particípio flexionado. Do mesmo modo, ao que parece, a permanência de construções com particípio flexionado no PB pode estar sendo condicionada também por um fator semântico, ou seja, a hipótese é de que as mesmas regras semânticas que atuavam antes podem estar atuando ainda hoje.

1.2 Falando em mudança, afinal, quem é o participio?

Silveira Bueno (1958), em sua obra *Formação Histórica da Língua Portuguesa*, declara que “a grande maioria do léxico português é latina, seja diretamente, seja indiretamente, afirmação que não necessita de mais provas. Duas peculiaridades, porém, há que pôr em evidência: o caráter vulgar²⁰ e o arcaico” (BUENO, 1958, p. 115). É plausível comentarmos que, sem essa contribuição da linguística histórica, talvez fossem poucos os esclarecimentos que teríamos acerca não só do participio e das estruturas formadas com ele, como também de outros inúmeros fenômenos linguísticos, muito menos ainda do que dispomos hoje. Isso acontece porque as línguas mudam. Já mesmo os estudiosos da corrente formalista, ainda que concebessem a língua como uma entidade homogênea, nunca negaram as possibilidades de transformações desse sistema²¹. Do mesmo modo que, apesar de privilegiarem uma abordagem sincrônica²², não vinculando, portanto, o sistema linguístico aos fatores históricos, não rejeitavam a abordagem diacrônica perpetuada pela tradição neogramática e pelo método histórico-comparativo como possibilidade para o estudo da língua. A corrente linguística denominada estruturalismo, por exemplo, segundo Coelho *et al.* (2015, p. 56), apenas teria desviado o foco que era na mudança [“evolução” das línguas] para “um recorte no tempo em que interessam (interessavam) apenas as relações internas estabelecidas simultaneamente entre os elementos do sistema linguístico”, e teria julgado este método o mais adequado para a compreensão das línguas.

Na chamada Linguística Moderna, observa-se, ainda hoje, o privilégio dos estudos sincrônicos sobre estudos históricos/diacrônicos, no entanto, segundo Silva (2006), novos caminhos têm sido trilhados tanto pelo gerativismo quanto pela Sociolinguística no que diz respeito ao estudo com dados de períodos históricos passados. A Sociolinguística, por exemplo, tal qual a Linguística Histórica, nos permite afirmar que muitas das mudanças que ocorrem podem ser explicadas se olharmos um pouco para tempos passados, podendo esta ser uma ação recíproca, ou seja:

²⁰ Retomando as palavras de Bueno (1958), o latim vulgar era aquele empregado no trato diário familiar ou do comércio.

²¹ No *Curso de Linguística Geral [Cours de Linguistique Générale]* (2006 [1916]), já é possível resgatar-se a ideia de Saussure sobre a mudança: “[...] a língua se altera ou, melhor, evolui, sob a influência de todos os agentes que possam atingir quer os sons, quer os significados. Essa evolução é fatal; não há exemplo de uma língua que lhe resista.” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 91). Ressaltamos apenas que, tanto para o estruturalismo quanto para o gerativismo (fundando na década de 1960 por Noam Chomsky), a língua era “um sistema homogêneo desvinculado de fatores históricos e sociais” (COELHO, *ET AL.*, 2015, p. 56).

²² É sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto estático da nossa ciência, diacrônico tudo que diz respeito às evoluções. Do mesmo modo, *sincronia* e *diacronia* designarão respectivamente um estado de língua e uma fase da evolução (SAUSSURE, 2006, p. 96).

[...] a teoria da mudança da Sociolinguística considera que o passado pode informar sobre as variações e mudanças em curso no presente, da mesma forma que a análise de variação e mudança no presente abre caminhos para uma melhor interpretação dos fatos do passado (SILVA 2006, p. 48).

Nesse contexto, uma ramificação ganhou destaque dentro dos estudos Sociolinguísticos: a Sociolinguística Histórica. De acordo com Rosa (2015, p. 01), “este campo da Linguística busca estudar os fenômenos linguísticos que ocorreram no passado, através de amostras de língua escrita [...]”. Segundo a autora, o material utilizado pelos linguistas que trabalham com a Sociolinguística Histórica é o escrito por ser a única fonte de dados disponível já que, em determinada época do passado, ainda não havia tecnologia disponível para gravação de fala. A autora ainda assegura que estudiosos da Sociolinguística Histórica apostam na necessidade de desenvolver pesquisas baseadas em amostras da língua escrita porque levam em consideração que a variação também ocorre nessa modalidade de língua, pois a língua falada e a escrita seriam apenas representações diferentes de uma mesma língua. Vale destacar que, até mesmo na Sociolinguística Variacionista²³, já não se utiliza somente dados de fala para a investigação de processos de mudança em progresso, mas também se procuram “evidências no passado para determinar de forma precisa se o fenômeno investigado está num estágio de mudança ou de variação” (ROSA, 2015, p. 06).

Nesse sentido, Faraco (2005 [1989], p. 118) já apontava três possíveis caminhos para o estudo histórico das línguas: “voltar ao passado e nele se concentrar, voltar ao passado para iluminar o presente, estudar o presente para iluminar o passado”. O segundo caminho, que seria mais próximo para definir o método escolhido para nortear nossa pesquisa, realiza um estudo do passado com o intuito de esclarecer o presente. Assume-se, dessa forma, que o atual estado das coisas teve uma gênese e este estado atual pode tornar-se compreensível quando retraçamos o fluxo histórico que resultou no presente, “buscando no ontem a raiz do hoje” (FARACO, 2005 [1989], p. 120-121). Ainda de acordo com Faraco (2005[1989]), a passagem do Latim para o Português e demais línguas românicas se deu por um longo processo de mudança, de modo que não podemos afirmar que o latim simplesmente desapareceu e surgiu o português, mas sim que as mudanças ocorreram de forma lenta e gradual até que “numa forma de falar que, identificada com o Estado que se formou no ocidente da Península Ibérica, terminou por receber o nome de português” (FARACO, 2005 [1989], p. 47).

²³ Sociolinguística Variacionista, Sociolinguística Laboviana ou Teoria da Variação e Mudança linguística são sinônimos aqui nesta pesquisa.

Nesse contexto, passemos agora a pontuar alguns elementos históricos interessantes a nossa pesquisa. Partimos de uma pequena lista, com base em Bueno (1958), das principais heranças que temos do Latim: o quadro geral da morfologia do português, as flexões de gênero, número, pessoa, as conjugações verbais, tudo isso recebemos do Latim, e as temos hoje, com algumas alterações, resultantes de metaplasmos²⁴ e de outros processos de mudança linguística. Destaca-se, dentre toda essa herança, o que Bueno (1958) vai chamar de *analitismo*, que já era um traço comum do latim vulgar, sobretudo na voz passiva, em que as formas sintéticas foram substituídas pelas analíticas, resultando, por exemplo, no desaparecimento da forma sintética *amor*²⁵ (sou amado), sendo substituída pela analítica *amatus sum* (sou amado). Criou-se ainda a forma *amatus fui* (fui amado) para que se pudesse manter a distinção de tempo. O mesmo processo se deu ainda em outros tempos e vozes verbais: “os pretéritos de forma simples desapareceram diante dos compostos de auxiliar e particípio: não mais *scripsi, cantavi, feci*²⁶ e sim: *habeo scriptum, cantatum, factum*²⁷” (BUENO, 1958, p. 38). Foi com esse processo de grande expansão das formações analíticas que herdamos o largo emprego do particípio passado, vivo até hoje, na língua portuguesa.

De modo a tornar mais clara nossa recordação sobre o sistema verbal latino, trouxemos considerações de Silva (2006) quando descreve que o Latim apresentava seis tempos (ou paradigmas flexionais) para o modo indicativo – três para o *infectum* e três para o *perfectum* –. Quanto às formas nominais do verbo, destaca-se que eram bastante numerosas, e “se declinavam, conforme sua VT, ou pelo padrão dos nominais (substantivos e adjetivos) de VT < a, u >” (SILVA, 2006, p. 118). Por esse modelo declinavam o particípio passado e o particípio futuro, já o particípio presente declinava pelo padrão dos adjetivos de segunda classe de VT < e >. De modo simplificado, este era o sistema verbal latino clássico que deu origem ao sistema verbal do português. No entanto, antes que chegasse ao Português, esse sistema já havia passado por uma série de transformações (fruto de contatos linguísticos: variação e, conseqüentemente, mudanças). De acordo com Silva (2006, p. 118), “quando o português aparece documentado nos inícios do século XIII, as profundas reestruturações que sofreu o sistema modo-temporal do verbo latino já tinham, no geral, ocorrido”. A exemplo dessas reestruturações, a autora cita o desaparecimento de boa parte das formas nominais latinas, donde restaram apenas o infinitivo

²⁴ Metaplasmos / mudanças fonéticas – “[...] é o nome que se dá às várias espécies de transformações ou alterações que os vocábulos sofrem sem que se altere o seu sentido” (ALMEIDA, 2009, p. 55).

²⁵ Em Latim, a voz passiva podia ser expressa por formas sintéticas, ou seja, desinências (-r, ris, -tur, -mur, -mini, -ntur) juntavam-se ao radical do verbo **não depoente** para indicar a voz passiva.

²⁶ Formas sintéticas do pretérito perfeito (escrevi, cantei, fiz)

²⁷ Formas analíticas do pretérito perfeito (Tenho escrito, cantado, feito)

presente, o gerúndio e o particípio que, no português, irão se associar a determinados verbos na constituição de locuções verbais, construções de voz passiva e de tempos compostos, além de serem usados nas subordinadas reduzidas.

Apesar de muito haver-se conservado do latim na língua portuguesa com emprego idêntico, houve aqueles que tiveram suas funções estendidas, ou ainda, os que tenham desaparecido, havendo, portanto, a necessidade de criação de novos tempos para substituí-los (COUTINHO, 1976 [1938]). Ainda de acordo com Coutinho (1976), essas novas criações se deram ainda no “Latim Vulgar, ou mais provavelmente no romance”, e, dentre elas, o autor vai listar: “o futuro, o condicional, as formas analíticas do presente e imperfeito da voz passiva, **os tempos compostos**” (COUTINHO, 1976 [1938], p. 276). O analitismo herdado do Latim Vulgar, conforme mencionamos anteriormente, teve grande ímpeto no português. Silva (2006) ratifica, em concordância com Bueno (1958), o desaparecimento das chamadas passivas sintéticas²⁸ – próprias aos tempos do *inflectum* latino, e a grande expansão do uso da passiva analítica – que no latim era própria aos tempos do *perfectum* –. Do mesmo modo, ressalta a criação dos *tempos compostos*, constituídos do verbo derivado de *habere* + particípio passado, acrescentando que esses tempos são uma forma de expressão no português do ‘aspecto perfectivo’, e que correspondem ao que antes, no sistema latino, eram representados pela morfologia flexional do verbo.

É importante lembrar que, ainda que o *participio* tivesse “sobrevivido” às profundas transformações do sistema verbal latino, o *participio passado* foi o único que não perdeu por completo suas propriedades lexicais de origem. Nesse contexto, o *participio presente* perde sua função verbal, restando apenas o seu emprego como adjetivo, como substantivo ou preposição, e dá destaque para outra forma nominal que assumiu essa função verbal. Conforme Bueno (1958, p. 169-170), “as funções verbais do particípio presente, já no próprio latim vulgar, tinham sido tomadas pelo gerúndio. Assim também se deu em português”. Como exemplo do particípio presente com força verbal, Coutinho (1976 [1938], p. 275) apresenta exemplos como “*temente* o dia de mia morte”, “*lançantes* bom cheiro”, o que não necessita de grande esforço para notar que os respectivos particípios foram substituídos por formas no gerúndio: “*temendo* o dia de minha morte”, “*lançando* (exalando) bom cheiro”. Sobre esse uso verbal do particípio presente, Said Ali (1931, p. 160) ressalta emprego semelhante no período chamado por ele de quinhentista, entretanto, o autor enfatiza que tais aplicações devem-se levar antes “à conta de

²⁸ Não adentramos aqui na complexidade da noção de Passividade, entretanto, achamos importante distinguir a passiva sintética latina da passiva sintética portuguesa em termos de estrutura. Aquela indicava pela terminação morfológica a estrutura passiva, enquanto esta indica pela construção verbo + “se”.

latinismos”, e assevera que a escassez do uso em narrações, descrições e crônicas do mesmo período exclui a possibilidade de ser “próprio do falar usual”.

Situação mais adversa foi a do *particípio futuro* que desapareceu quase por completo da língua moderna. Segundo Said Ali (1931, p. 161), o particípio do futuro latino aparece em português com o conceito de ação não realizada apenas com alguns verbos intransitivos, porém, empregados uns como substantivos, outros como adjetivos. Como substantivos, “conservamos raros vestígios nas formas cultas *futuro, nascituro*” (COUTINHO, 1976 [1938], p. 275). Usados apenas como adjetivos, podem ser citados como exemplos dos vestígios do futuro ativo em português, palavras como “*vindouro* (lat. *venturum* – que há de vir)” e “*morredouro* (lat. *moriturum* = que há de morrer, que vai morrer)” (ALMEIDA, 2009, p. 555).

Sendo assim, o *particípio passado* foi o único que se revelou ainda vivo no português, até hoje, com algumas poucas alterações morfológicas.

O particípio perfeito ou passado continua vivo em nosso idioma, não necessitando de grande demonstrações ou exemplificações a sua admissão histórica na língua. Mas na arcaica foi notável a concorrência das formas em *udo*, latim *utus*, dos verbos da segunda conjugação, com as terminadas em *ido* que prevaleceram. Foram correntes: *vençudo, conhoçudo, defendudo, sabudo, teudo, temudo*. Já na língua clássica haviam desaparecido, mantendo-se apenas as estereotipadas: *teuda e manteuda* na linguagem jurídica e *temudo e conteudo* que se substantivaram (BUENO, 1958, p. 171).

Para mais bem ilustrarmos o surgimento das formas portuguesas de particípio, podemos comparar, no Quadro 3, a seguir, adaptado de Coutinho (1976 [1938]), as formas latinas que deram origem ao particípio passado português:

Quadro 3 - Paradigma de conjugação do particípio do latim ao português

PARTICÍPIO PASSADO		
LATIM VULGAR	CONJUGAÇÃO	PORTUGUÊS
<i>amatu</i>	1 ^a	Amado
* ²⁹ <i>debītu</i> por <i>debitum</i>	2 ^a	Devido
* <i>vendītu</i> por <i>venditum</i>	3 ^a	vendido
<i>punitu</i>	4 ^a	punido

Fonte: Coutinho, 1976

Como podemos observar, a constatação mais aparente fica por conta da sonorização do *-t-* intervocálico em *-d-* em todas as conjugações. Mas por outras transformações passou o particípio passado até chegar à forma atual. Segundo Coutinho (1976 [1938], p. 296-297), “o particípio passado da segunda e terceira conjugação conformou-se com o da quarta, de que

²⁹ “O asterisco (*) precedendo a palavra, em linguística histórica, indica que se trata de uma forma hipotética, obtida por reconstrução, e não de uma forma atestada em documento” (FARACO, 2005, p. 47).

resultou tomar ele a terminação *-ītu*.” E apesar de não estar explícito no Quadro 3, como já dissemos anteriormente, na segunda e terceira conjugação, os participípios em *-utu* apresentaram largo emprego no Latim, e *-udo* na fase arcaica do português, porém, essas formas desapareceram depois de algum tempo, restando apenas algumas palavras de uso específico ou que se substantivaram.

Os participípios com terminações diferentes dessas que se acredita ser as formas originais do participípio passado, apesar de serem criações feitas na língua portuguesa, correspondem também a uma base latina. Conforme Coutinho (1976, [1938] p. 297):

Em nossa língua, há participípios com a terminação *-to*, correspondente ao latim *-tu*: *cinctu* > *cinto*, *copertu por coopertu* > *coberto*, *factu* > *feito*, *scriptu* > *escrito*, *tinctu* > *tinto*, *frictu* > *frito*, *correctu* > *correto*, **soltu por solutu* > *solto*; e *-so* decorrente do latim *-su*: *accensu* > *aceso*, *defensu* > *defeso*, *tensu* > *teso*, *prensu por prehensu* > *preso*.

Assim, resultou terem certos verbos duas formas de participípio, uma derivada do latim e outra formada por analogia dentro da língua portuguesa, mas, ainda assim, com base latina. Coutinho (1976 [1938]) também vai dizer que alguns verbos da primeira conjugação vão apresentar, além do participípio em *-do* e *-to*, uma terceira forma em *-e*, como é o caso de *aceite* do verbo *aceitar* ou *entregue* do verbo *entregar*. Na visão de Said Ali (1931, p. 162), existem, ainda, alguns participípios que não obedeceram ao “processo nivelador” na passagem do latim para o português, são eles: *feito*, *dito*, *escrito*, *coberto*, *aberto*, *posto* e *visto* que respeitam a formação latina, não tendo conhecido a forma em *-do*.

Em um trabalho sobre a forma do participípio português, Lobato (1999, p. 03) vai dizer que os verbos que dão origem aos participípios podem ser distribuídos em três classes:

a) verbos que apenas formam participípio regular (forma arizotônica): amar → amado, ler → lido; sair → saído;

b) verbos que apenas formam participípio irregular³⁰ (forma rizotônica): dizer → dito, vir → vindo; e

c) verbos para os quais existem ambas as formas: aceitar → aceitado/aceito; prender → prendido, preso.

A autora acrescenta que essa distribuição se trata de “um processo natural da língua”, sobre o qual os falantes/ouvintes não têm controle. Ou seja, o falante/ouvinte não decide quais verbos terão participípio regular ou irregular, essa definição é feita por razões subjacentes. Então

³⁰ A autora dá ainda como exemplos os participípios de verbos como *escrever* e *abrir*, mas conforme Miara (2013), formas como *escrevido* e *abrido*, embora estigmatizadas são formas encontradas há décadas na fala e, possivelmente, na escrita, portanto, *escrever* e *abrir* podem também constituir a lista de verbos abundantes.

qual seria o papel do falante/ouvinte nesse processo? Para pesquisadores, especialmente da linha da Sociolinguística, o falante passa a ganhar papel de destaque no processamento do uso dos elementos em “c”.

Segundo Bueno (1958, p. 172),

Na linguagem moderna já se vai fixando o uso dos participios que ainda apresentam dupla forma: longa e breve, ou como dizem outros, fraca e forte: *aceitado, aceito; pagado, pago; matado, morto; corrigido, correto, etc.* Empregam-se os longos ou fracos com os auxiliares *ter, haver*, na voz ativa: *tenho aceitado os convites; has pegado o ladrão; temos corrigido os exames.* Empregam-se os breves ou fortes com os auxiliares *ser, estar*, na voz passiva: *os convites foram aceitos; foi pego o ladrão, estão corretas as provas.*

Ressalta o autor que, certamente, essa é apenas uma tentativa sem sucesso de padronizar a língua, tendo em vista que, do ponto de vista sintático e semântico, as duas formas funcionam perfeitamente em ambos os contextos e que tal esforço não se encontrava nos clássicos, menos ainda nos arcaicos. Recordemos que, de acordo com Bueno (1958), no período arcaico era comum que alguns verbos apresentassem uma vasta gama de variantes, como o que acontecia, por exemplo, com *Trazer e Trager* que apresentavam

[...] duas séries paralelas: *trago, trages, trage, etc. e trago, trages, traz*, que foi a preferida pela língua moderna. No pretérito perfeito; *trougue, trougeste, trougue; trouve, trouveste, trouve; trouxe, trouxeste, trouxe* e ainda a rústica *trusse, trosse*. No futuro e condicional: *trageria, trazeria, tragerei, trazerei*, hoje *trarei, traria*. No participio passado: *tragido, trazido, treito*. Só permaneceu *trazido*” (BUENO, 1958, p. 156).

Notemos que a informação sobre apenas ter permanecido *trazido* como participio já não nos parece muito assertiva atualmente, uma vez que no PB dispomos da forma *trago* com função participial como em (20). Apesar dos esforços das gramáticas normativas de ignorá-la na língua, ela já nos parece amplamente difundida, assim como outras que, ao que parece, foram criadas por analogia a esta como *chego, falo*, exemplificadas em (21) e (22) respectivamente.

(20) Lá estava um colega de trabalho do Marcos que ***tinha trago*** a mala com as coisas da criança.^x

(21) No dia 02 às 11:10 liguei ‘pra’ tal empresa pois ainda não ***tinha chego*** a encomenda, a funcionária me disse que em 10 minutos chegariam.^{xi}

(22) [...] no pensamento dele já estava cancelado o nosso contrato devido o que a atendente da Masa ***tinha falo*** pra ele.^{xii}

Os exemplos aqui apresentados correspondem a um uso efetivo por usuários da língua que utilizam páginas e sites da Internet para compartilhar experiências e opiniões. Apesar de pertencerem a uma modalidade escrita, que em tese, seria mais monitorada que a fala, há de se considerar o contínuo escrita [+formal] e escrita [-formal]. Nesse contexto, os exemplos de (20)

a (22), por pertencerem ao gênero relato pessoal, aproximam-se muito mais da escrita [-formal], apresentando, dessa forma, um caráter mais espontâneo e até [-monitorado].

Em uma pesquisa sobre a variação das formas regulares e irregulares, Miara (2013) realiza um teste de avaliação para diversas formas de particípio, detectando avaliações positivas tanto para as formas *abrido*, *escrevido* e *descobrido* quanto para as formas *chego*, *trago* e *pego*. Tais avaliações positivas “parecem apontar, respectivamente, uma direção de mudança de –o para –do e de –do para –o, o que não significa dizer que haverá de fato uma mudança, mas, sim, que a variação é evidente e as avaliações dos falantes apontam para ambas as direções, a depender do item lexical em questão” (MIARA, 2013, p. 233).

Dando sequência à discussão da abundância de variantes no período arcaico, lembremos o que Silva (2006, p. 128) chama de verbos de padrão especial, verbos dos quais “se depreendem subgrupos com características mórficas comuns”, o que corresponde ao que as gramáticas modernas (CUNHA E CINTRA, 2001 [1985]; BECHARA, 2009 [1961] etc.) costumam chamar de verbos irregulares (Para maiores detalhes, cf. SILVA, 2006, p. 128). Assim, a autora vai classificar o particípio passado como um subgrupo desses verbos de padrão especial, afirmando que:

Este subgrupo reúne verbos cujo PP³¹ não segue o padrão geral – LEX + VT + *do*. Esses verbos ou têm um lexema específico de acordo com o seu étimo latino para o PP (tipo *a*), ao qual se seguem os morfemas nominais de gênero e de número; ou ao lexema único próprio ao verbo se acrescentam apenas os morfemas nominais referidos (tipo *b*). Ambos apresentam a acentuação no lexema e não na VT como nos regulares, por isso são tradicionalmente chamados de particípios fortes (SILVA, 2006, p. 136).

Para mais bem ilustrar essa ideia, tomamos alguns exemplos de Silva (2006), reorganizados em forma de quadro:

Quadro 4 - Representação dos verbos de padrão especial

Verbo	Tipo a		Verbo	Tipo b	
	Lexema do infinitivo	Lexema do particípio		Lexema do infinitivo	Lexema do particípio
ABRIR	Abr-	Abert-	ACEITAR	Aceit-	Aceit-
ESCREVER	Escrev-	Escrit-	PAGAR	Pag-	Pag-
FAZER	Faz-	Feit-			

Fonte: adaptado de Silva, 2006, p. 136.

Camara Jr. (2005 [1970]) também já havia considerado um pequeno grupo de verbos, os quais também chamava de padrão *especial* dos particípios portugueses, que estava em oposição ao padrão *geral* dos particípios. Segundo o autor, o padrão geral era formado pela

³¹ PP mesmo que particípio passado.

terminação *-do*, precedida pelas vogais temáticas *-a* ou *-i* e o padrão especial formado por tema em *-o* ou *-e*. Sobre esse padrão especial, Miara (2013, p. 56) cita os participios *chego* e *trago* como formas que apontam “regularidade nas terminações irregulares”. Segundo a autora,

A lista de participios, de acordo com esse padrão, é formada pelos participios canônicos *pago*, *ganho* e *gasto*, e pelos não canônicos *pego*, *chego* e *trago*, e também *ouço*, *perco* e *canso*, sendo estes três últimos mais incomuns, embora correspondam a dados de fala, além de tantos outros que nem sequer conhecemos. Há, inclusive, relatos de produções de fala nas cidades de Manaus – AM e Natal – RN de sentenças do tipo *Estou canso* para *Estou cansado*, o que nos sugere a possibilidade de esta abundância *cansado/canso* ter se formado com base na conjugação *eu canso*” (MIARA, 2013, p. 56).

Uma hipótese interessante acerca dessa criação de novas formas de participio diz que “está havendo uma passagem funcional das formas conjugadas de 1ª pessoa do singular do presente do indicativo para as formas de participios terminadas em *-o*” (BARBOSA, 1993 *apud* MIARA, 2013, p. 135), o que converge para a hipótese de Silva (2006) de que os verbos do tipo *b*, citados anteriormente, continuam produtivos na fala brasileira, e, por analogia a estes, muitos outros participios têm sido criados na língua (*falo* por *falado*, *guardo* por *guardado*, *chego* por *chegado*), conforme já mencionamos anteriormente. Também a forma *trago* por *trazido* serve como exemplo de formas que surgem por analogia, embora possa ter um embasamento linguístico-histórico, se levarmos em consideração a concorrência de *trazer* e *trager* no período arcaico.

Reiteramos que a discussão sobre os verbos de participio duplo não é nova. Como hoje, já existia no período arcaico a concorrência entre as formas regulares e irregulares. Apesar disso, vale notar, como afirma Silva (2006), que nem sempre os itens verbais do período arcaico coincidem com os do moderno. Contudo, esta é uma discussão que não cabe nos limites deste trabalho e que poderá ser feita em outra oportunidade. A decisão se deve ao fato de acreditarmos que o estudo dos participios duplos é um campo já bem explorado. Nesse contexto, podemos citar, além dos trabalhos de Miara (2013) e Jardim (2019)³², os de Villalva e Almeida (2012), Teixeira da Silva (2012) e Barbosa (1993).

Entretanto, para além da discussão que se dá em torno das formas de participio, outros aspectos das transformações por quais passaram o participio podem ser contemplados. Conforme discutimos na introdução deste capítulo, questões da mudança relacionadas à concordância e tudo que envolva a problemática de inserir, em uma única classe, uma categoria de palavras com um conjunto de propriedades bem complexo podem também ser alvo de pesquisa, e esta é a linha que decidimos tomar para este trabalho.

³² São trabalhos da mesma autora, apenas a referência (nome) é diferente.

1.3 A problemática que envolve as classes de palavras

Há um relativo consenso entre linguistas sobre as deficiências do sistema de classificação de palavras na GT, embora Perini (2007) considere que, por parte das teorias gramaticais modernas, não haja suficiente crítica. Entendemos que esse olhar do autor se baseia, sobretudo, na ideia de que, embora se discutam as questões referentes à classificação tradicional, não são muito produtivos os trabalhos que se propõem a rever questões de categorização das palavras.

Nesse domínio, apesar de reconhecer que diferentes abordagens teóricas utilizam diferentes critérios para classificar as palavras, Basílio (2011) afirma que as classes de palavras ou categorias lexicais devem ser definidas a partir de critérios morfológicos, sintáticos e semânticos simultaneamente para efeitos de descrição gramatical e dos processos de formação de palavras. Sobre a mudança de classe, Basílio (2011, p. 23) afirma que “se efetua fundamentalmente através de processos morfológicos de derivação.”. Ou seja, a mudança a que a autora faz referência diz respeito à criação de novas formas a partir da adição de afixos (sufixos e prefixos) a uma base ou radical, que, conseqüentemente, pertencerão a uma outra classe de palavras. É dessa maneira que Basílio (2011, p. 50) define a formação dos participípios no português: “O sufixo *-do* se adiciona virtualmente a qualquer verbo para a formação do Participípio Passado que, na forma variável, pode ser utilizado quer na formação da voz passiva, [...] quer na adjetivação pura e simples [...]”.³³

Além do processo de derivação que se realiza por meio de modificações na estrutura morfológica da palavra, há um outro processo, na tradição gramatical, que os autores atribuem também como processo de mudança de classe. Chama-se de ‘Derivação Imprópria’ por alguns e de ‘Conversão’³⁴ por outros o processo que consiste fundamentalmente numa mudança de categoria lexical de determinada palavra sem intervenção de um sufixo. Acreditam alguns gramáticos que, por esse processo de formação de palavras, tivemos a transformação de participípios passados em substantivos como: *despesa, esposo, colheita, partida, saída*, etc. Pelo mesmo processo resultou dos participípios presentes, substantivos como *amantes, nascente, poente, estante, crente, lente, vazante, corrente, enchente* etc. Também foram os participípios

³³ A autora não menciona, nesta obra, a formação dos participípios irregulares;

³⁴ Algumas discussões acerca não só do nome que designa de forma mais adequada o processo (derivação/conversão), como também a área da gramática em que se deva estudá-lo, têm sido debatidas há algumas décadas, não havendo ainda um consenso entre os gramáticos. Entretanto, longe de adentrarmos essa discussão, que não é objetivo deste trabalho, nos interessa desta temática destacar a ideia que serve como base para essa discussão: como bem assevera Barreto (1996, p. 39), tratar esse tipo de mudança no capítulo de morfologia é problemático, no sentido de que “além de não estarem presentes marcadores morfológicos, a mudança de classe gramatical que sofre o vocábulo conduz a uma alteração semântica e funcional deste”.

passado e presente que deram origem a preposições como *salvo*, *exceto*, *durante*, *consoante*, *mediante* (COUTINHO, 1976 [1938], p. 173). A respeito dessa afirmação, Lobato (1999, p. 12) acrescenta que as formas regulares (arizotônicas) sempre carregam propriedades verbais, e apenas, eventualmente, podem ter outro emprego, como o caso de *ferido*, *metido*. As irregulares (rizotônicas), por sua vez, podem estar distribuídas em diversas funções (verbos – *entregue*, *pego*; adjetivos – *corrupto*, *omisso*; substantivos – *cinto*, *assento*; preposição – *exceto*, *salvo*).

Ainda não há um consenso entre os autores sobre as razões que motivaram e motivam esse tipo de mudança. Basílio (2011), numa perspectiva mais geral, aposta em um “princípio de economia”. Segundo a autora, uma expansão do léxico não se deve resumir sempre no aumento do número de símbolos conhecidos pelo falante, pois tornaria o sistema pouco eficiente, sobrecarregaria a memória e talvez impedisse a comunicação automática, por isso, o léxico é também formado por mecanismos que ampliam usos e significações de formas e construções já existentes. Ao que parece, não há forte oposição, por parte da autora, ao fenômeno em questão, apenas no que diz respeito à terminologia adotada. Para Basílio (2011, p. 69), o processo não se trata de uma derivação, mas antes de uma conversão, que “é o resultado de uma expansão de propriedades de uma palavra, a qual passa a ser usada em situações próprias de outra classe.”

Analisando o quadro do que se convencionou chamar de formas nominais do verbo, no percurso histórico do PB, percebemos que o particípio passado passou por mudanças, não só fonéticas e morfológicas, como era de se esperar na passagem do Latim para o português, mas também sintáticas e semânticas (COUTINHO 1976 [1938]; BUENO 1958; NUNES (1956)). Consequentemente, parece que as mudanças sintáticas e semânticas contribuíram de alguma forma para que o particípio pudesse “pertencer” a classes de palavras distintas. Essas mudanças, como vimos anteriormente, resultou numa transição completa de classe de palavras como foi o caso do *particípio presente* e do *particípio futuro*, que perderam por completo a sua função verbal e restaram apenas como adjetivos ou substantivos, ou resultou numa possibilidade de alternância³⁵ que dura até os dias atuais, que é o que acontece com o *particípio passado* (hoje chamado apenas particípio). O particípio do PB acumula traços nominais e verbais e pode

³⁵ Tomemos o conceito de alternância em Texeira da Silva (2008) que diz respeito ao fato de duas formas [semelhantes] poderem ocorrer em distribuição complementar, ou seja, uma para cada contexto. No caso dos particípios junto a *ter/haver*, os traços de flexão [gen e num] definem, dentro de cada contexto sintático, o significado que o particípio pode assumir.

assumir diferentes funções sintáticas na oração e, conseqüentemente, expressar diversos sentidos.

Mas afinal, pode o particípio pertencer a mais de uma classe?

Uma das principais discussões que faz Perini (2007) a respeito da classificação de palavras gira em torno da possibilidade de um elemento de determinada classe poder “funcionar” em outro contexto, como se pertencesse a uma outra classe.³⁶ Segundo o autor, uma palavra pode desempenhar diferentes funções sintáticas³⁷, que são definidas pelo contexto. Diz-se que a palavra *gato*, a depender do entorno gramatical, pode ser *sujeito*, *objeto*, *predicativo do sujeito*, etc., mas, em tese, pertencerá sempre a classe dos substantivos. Assim, “[...] a classe se caracteriza pelo **potencial funcional** da forma, ou seja, pelo o que a forma pode ser – as funções que ela pode ocupar na sentença” (PERINI, 2007, p. 66). Isso faz com que o autor defenda a necessidade de se ter uma “noção bem clara e explícita da natureza das classes”, pois estas se colocam no centro da descrição e da teoria linguística.

Para Perini (2007, p. 68), não faz sentido afirmar que uma única forma pertence a diferentes classes. Essa é uma das razões pelas quais o autor critica o conceito de derivação imprópria. Novamente retorna à noção de potencial funcional, alegando que determinadas palavras apresentam um número de funções mais abrangente ou até mesmo um potencial semântico muito mais amplo. Para o autor, o potencial semântico pode ser definido, por exemplo, a partir de uma oposição entre *alto* e *dourado*:

[...] *alto* pode modificar um núcleo de SN (*barulho alto*) ou um verbo (*falar alto*), porque, semanticamente, pode denotar uma qualidade ou um modo; já *dourado* só denota uma qualidade, e correspondentemente não pode modificar um verbo (PERINI, 2007, p. 68).

Nos termos de Perini (2007, p. 68) “*alto* e *dourado* pertencem a classes diferentes”, *alto* apresenta um potencial semântico mais abrangente que *dourado*, e, por esta característica, *alto*, por exemplo, pode assumir diversas funções, mas não pode pertencer a diversas classes. Outra crítica ao que se chama derivação imprópria parte da ideia de ser arbitrária a decisão de colocar uma palavra como básica e outra derivada por “efeito de processo gramatical”. Para o autor, isso não funciona em termos descritivos sincrônicos, talvez, possa vir de alguma motivação diacrônica, e justifica essa ideia citando *persiana* como exemplo de “mudança” de classe listado

³⁶ Pelo processo que alguns autores chamam de derivação imprópria e outros de conversão.

³⁷ O que o autor define como funções sintáticas diz respeito às relações de posicionamento, não à nomenclatura tradicionalmente listadas nas GT's.

pela GT, apesar de, no português atual, só ser usada como nome de um objeto. (PERINI, 2007, p. 68).

Observamos que Perini (2007, p. 68) trata do fenômeno do ponto de vista linguístico, acreditando que o uso em diversas funções “não constitui inovação por parte do falante, mas está codificado na língua atual, e é aprendido como parte da estrutura léxico-gramatical da língua”. Isso significa dizer que faz parte da própria estrutura linguística permitir que determinado item lexical assumia diferentes funções, o que, de certa forma, converge para o pensamento de Basílio (2011) quando aposta na ampliação de usos de formas e construções já existentes na formação do léxico. A única questão que não sabemos é se a autora admite apenas fatores puramente linguísticos ou também fatores de ordem cognitiva como motivadores da ocorrência do processo de expansão do emprego de formas e construções já conhecidas pelo falante.

Diante desse posicionamento inicial, fica um questionamento que norteia todo nosso trabalho: como tratar do participio, que, em tese, para muitos gramáticos, ora comporta-se como verbo, ora comporta-se como adjetivo?

1.3.1 Definindo verbo e adjetivo

Tradicionalmente, Cunha e Cintra (2001, [1985], p. 380) classificam o verbo como “palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo [...]”. O verbo também apresenta variações de número, de pessoa, de modo, de tempo, de aspecto e de voz (CUNHA E CINTRA, 2001 [1985], p. 380). Outras gramáticas, semelhantemente ao que fazem os autores supracitados, ora definem o verbo pelo critério semântico, ora pelo morfológico, ora pelo sintático, o que, muitas vezes, acarreta inconsistências.

Nesse contexto, uma proposta para a definição de classes, que parece mais consistente, é dada por Basílio (2011). A autora amplia a definição e busca usar sempre os três critérios (morfológico, sintático e semântico) para definir qualquer classe lexical: semanticamente, o verbo define-se como “palavra que corresponde a uma ação ou processo representado no tempo, com a finalidade de predicação” e, gramaticalmente³⁸, ocupa o núcleo do predicado verbal, flexiona-se em tempo, modo, aspecto, número e pessoa e concorda em número/pessoa com o sujeito. (BASÍLIO, 2011, p. 28).

³⁸ Supomos, dada a definição, que o critério gramatical envolva os critérios morfológicos e sintáticos, totalizando os três critérios a que fazemos referência.

Para Perini (2005, p. 22), “a classe dos verbos é certamente mais homogênea, muito nitidamente distinta das demais classes de palavras” (PERINI, 2005, p. 22). Essa homogeneidade se torna muito mais nítida quando se define o verbo em termos sintáticos:

[...] o verbo desempenha na oração unicamente a função de núcleo do predicado [NdP]³⁹; essa é a única função que um verbo pode desempenhar, e somente um verbo pode ser núcleo do predicado. Em outras palavras, o verbo é sempre o NdP da oração; e o NdP da oração é sempre um verbo” (PERINI, 2007, p. 71).

Uma particularidade no estudo da classe dos verbos fica a cargo daquelas chamadas pelos gramáticos modernos de *Formas nominais do verbo*, que “caracterizam-se todas por não poderem exprimir por si nem o tempo nem o modo. O seu valor temporal e modal está sempre em dependência do contexto em que aparecem” (CUNHA E CINTRA, 2001 [1985], p. 482). Assim, se chamam o infinitivo, o gerúndio e o particípio. A princípio, para alguns, há aí uma grande confusão terminológica que insere, em uma única categoria, duas classes com propriedades muito distintas – o verbo e o nome⁴⁰. Por agora, limitamo-nos a lembrar que o *particípio*, além de não exprimir por si só as noções de tempo e modo, ainda pode, em certos casos, receber as desinências *-a* de feminino e *-s* de plural. Maiores detalhes e discussões faremos adiante.

Vejamos agora algumas noções sobre a classe dos adjetivos.

Tradicionalmente, Cunha e Cintra (2001 [1985]) classificam o adjetivo como “um modificador do substantivo”. Entre outras funções, serve para caracterizar, sobretudo, seres e objetos, atribuindo-lhes uma qualidade (ou defeito), ou indicando o modo de ser, aspecto ou aparência, e estado. (CUNHA E CINTRA, 2001 [1985], p. 246). Definição semelhante encontramos em Basílio (2011, p. 19) quando afirma que a classe dos adjetivos se define “pelas propriedades de caracterizar ou qualificar, sobretudo, os seres designados pelos substantivos; e de concordar em gênero e número com o substantivo”. Cunha e Cintra (2001[1985]) também ressaltavam a característica inerente do adjetivo de flexionar em número e gênero, acrescentando a flexão em grau e, sintaticamente falando, podendo desempenhar funções de adjunto adnominal (ADN) e predicativo. Perini (2005, p. 327) define os adjetivos em termos sintáticos como “palavras que podem ser *complementos do predicado* e também *modificadores e predicativos*⁴¹”. Apesar de o autor buscar uma definição do adjetivo em termos sintáticos, não

³⁹ Grifo nosso

⁴⁰ “Nominais” são uma classe abrangente que inclui várias classes tradicionais: substantivos, adjetivos, pronomes e artigos (PERINI, 2007, p. 64).

⁴¹ Para maiores detalhes, ver Perini (2005).

hesita em atribuir o papel temático de Qualidade como característico dessa classe, ainda que não seja o único (PERINI, 2007).

A tentativa de classificar palavras é bem mais complexa do que aparenta ser nas GT's. Tomemos um exemplo de Perini (2007). Segundo o autor, uma palavra como *mesa* pode ser núcleo de um SN, mas não um modificador. *Estomacal*, por sua vez, pode ser modificador, mas não ocorre como núcleo do SN. A palavra *amigo*, entretanto, pode tanto ser núcleo do SN como em: “meu *amigo* vai telefonar às oito horas”, quanto modificador: “eu sempre prefiro consultar um médico *amigo*”⁴². Dito isto, conclui-se que há pelo menos “três grupos de potencial funcional distinto” para se encaixar as três palavras aqui descritas: as que podem ser só núcleo do SN, as que podem ser só modificador e as que podem ser núcleo e modificador ao mesmo tempo (PERINI, 2007, p. 67). Essa classificação diverge bastante daquela proposta pela tradição, que incluiria, por exemplo, *mesa* e *amigo* numa mesma classe, a dos substantivos, sem levar em conta que elas não apresentam o mesmo potencial funcional.

Posto isso, nos perguntamos: Que traços podem definir a classe lexical do participípio?

1.3.2 Breve discussão sobre a classe do participípio

Em *Gramática do Português Brasileiro*, Perini (2010) discute a natureza dessa categoria denominada pela GT de participípio. Essa imprecisão terminológica, que insere uma categoria que tem, em português, uma propriedade estritamente nominal (o gênero) em uma outra, que tem uma propriedade eminentemente verbal (o tempo), leva o autor a propor uma distinção considerada por ele apropriada: a de **participípio nominal** e a de **participípio verbal**, com base na presença do traço de *gênero* no primeiro e ausência no segundo. Nesse contexto, o que chamamos unicamente de participípio “[...] cobre na verdade duas formas morfológicamente parecidas, mas de comportamento gramatical bem distinto, e apenas uma delas é realmente uma forma verbal associada a diáteses” (PERINI, 2007, p. 221).

Com os exemplos apresentados em (23) e (24), Perini (2007, p. 221) sugere que se denomine o primeiro como participípio verbal por estar na forma invariável e o segundo como participípio nominal, pois apresenta variação em gênero e número e funciona como modificador.

(23) Elisa tinha consertado o fogão.

(24) O fogão consertado é aquele ali da esquerda.

⁴² Os exemplos são de Perini (2007, p. 67).

De acordo com Perini (2007, p. 221), há diferenças morfológicas e semânticas entre o particípio verbal e o particípio nominal. Morfologicamente falando, o **particípio nominal** “parece fazer parte de um grupo de nominais (“adjetivos”) derivados do verbo, mas não propriamente fazendo parte do lexema verbal”, e isso se deve não só pela possibilidade de variar em gênero e número nominal (-s), que acaba sendo uma derivação bem regular, mas existem casos em que há uma diferença formal bastante expressiva. Segundo o autor, essas diferenças podem ser percebidas com um grupo de verbos chamados pela GT de “abundantes”, e, “sempre que se verifica essa dualidade [...], a forma regular é a verbal, a irregular a nominal” (PERINI, 2007, p. 221). À luz dos exemplos de Perini (2007, p. 221):

(25) Manuel tinha matado / ?* morto a galinha.

(26) A galinha morta / * matada está na geladeira.

Conclui-se que, com alguns verbos, quando há uma oposição formal entre os particípios, cada um só pode assumir o lugar da classe lexical a que pertence, assim, *morto* não poderia assumir o lugar de *matado* em (25), por ser ali o lugar de um particípio verbal. Do mesmo modo, *matada* não poderia assumir o lugar de *morta* em (26), por ser ali o lugar de um particípio nominal. Observamos que, com verbos como *acender* e *prender*⁴³, o mesmo pode ocorrer:

(27) a. Os meninos não tinham acendido / ?* aceso as luzes da casa

b. A luz acesa / * acendida estava incomodando

(28) a. O policial já tinha prendido / * preso o bandido

b. Bandido preso / * prendido atira e mata policial

No entanto, verbos como *aceitar*, por exemplo, parecem admitir, com maior facilidade, as duas formas para ambas as posições:

(29) a. A namorada ainda não tinha aceitado / aceito o pedido de casamento

b. Todos os inscritos tiveram seu pedido aceitado / aceito⁴⁴

Parece haver, nesse caso, traços (não se sabe se morfológicos ou semânticos) que possam dividir os particípios em pelo menos dois grupos: aqueles que as formas regular/irregular ocorrem mais livremente, e os que apresentam alguma restrição. O autor, no entanto, não adentra esta discussão. É importante notar que também não há menção à estrutura

⁴³ Não tratamos do particípio de verbos como *gastar*, *pagar*, *ganhar* por haver muitas discussões em torno de uma ampla preferência pelas formas irregulares desses particípios em qualquer que seja o contexto sintático.

⁴⁴ Os exemplos em 27, 28 e 29 são de criação nossa.

de que tratamos na Introdução dessa dissertação, os casos com participio flexionado quando em estruturas com *ter/haver* como no exemplo (2):

(2) Tenho *corrigidas* muitas lições.

Entretanto, sabemos que, nos termos de Perini (2010), a presença do traço de gênero já seria suficiente para enquadrar o participio em (2) como participio nominal. Em oposição ao exemplo (1):

(1) Tenho *corrigido* muitas lições.

Acontece que, apesar de o autor não se referir diretamente às diferentes noções de sentido provocadas pelo uso das diferentes formas em (1) e (2), deixa pistas de possíveis diferenças semânticas entre participio verbal e nominal, pelo menos no que se refere aos papéis temáticos:

[...] alguns participios nominais atribuem ao núcleo de seu SN o papel temático de Paciente, e isso é em geral considerado típico desses itens: em *fogão consertado* o *fogão* é Paciente do conserto. Mas há um bom número de exceções, como um *rapaz aborrecido*, *um palhaço divertido*, *uma mulher decidida*, *eu já estou almoçado*, *um curso muito puxado* etc., onde o núcleo não é Paciente. Isso sugere que nas construções exemplificadas (e que às vezes são identificadas com a passiva) o participio não pertence ao lexema verbal (PERINI, 2007, p. 221).

Com o participio verbal, no entanto, o papel temático atribuído ao sujeito é o mesmo atribuído pelo verbo correspondente como em:

- (30) a. Júlio come demais. [Júlio = Agente]
 b. Júlio tem *comido* demais. [Júlio = Agente]
- (31) a. Júlio desanimou. [Júlio = Paciente]
 b. Júlio tinha *desanimado* [Júlio = Paciente]

O que certamente não ocorre com o participio nominal (PERINI, 2007).

Seguindo o raciocínio de Perini (2005; 2007; 2010), passamos a tratar o participio como elemento que apresenta duas formas pertencentes a classes diferentes, a saber, uma forma nominal e uma forma verbal, pois apresenta um potencial funcional muito abrangente. Assim, o participio funciona como exemplo de palavra que apresenta propriedades de duas classes tradicionais distintas – do verbo e do adjetivo –. Tomemos como exemplo o participio do verbo *corrigir*. *Corrigido*, o verbo, denota a ação de corrigir, mas para que isso ocorra, o participio

depende de uma estrutura sintática em que ocorre juntamente com um verbo auxiliar, sejam eles, *ter* ou *haver*, e permaneça invariável como já vimos no exemplo (1):

(1) Tenho **corrigido** muitas lições.

Nessa construção o particípio assumirá unicamente a função de núcleo do predicado, denotando um aspecto concluído da ação verbal, e atribuindo papel semântico de agente ao sujeito e de paciente ao objeto. Pensando no paradigma de Perini (2007), o particípio verbal atribui o mesmo papel temático ao sujeito que o seu verbo correspondente atribui. Assim, teríamos um par:

(32) a. Eu **corrigi** muitas lições (Eu = agente)

b. Eu **tenho corrigido** muitas lições (Eu = agente)

Por outro lado, sendo adjetivo, *corrigido* tem o potencial de caracterizar/modificar o substantivo a que se refere, e assume essa função sempre que faz parte de um SN e respeita as relações de concordância, como em (33) por exemplo:

(33) O professor trouxe as lições **corrigidas**.

Esse tipo de construção evidencia uma propriedade própria do adjetivo que é a de modificar o substantivo que acompanha. Ressaltamos apenas que, nos limites deste trabalho, consideramos que a função sintática do particípio, nesse caso, depende muito do contexto comunicativo em que se apresenta, ou das funções pragmáticas, que são assim definidas:

Funções pragmáticas são funções que especificam o estatuto informacional dos constituintes em relação à situação comunicativa em que eles são usados. Os mais importantes parâmetros que distinguem as funções pragmáticas são: (i) a “topicidade”, que concerne aos atores do evento encenado na interação comunicativa (caracteriza aquilo de que se fala); a “focalidade”, que concerne às peças de informação mais importantes ou salientes para a modificação que o falante deseja provocar na informação pragmática do seu ouvinte, bem como para o desenvolvimento subsequente do discurso (caracteriza aquilo que dizemos sobre os tópicos)” (NEVES, 2018, p. 102).

Nesse contexto de funções pragmáticas, encaramos, conforme Dik (1989a, 1997a, p. 68 *apud* Neves, 2018), que uma mesma estrutura, a depender da entonação, pode levar a “uma série de expressões alternativas”. E isso muito depende do que se quer enfatizar, ou das informações que já são conhecidas. Se em (33) houvesse uma suposição de que o professor **já havia corrigido** as lições, o constituinte inteiro *as lições corrigidas* tratar-se-ia do tópico (aquilo de que se fala); nos termos de Neves (2018), a informação já conhecida. Por outro lado,

a informação nova, ou o foco, ficaria por conta do verbo *trazer* (aquilo que dizemos sobre o tópico). A sentença poderia assim ser representada:

(34) [As lições corrigidas], [O professor] [TROUxe]

Nesse contexto comunicativo, podemos substituir o constituinte *as lições corrigidas* por um pronome oblíquo átono correspondente: “o professor trouxe-as”, pois, parte-se do princípio que já se sabe que as lições estavam corrigidas, restava ao interlocutor saber se o professor as havia trazido ou não. Em termos sintáticos tradicionais, essa substituição plena do SN é uma forma de justificar a classificação de *corrigidas* como adjunto adnominal (ADN).

Agora se, por outro lado, não se sabe o ‘estado’ das lições que o professor trouxe, se corrigidas ou não, a delimitação dos constituintes, que irão representar o tópico ou o foco, pode mudar. A informação nova abarcaria, além da noção expressa pelo verbo *trazer*, a característica expressa por *corrigidas*, e a sentença poderia ser assim representada:

(35) [As lições], [O professor] [trouxe] [**corriGI**das]⁴⁵

Levando em consideração o que é proposto por Neves (2018) a respeito da entonação, poderíamos, ainda, pensar sobre a possibilidade de *corrigidas* se fazer eminente no constituinte que é o foco nessa sentença, por meio de uma focalização entoacional, ou seja, a forma como se enuncia a palavra *corrigidas* pode definir a informação esperada pelo interlocutor (já que, no contexto comunicativo que criamos, o estado das lições é que era desconhecido). Do ponto de vista sintático, a GT considera que tanto ADN quanto o predicativo do objeto modificam o núcleo do objeto, com a diferença de que o ADN se situa dentro do SN objeto, enquanto o predicativo se situa fora do SN objeto. No contexto comunicativo em que se apresenta, se optarmos por fazer a substituição do constituinte por um pronome oblíquo átono correspondente, há de se notar que *corrigidas* ficará fora, pois a informação nova precisa ser expressa: “O professor trouxe-as corrigidas”. Aqui, parte-se do princípio que já se sabe que o professor trouxe as lições, restando saber se corrigidas ou não. A princípio, as GTs não tratariam este caso como *predicativo do objeto*, pois não incluem o componente pragmático em sua descrição, portanto, *corrigidas*, possivelmente, segue com a mesma função sintática de ADN em uma abordagem tradicional.

Com isso, notemos que, embora possa haver uma discussão acerca das funções **sintáticas** que *corrigidas* pode assumir em (33), não se discute a classe a que essa palavra

⁴⁵ Não confundir esta divisão com a divisão sintática tradicional.

pertence. É participio nominal porque comporta-se como adjetivo tanto do ponto de vista morfosintático (concordando em gênero e número com o substantivo a que se refere), quanto do ponto de vista semântico (caracterizando o substantivo a que está ligado).

Para o Funcionalismo linguístico, uma mesma expressão, como é o caso de (33), pode gerar duas estruturas que não são intercambiáveis, dentro de um contexto real de comunicação. Cada uma delas é “comunicativamente adequada em uma determinada situação” (NEVES, 2018, p. 102). Note que, no contexto comunicativo em que se apresenta, a primeira sentença foca na ação de *trazer* as lições e a segunda frase foca no *estado* das lições, ou no “como”.

O Funcionalismo linguístico é uma ‘teoria da organização gramatical’ que “entende a gramática como suscetível às pressões do uso” (NEVES, 2018, p. 15). Nesse contexto, segundo Neves (2018), a questão básica de qualquer estudo de tratamento funcionalista é a competência linguística, ou seja, um pesquisador de ordem funcionalista deve ter seu interesse centrado na verificação de como a comunicação com essa língua se realiza, verificando como os usuários da língua interagem linguisticamente com eficiência. Nessa mesma visão, Martelotta e Kenedy (2015, p. 14) advogam que:

O polo funcionalista caracteriza-se por conceber a língua como um instrumento de comunicação que não pode ser analisado como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical.

Sobre a competência linguística, Coseriu (1992 *apud* NEVES, 2018) vai dizer que ela pode ser definida como o saber aplicado pelos falantes de uma língua natural ao falar e ao configurar a estrutura da sentença falada. Neves (2018) vai dizer que afirmar que o Funcionalismo linguístico dá grande importância à competência comunicativa significa dizer que ele considera “a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória” (NEVES, 2018, p. 28). Hymes (1974 *apud* NEVES, 2018, p. 28) complementa dizendo ser necessário “acrescentar ao processo tradicional de descrição gramatical a descrição das regras para o uso social apropriado da linguagem.”

1.3.3 O que dizem as gramáticas

Conforme dissemos anteriormente, há um fato um tanto singular na subclassificação dos verbos, as chamadas “Formas Nominais”, que incluem o infinitivo, o gerúndio e o participio. Deixando de lado o infinitivo e gerúndio, não porque não são importantes para o estudo das Formas nominais, mas porque não fazem parte do escopo deste trabalho, relembremos que é de

longa data a discussão sobre a classe de palavras a que pertence o **particípio**. Vem desde Dionísio da Trácia, já nos séculos II-I a.C, em sua *Techné Grammatiké*, quando o particípio ainda era tratado como uma classe independente.⁴⁶

É comum as gramáticas modernas brasileiras descreverem o particípio ao lado do infinitivo e do gerúndio, na seção dedicada à Morfologia, dentre as *Formas Nominais do verbo*. Assim, de acordo com Lima (2007 [1972], p. 122), “o *particípio* tem valor e forma de *adjetivo*: modifica substantivos com os quais concorda em gênero, número; apresenta o feminino em *-a*, e o plural em *-s*.” A aparência de verbo, segundo o autor, não embarga, de modo algum, a sua **função adjetival**. Esse valor e forma do particípio também é apontado por Cunha e Cintra (2001 [1985], p. 484) quando os autores afirmam que “o particípio apresenta o resultado do processo verbal; acumula as características de verbo com as de adjetivo, podendo, em certos casos, receber como este as desinências *-a* de feminino e *-s* de plural”. Em Bechara (2009 [1961]), podemos identificar informações semelhantes às demais encontradas nas outras gramáticas consultadas. O autor reafirma a possibilidade de o particípio, ao lado do seu valor verbal, poder desempenhar função de adjetivo (homem *sabido*), podendo receber desinências iguais àquelas que caracterizam a flexão nominal, ou seja, desinências de gênero e número nominais.

Sobre o emprego adjetival, em Lima (2007 [1972]), a princípio, fica subentendido pela própria definição de particípio que ele não passa de um adjetivo. Entretanto, a única menção explícita sobre a questão de concordância fica na definição de voz passiva. O autor diz que com o verbo *ser*, na conjugação da voz passiva, quando se tratar de um ser do gênero feminino, o particípio também assume a forma feminina. A outra menção ao particípio com valor adjetival diz respeito ao uso das formas irregulares de particípio, mas é feita sem tocar em questões de concordância⁴⁷. Relembremos, por outro lado, a definição de Cunha e Cintra (2001 [1985]) e, assim, notemos que, no que se refere à concordância, o autor vai dizer que ela se realiza “em certos casos”, mas não enumera quais casos seriam esses, apenas diz que, **sem a presença de um auxiliar**, exprimindo um estado sem estabelecer relação temporal, o particípio “confunde-se” com o **adjetivo** como em

(36) O corpo torturado do tratorista caíra em cima dos presos já adormecidos àquela hora da noite.

⁴⁶ Ver, para maiores detalhes, NEVES, 2011.

⁴⁷ Julgamos ser importante falar da concordância, ainda que o autor defina o particípio como “com valor e forma de adjetivo”, pois ele exemplifica construções de *tempo composto* formadas por *ter/haver* mais particípio invariável, sem explicar o porquê de a forma *vir* não flexionada.

Aqui a necessidade de manter as relações de concordância novamente fica subentendida, já que em todos os exemplos dados pelo autor, o particípio concorda em gênero e número com o substantivo a que se refere. Essa relação de concordância também fica evidente em construções sem auxiliar quando exprime o resultado de uma ação acabada (*Achada* a solução do problema, não mais torturou a cabeça; *Lidas* uma e outra, procedeu-se às assinaturas; *Aberta* uma exceção, estaremos perdidos.). Nesse contexto, a definição de Bechara (2009 [1961]) também aponta para as possibilidades de o particípio receber desinências nominais (gênero e número) e, além de definir o seu valor adjetival, acrescenta, na seção dos verbos abundantes, que as formas de particípio ficam invariáveis com os auxiliares *ter/haver* na voz ativa e se flexionam em gênero e número com os auxiliares *ser, estar, e ficar* na voz passiva.

Trata-se do particípio também na definição das vozes verbais. Em geral, o particípio é estabelecido como constituinte da voz passiva analítica, que se realiza com “o verbo auxiliar *ser*, conjugado em todas as suas formas, seguido do particípio do verbo que se quer apassivar.” (LIMA, 2007 [1972], p. 140). O mesmo é encontrado em Cunha e Cintra (2001, p. 385), entretanto, os autores distinguem a voz passiva de ação, formada por *ser* + particípio (Pedro *foi ferido* por João) da voz passiva de estado (formada por *estar* + particípio) como em “*Estou arrependido* do que fiz”. Almeida (2009, p. 10) também reconhece uma formação de voz passiva “mediante os verbos auxiliares *ser* e *estar* e o particípio de certos verbos ativos.”. Bechara (2009 [1961], p. 222) acrescenta o auxiliar *ficar* em sua definição sintática da formação de voz passiva, e define, em termos semânticos, que, na voz passiva⁴⁸, a forma verbal indica que a pessoa é o objeto ou “paciente da ação verbal.”.

Apesar de não ser o foco do nosso trabalho, consideramos importante fazer uma observação no que tange às construções de voz passiva. Vejamos. Na formação de voz passiva, em todos os gramáticos consultados, o particípio faz parte de uma locução verbal, sendo denominado como “verbo principal da oração”, mas compartilha sempre traços de gênero e número com o sujeito a que se refere, sem razão aparente, além, é claro, da possibilidade intrínseca do particípio de variar em gênero e número. A observação importante a ser destacada é que, apesar de também vir acompanhado de uma auxiliar, ele difere em vários aspectos do particípio na formação de *tempo composto*⁴⁹. Observemos as estruturas abaixo:

⁴⁸ Bechara (2009, p. 222) distingue voz passiva e passividade, definindo *Voz* como “forma especial em que se apresenta o verbo para indicar que a pessoa recebe a ação”. Exemplo: ‘Ele *foi visitado* pelos amigos’. Por outro lado, define *Passividade* como “o fato de a pessoa receber a ação verbal”. Assim, além de traduzir-se pela voz passiva, também pode ser visto na voz ativa, “se o verbo tiver sentido passivo”. Exemplo: ‘Os criminosos recebem o merecido castigo’.

⁴⁹ A outra estrutura em que se afirma que o particípio é verbo principal

Na formação de *tempo composto* (com o auxiliar *ter*):

- a) O particípio não flexiona em gênero e número;
- b) Fazendo parte de uma locução verbal, assume, exclusivamente, esse valor verbal tanto do ponto de vista morfológico quanto do ponto de vista semântico;
- c) Apresenta a mesma predicação da forma finita do seu respectivo verbo (tinha comido = comeu).

Na formação da *voz passiva* (com *ser/estar*):

- a) O particípio varia em gênero e número;
- b) Geralmente definido como verbo pelas gramáticas normativas, o particípio faz parte de uma locução verbal, mas, semanticamente, o seu valor de verbo se confunde com o valor adjetival, já que, nessas construções, os auxiliares são vazios de sentido lexical e não podem expressar o valor verbal da sentença por si só⁵⁰. Por outro lado, embora subentenda-se um valor verbal do particípio na construção de voz passiva, ele se aproxima muito de um adjetivo, modificando (indica um estado ou caracteriza) um substantivo (núcleo do SN sujeito). Essa confusão se apresenta também no campo sintático, já que, tradicionalmente, em determinados contextos, se atribui ao particípio a função de *predicativo do sujeito* (função nominal), mas, sendo *verbo principal*, sintaticamente deveria receber função de NdP, função que para alguns autores é exclusiva do verbo. Só não se confundem os valores do ponto de vista morfológico, já que sempre recebe as marcas de gênero e de número, característica nominal (adjetival).
- c) A atribuição de papéis temáticos é feita de maneira diferente do seu respectivo verbo (foi escrito ≠ escreveu)

Sabe-se que a visão tradicional, em geral, não distingue duas formas de particípio, e, no que concerne a sua definição em construções de voz passiva, ele permanece classificado como “verbo principal”. Conforme vimos anteriormente, uma solução nesse sentido dada por Perini (2010) é tratar o particípio das chamadas passivas analíticas como nominal, devendo o particípio ser analisado como complemento qualificativo (o *predicativo do sujeito* da NGB), a exemplo de adjetivos. E o autor não é o único a propor algo nesse sentido, observamos que Pagani (1994 *apud* MIARA, 2013, p. 59) já questionava a categoria dos particípios quando em construções de voz passiva: “trata-se de verbo ou adjetivo?”. Segundo o autor, a dúvida tem base no ensinamento que se dá sobre a voz passiva surgir da transformação da voz ativa constituída de verbo transitivo, acrescentando o auxiliar *ser* à forma participial do verbo

⁵⁰ Diferente de *ter/haver* que quando se encontram com o particípio flexionado, em certos casos, assumem o sentido pleno de posse, podendo expressar o valor verbal da sentença por si só.

principal, o que implica dizer que o particípio é sempre verbo. Entretanto, ele assume que há uma necessidade de distinguir pelo menos duas formas de particípio, uma que fica invariável, tem valor verbal e constitui os *tempos compostos*, e outra que se flexiona em gênero e número e tem função adjetival. Relembremos, por fim, o trabalho de Pimenta-Bueno em que a autora enumera oito contextos sintáticos em que o particípio é classificado como adjetivo e outros dois contextos em que o particípio exibe um comportamento híbrido, sendo, portanto, considerado como particípio passivo, que compartilha tanto traço [+Adj] quanto traço [+V] como em *Pelé é considerado extremamente competente* ou *Maria era muito assustada quando criança*⁵¹.

Sem dúvida, os aspectos a serem estudados sobre a formação de voz passiva são muitos, os quais não podemos nos ater com profundidade nesta pesquisa para não a tornar muito extensa. Desta discussão, o que é importante destacar é que, conforme observamos, no que concerne à flexão do particípio, os gramáticos consultados restringem-se a exemplificá-la em duas situações:

- a) construção de voz passiva (ser/estar + particípio)
- b) constituinte de um sintagma nominal (SN);

Esses são os lugares comuns da flexão em gênero e número do particípio. O único lugar em que há um consenso (implícito ou explícito) entre os gramáticos consultados de que o particípio fica sempre invariável é diante de *ter/haver*, nas construções tradicionalmente chamadas de construções de *tempo composto*. Todavia, Bechara (2009 [1961]), assim como Almeida (2009), parecem reconhecer a existência de uma outra estrutura que, embora formalmente semelhante, difere-se tanto na estrutura do próprio particípio, que se flexiona diante de *ter/haver*, quanto no sentido em determinados casos.

É interessante o posicionamento de Bechara (2009 [1961]), porque apresenta o sistema de categorias verbais elaborado por Roman Jakobson (gênero, número, pessoa, estado, aspecto, tempo ou nível temporal, voz ou diátese) e, dentro desse sistema, merece destaque a “categoria gênero”. Segundo Bechara (2009 [1961], p. 212), a categoria gênero “refere-se aos participantes no acontecimento comunicado e daí adquire capacidade qualificadora”. Afirma que, “em geral, não necessita marca especial”, mas que em português essa marca é típica do particípio. Atualmente aparece apenas na voz passiva, como em *a novela foi escrita*. Mas nos séculos XVII e XVIII, manifestavam-se em construções com o objeto direto, como em *tem pisada a areia*,

⁵¹ De acordo com Pimenta-Bueno (1986), essa estrutura em que o constituinte posterior ao particípio é diferente de SN ou Sadj induz a uma interpretação ambígua. Pode-se ter uma leitura [+estativa], ou seja, “era típico, característico de Maria ser assustada (= assustadiça) quando ela era criança”, ou uma leitura [-estativa], isto é, “Maria costumava ser frequentemente *assustada* por alguém ou algo quando ela era criança.”

quando então desaparecem do PB, restando apenas no francês e italiano (*je l' ai écrité [la lettre], l'ho scritta*). Merece destaque também a “categoria número”, que semelhante ao gênero faz referência aos participantes no acontecimento comunicado, porém com capacidade quantificadora. Realiza-se de maneira diferente com o particípio, já que se faz sem relacionar-se com a pessoa, em oposição às outras formas verbais em que o número está sempre ligado à pessoa do verbo. Com o particípio, a marca de número é sempre o -s, o mesmo dos nomes (*visto - vistos*) (BECHARA, 2009 [1961, p. 212]).

Em relação às categorias de Tempo e Aspecto que aludem, respectivamente, “à posição da ação verbal no percurso”, e “à maneira de considerar a ação verbal no tempo”, Bechara (2009 [1961], p. 213) enumera um conjunto de subcategorias com base em Eugenio Coseriu. Dentre essas subcategorias, destacamos a de *Resultado*. De acordo com Bechara (2009 [1961], p. 216):

Uma ação pode ser assinalada como “com resultado” (*resultativa*) ou como “sem resultado” (*não resultativa*). O resultado pode ser *subjetivo* (se afeta o sujeito [agente] e representa uma ação *efetiva*) ou *objetivo* (se afeta o objeto e representa um produto, *produtiva*).

Com isso, o autor destaca a construção com *estar* + particípio como resultado efetivo. Exemplo: *está escrito*. E *ter* + particípio em concordância com o objeto, como em ***tenho escritos*** *dois livros*, como exemplo de resultado produtivo. Note que, no que concerne à estrutura formal, não parece haver diferenças entre *tenho escritos dois livros* e *tem pisada a areia*. E não há menção a um possível desaparecimento da primeira estrutura.

Essa breve consulta a gramáticas descritivas e normativas do português brasileiro (CUNHA E CINTRA, 2001 [1985]; LIMA, 2007 [1985]; BECHARA, 2009 [1961]) nos permite sintetizar, com poucas diferenças, o seguinte:

- a) Classifica-se o particípio como Forma Nominal do verbo, pois, ao lado de seu valor verbal, acumula características de nome: flexão de gênero e número nominal;
- b) Os particípios variam em gênero e em número com os verbos *ser e estar*, permanecendo invariáveis com os verbos *ter e haver*;
- c) Em determinadas construções, o particípio tem valor de adjetivo;
- d) Em geral, o particípio atua em diferentes estruturas e com diferentes funções sintáticas.

De acordo com as gramáticas consultadas, o particípio vai atuar em **construções de voz passiva ao lado de auxiliares como *ser/estar*, construções de tempo composto com os auxiliares *ter/haver***, como constituinte de um sintagma nominal (SN) ou em **orações reduzidas**, conforme observamos nos exemplos em [37]:

- (37) a. A encomenda ***foi recebida*** pelo porteiro. (voz passiva)

- b. O porteiro tinha recebido a encomenda. (tempo composto de voz ativa)
- c. Ficamos felizes com a encomenda recebida. (constituente de SN)
- d. Recebida a encomenda, o porteiro ligou para informar. (oração reduzida)⁵²

Nesta abordagem, percebe-se que a ênfase que se dá ao tema recai sobre o aspecto formal, pouquíssimas são as informações sobre o comportamento sintático, e mais raras ainda são as do comportamento semântico do particípio. Fato que comprova essa ênfase ao aspecto formal é ver que algumas gramáticas se limitam a definir aspectos morfológicos do particípio e a apresentar uma lista com os verbos de particípio duplo, retornando ao tema apenas quando apresenta um paradigma da conjugação ativa composta (*ter/haver* + particípio), ou quando tratam de vozes do verbo.

1.4 Tempo composto de voz ativa

Ao falar sobre o tempo composto no período arcaico, Silva (2006) baseia-se em Dias (1959) e Said Ali (1964) para sustentar a ideia de que sequências de *ser* + *particípio* caracterizavam o tempo composto desse período. Segundo a autora, os auxiliares *ser/estar*, que hoje funcionam exclusivamente em construções de voz passiva, caracterizando uma ação ou estado, antes, funcionavam também como expressão de “ato consumado”, entretanto, apenas com um subconjunto de verbos intransitivos, conforme os exemplos em (38), (39) e (40):

(38) Aquele meu amigo era passado deste mundo. (DSG [1989: 444-447])

(39) Aquele foi chegado aa morte per aquela pestelença geral. (DSG [1989: 444-447])

(40) Lopo Soares era chegado. (João de Barros, séc. XVI)⁵³

Said Ali (1964, *apud* SILVA, 2006) vai dizer que *ser*, nesses casos, é verbo auxiliar e que o particípio passado se refere ao sujeito da oração. Essa afirmação do autor colocaria em xeque a noção de que a voz passiva se constrói apenas com verbos transitivos, contudo, conforme dissemos, somente ocorria com alguns verbos intransitivos, e a julgar pelos exemplos, parece que apenas os inacusativos. No entanto Said Ali acrescenta que esse tipo de construção prevalecerá na língua com o verbo *ter*. Por outro lado, Dias (1959 *apud* SILVA, 2006) acreditava que as combinações feitas acima correspondiam, de fato, aos ‘tempos compostos dos depoentes latinos’ (constituídos de *esse* + particípio passado). Tal afirmação se dava pelo fato

⁵² Os exemplos são nossos.

⁵³ Exemplos retirados de Mattos e Silva (2006, p. 140).

de essas seqüências verbais terem, no português arcaico, estrutura morfológica de passiva analítica, porém com sentido ativo – característica original dos verbos depoentes latinos.

Nesse contexto, assumir a hipótese de Dias parece ser mais viável, já que no PB não se admite voz passiva com verbos intransitivos. De acordo com Jardim (2019, p. 174), a grade temática de verbos intransitivos e transitivos indiretos no PB não permitem a formação da voz passiva (* *foi dormido(a)* e **foi gostado (a)*). A afirmação de Said Ali (1964) sobre a substituição de *ser* por *ter*, entretanto, pode ser corroborada quando verificamos que, no português moderno, as sentenças acima foram substituídas por estruturas correspondentes com o verbo *ter*: “meu amigo *tinha passado* deste mundo”; “? aquele *tinha chegado* à morte” (*aquele tinha morrido* parece mais comum); “Lopo Soares *tinha chegado*”. Tais usos correspondem atualmente às construções de *tempo composto* de voz ativa que mencionamos acima.

Coutinho (1976 [1938]) vai dizer que, no próprio latim clássico, já era possível encontrar vestígios dos *tempos compostos*, formados, a princípio, com o verbo *habere*, depois com o *tenere* mais o particípio passado de outro verbo. Já no latim vulgar, o uso dessas construções se expandiu e preencheu lacunas decorrentes do desaparecimento de alguns tempos ou de construções que assumiram novos empregos.

Para Said Ali (1931, p. 179-180), no português, a *conjugação composta* resulta da “combinação de um verbo relacional (auxiliar) em suas diversas formas com o infinitivo, o gerúndio ou o particípio do pretérito de um verbo nocional (v. principal)”. Nesse sentido, é criada na língua uma segunda forma de conjugação do pretérito paralela à simples: a composta. Entretanto, retomando as palavras de Said Ali (1931), não podemos afirmar que as duas formas estabelecem uma relação de sinonímia⁵⁴, uma vez que, por exemplo, *Ver* e *ter visto* (ou *haver visto*) são dois aspectos do mesmo verbo *ver*. No primeiro caso, a ação é expressa de forma vaga, já no segundo nos é permitido definir a ação como consumada.

A respeito de perífrases formadas com particípio, Câmara Jr. (1976, p. 163 *apud* MIARA, 2013, p. 58) afirma que:

[...] essas construções se constituem da combinação de “uma forma nominal do verbo com qualquer forma flexional de outro verbo selecionado para ‘auxiliar’ no padrão perifrástico dado”. Afirma o autor que o significado

⁵⁴ De acordo com Said Ali (1931), é válido lembrar de alguns poucos casos particulares de sinonímia entre ambas as formas que acabaram por ser banidas da língua com o passar do tempo, é o caso do pretérito perfeito em que *teve visto* e *viu* apresentavam o mesmo sentido. Note-se que a partir dessa declaração do autor compreende-se que ele não assume a sinonímia como produtiva na língua, uma vez que formas que apresentavam o mesmo valor de expressão foram banidas, permanecendo apenas aquelas em que a diferença de sentido se mantinha, ainda que sutilmente.

lexical está na forma nominal que a constitui, enquanto que as categorias flexionais (número-pessoal e modo-temporal) estão no verbo auxiliar. Além disso, ele também afirma que não há uma ordem fixa na perífrase com participios, de forma que é perfeitamente possível se inserir locuções ou vocábulos em seu meio como, por exemplo, em *Maria tinha hoje entregado o trabalho* e *Tinha Maria hoje entregado o trabalho*.

Lima (2007 [1972], p. 134) afirma que “a fim de melhor se expressarem certos aspectos especiais não traduzíveis pelas formas simples já estudadas, possuem os verbos alguns *tempos compostos*, nos quais uma das formas nominais (infinitivo, participio ou gerúndio) é acompanhada de outro verbo, chamado auxiliar”. Notemos:

- a) Lima (2007 [1972]) não define que “aspectos especiais” seriam esses;
- b) Inicialmente não se estabelece que o *tempo composto* (ou *conjugação composta*) é formado apenas com o participio, mas também com as demais formas nominais.
- c) Parece-nos haver um problema terminológico quando Lima (2007 [1972]), assim como Said Ali (1931), generalizam a expressão *tempo composto* (ou *conjugação composta*) formado de auxiliar + [infinitivo, gerúndio, participio], mas depois, ao propor um paradigma de conjugação das formas compostas, Lima (2007 [1972]), por exemplo, restringe-a à conjugação de *ter/haver* + participio, “esquecendo-se” de mencionar como seriam as “formas compostas” com as demais formas nominais.

Um posicionamento sobre os auxiliares semelhante ao de Lima (2007 [1972]) e, aparentemente, mais detalhado, é o de Cunha e Cintra (2001 [1985]). Em *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, os autores já trazem uma noção sobre *locuções verbais*, formadas de um verbo auxiliar conjugado mais uma das formas nominais – participio, gerúndio ou infinitivo impessoal. Também Bechara (2009 [1961], p. 230) utiliza *locução verbal* para designar “a combinação das diversas formas de um verbo auxiliar com o infinitivo, gerúndio ou participio de outro verbo que se chama *principal*”. Aqui, tudo indica que não há mais uma confusão terminológica, uma vez que Cunha e Cintra (2001 [1985]) trazem as *locuções verbais* como uma categoria maior que engloba, além dos *tempos compostos* da voz ativa (***tenho feito exercícios / havíamos comprado livros***), que são “denotadores de um fato acabado, repetido ou contínuo” (ibid.: 395), os da voz passiva de ação (***exercícios foram feitos por mim***) e de estado (***estamos impressionados*** com o fato), e as demais combinações de auxiliar e forma nominal que podem indicar: “obrigatoriedade ou o firme propósito de realizar” (***tenho de fazer exercícios***); “ação durativa, continuada” (***estava ouvindo música / estava a ouvir música***), dentre outros aspectos (CUNHA E CINTRA, 2001 [1985], p. 395-396).

Nessa obra, de forma muito semelhante a Lima (2007 [1972]), há um destaque para os *tempos compostos* de voz ativa:

[...] merecem realce particular aqueles que são constituídos de formas do verbo *ter* (ou, mais raramente, *haver*) com o particípio do verbo que se quer conjugar, porque é costume incluí-los nos próprios paradigmas de conjugação” (CUNHA E CINTRA, 2001 [1985], p. 402).

Isso se deve em parte porque os autores registram em sua gramática o *aspecto verbal*. De acordo com Cunha e Cintra (2001, p. 382), “o aspecto designa uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do qual o locutor considera a ação expressa pelo verbo”. Tal diferenciação aspectual pode ser vista do ponto de vista da forma, em que, por exemplo, as formas perfeitas e mais-que-perfeitas indicariam a ação como concluída, enquanto as formas imperfeitas indicá-la-iam como não concluída. Diante desse conceito aspectual, de modo geral, estaria o particípio no campo da expressão do aspecto acabado e concluído, aqueles “aspectos especiais não traduzíveis pelas formas simples” citados por Lima (2007 [1972], p. 134).

Para Perini (2005), a estrutura que apresenta dois verbos constituindo o predicado chama-se *predicado complexo*, em oposição ao predicado que apresenta apenas um verbo, o qual o autor denomina *predicado simples*. Para o autor, o predicado complexo forma-se de uma sequência de verbos finitos + verbos em forma não-finita (gerúndio, infinitivo, particípio). Como já vimos, em uma visão tradicional da gramática, em qualquer um dos contextos sintáticos, aqueles se denominariam verbos auxiliares ou simplesmente auxiliares e estes, verbos principais. Entretanto, a discussão que se propõe em Perini (2005) é de que não podemos generalizar essa classificação, uma vez que em frases como:

(41) Sarita está dormindo

De fato, o núcleo só poderia ser o verbo “dormir”, já que “a presença ou ausência de *estar* nessas estruturas não faz diferença para efeitos de aceitação ou recusa de complementos” (PERINI, 2005, p.73). O exemplo em (41) confirma a noção de verbo auxiliar. Entretanto, o mesmo não acontece em frases como:

(42) Toninho apanhou lutando.

Segundo Perini (2005, p. 73), à primeira vista, não deveria haver diferença entre as sentenças em (41) e (42), “ambas apresentam um verbo em forma finita, seguido de um gerúndio”. No entanto, para o autor, há uma diferença já no campo sintático: em (41), temos somente um predicado e, em (42), temos dois; e justifica-se esse pensamento dizendo que em (41) “[...] a transitividade da sequência *está dormindo* é idêntica, em todos os pontos, à do verbo

dormir sem verbo auxiliar”, ou seja, *está* não influi em nada. Já em (42) cada um dos verbos possui transitividade própria e podem receber complementos independentemente do outro verbo⁵⁵. Aqui se faz importante ressaltar que o autor não desconsidera o sistema de auxiliares, apenas reconhece que não se deve generalizar a análise dessa estrutura formada por verbo finito + verbo não-finito, visto que, como vimos em (42), há certas situações que nos obrigam “a aceitar a presença de dois NdPs e dois predicados separados” (PERINI, 2005, p. 73). Desse modo, o autor assume que, à exceção dos casos como em (42), quando há mais de um verbo em uma única oração, o que vier na forma finita (conjugada) será o auxiliar, e o verbo em forma não-finita (particípio, gerúndio ou infinitivo) será o NdP. Além do exemplo em (41), Perini (2005, p. 74) cita:

(43) Sarita vai dormir

(44) Sarita tem dormido

Perini afirma que, nesses casos, de forma análoga ao que acontece com o gerúndio em (41), o infinitivo e o particípio assumem a função de NdP, já que “o elemento conjugado (*vai, tem*) é irrelevante para efeitos de escolha de complementos”. (PERINI, 2005, p. 74)

Em relação às construções com o particípio, Perini (2005, p. 74) classifica como verbos “irrelevantes para efeitos de escolha de complementos”, os verbos *ter, haver, ser*, e mais raramente *estar* (estes últimos nas construções de voz passiva). Exemplo de construção em que a forma finita é auxiliar e a infinita principal pode ser visto em

(45) O professor *tinha corrigido* as provas

Já que o NdP só pode ser o verbo “corrigir”, pois, segundo Perini (2005) *ter* é irrelevante para a escolha dos complementos nessas construções, e a transitividade de *tinha corrigido* é a mesma de *corrigiu*. Em um estudo sobre as valências⁵⁶ do verbo, Perini (2007) conclui que um verbo quando é auxiliar não possui diátese, pois só se apresenta na sentença com um outro verbo e são as diáteses desse outro verbo que prevalecem. Tomemos os exemplos de Perini (2007, p. 219):

(46) As massas *têm engordado* Janaína [construção transitiva]

(47) Janaína *tem engordado* [construção ergativa]

⁵⁵ Para mais detalhes, ver PERINI, 2005, p. 73-74

⁵⁶ “A maneira que prefiro [subclassificar os verbos] é a de associar cada verbo a um conjunto de construções onde ele pode ocorrer. Cada uma dessas construções é uma diátese desse verbo, e o conjunto de todas as diáteses de um verbo é a sua valência” (PERINI, 2007, p. 80).

Observamos que, em (46) e (47), o que prevalece são as diáteses do verbo *engordar*, nunca do auxiliar *ter*.

Antes de passarmos adiante, nos questionamos: o particípio pode constituir uma sentença com dois NdPs à exemplo do que encontramos em (42)? Vejamos. Em relação ao particípio, não nos parece haver a construção em que tanto a forma finita quanto a infinita agem como principais, visto que em construções do tipo

(48) João acordou *assustado*

Embora se assemelhe à construção em (42), *assustado* assume não mais a forma verbal, já que mudando o gênero e número do sujeito, teríamos que igualmente mudar gênero e número do particípio como em (49a), já que (49b) parece não realizável naturalmente na língua:

(49) a. As meninas acordaram *assustadas*

b. * As meninas acordaram *assustado*

Desse modo, o particípio em (48) não parece se enquadrar como um particípio verbal nos termos de Perini (2010). Isso porque o comportamento do particípio verbal deve ser “idêntico ao das outras formas verbais que ocorrem com auxiliar, o infinitivo e o gerúndio, e ao das diversas flexões do verbo em geral” (PERINI, 2007, p. 222). Note que o verbo *assustar*, segundo Perini (2007, p. 160), pode ocorrer em construções transitivas (O professor assustou os alunos) e ergativas (O professor assustou). Na construção transitiva, o sujeito recebe o papel temático de agente, na ergativa o sujeito assume papel temático de paciente. De forma resumida, essa é a valência⁵⁷ do verbo *assustar*. Entretanto, na estrutura em (48), não parece haver configuração possível para que a diátese do particípio *assustado* prevaleça para configurar a diátese transitiva (nem atribuir papel temático de agente ao sujeito), pois em:

(50) a. ? João acordou *assustado* o professor

b. João *assustado* acordou o professor

c. João acordou o professor *assustado*

Não podemos dizer que *o professor* satisfaz a diátese de *assustado* (igual à do verbo *assustar*), ou seja, em todas as sentenças, *assustado* modifica o sujeito [João]⁵⁸. Não posso por exemplo separar em duas orações distintas e dizer

⁵⁷ Composta pelas diáteses transitiva e ergativa.

⁵⁸ Em 50c há uma possibilidade de interpretar *assustado* como modificador de *professor*, mas do mesmo jeito, inclui-se na nossa discussão o fato de não satisfazer uma diátese verbal, mas tratar-se do particípio nominal.

(51) João acordou o professor & * João assustado o professor

Não poderíamos nem mesmo substituir por *João tinha assustado o professor*, pois alteraria o sentido original da sentença. Em (50a), *o professor* não assume a função de “coisa afetada pela ação do sujeito de *assustar*”. Podemos observar melhor isso quando, por exemplo, colocamos essa sentença com o gerúndio:

(52) João acordou assustando o professor

Nessa sentença, não podemos dizer que *assustando* modifica o sujeito [João], o que podemos afirmar é que o constituinte *o professor* pode satisfazer tanto a diátese de *acordou* quanto de *assustando* sem alterar o sentido da frase. Portanto em (52) temos duas formas verbais, a exemplo de (42), mas, em (48) e (50), o particípio é nominal e não verbal. Com isso, pode-se concluir que o único que se configura como verbo em (48) e (50) é *acordar*, apenas a diátese dele prevalece, pelo simples fato de ele ser o único verbo na oração. Embora, formalmente, assemelhem-se à construção em (42), assumimos que (48) e (50) não apresentam *predicado complexo*, pois não possuem dois verbos, visto que o particípio que se apresenta nessa estrutura é nominal, e, portanto, muito mais próximo da definição dada por Câmara Jr., (2005 [1970], p. 103):

[...] o particípio foge até certo ponto, do ponto de vista mórfico, da natureza verbal. É no fundo um adjetivo com as marcas nominais de feminino e de número plural em /S/. Ou em outros termos: é um nome adjetivo, que semanticamente expressa, em vez da qualidade de um ser, um processo que nele se passa. O estudo morfológico do sistema verbal português pode deixá-lo de lado, porque morfológicamente ele pertence aos adjetivos, embora tenha valor verbal no âmbito semântico e sintático.

Essa é uma definição possível do particípio, entretanto, embora Camara Jr. (2005 [1970]) defina o particípio por seu valor nominal, acaba por desconsiderar a possibilidade de haver outra forma – a verbal. Mas Perini (2007) propõe, embora não seja o primeiro, uma análise que considera duas formas de particípio, que se comportam de maneira diferente nas sentenças – o particípio nominal e o particípio verbal –, e lança a hipótese de que “o particípio nominal não é parte do lexema verbal, mas uma forma derivada”.

1.5 O que dizem alguns trabalhos linguísticos sobre o particípio

Considerando o panorama da trajetória do particípio passado percebemos que ele tem sido alvo de discussões desde os primórdios da Gramática Latina. Desde os gramáticos mais tradicionais até os mais modernos Linguistas enriqueceram os estudos a respeito do particípio

passado sob diferentes perspectivas. Nesse contexto, observamos que muito já foi discutido sobre o particípio em dissertações, teses e artigos no Brasil, no entanto, conforme pudemos observar, pouco se tem a respeito das relações de concordância em gênero e número que o particípio mantém com algum constituinte em seu entorno, o que, por exemplo, não ocorre com as outras duas formas denominadas nominais – gerúndio e infinitivo. Também não é comum encontrar o particípio visto de uma perspectiva Funcionalista, uma perspectiva que visa conceber uma gramática que dê conta das necessidades comunicativas e cognitivas dos usuários da língua, ou que procure perceber as nuances provocadas pela oposição entre forma e função. Posto isso, consideramos a seguir alguns trabalhos que tratam do particípio.

1.5.1 TEIXEIRA DA SILVA (2008)

Em trabalho sobre o uso do particípio em formações verbais no português, Teixeira da Silva (2008) examina uma possível substituição das formas regulares pelas irregulares, e vice-versa, em construções de tempo composto e voz passiva, as quais a autora assume como formações verbais participiais. Sob uma perspectiva sociolinguística, investiga um fenômeno que a autora não define como variável, mas alternante (embora algumas vezes manifeste-se como variável). Segundo Teixeira da Silva (2008, p. 42), “a alternância é verificada na distribuição complementar das formas de particípio, quando os falantes alternam seu uso na realização do tempo composto e da voz passiva”, distribuição essa que também pode estar atuando com os dois participios (verbal e nominal, definidos pelo critério morfológico da concordância).

Fazendo um breve passeio pela história da origem do particípio, mesmo que não seja o foco do seu trabalho, a autora faz alusão, com base em Coelho (2006), ao processo de gramaticalização dos verbos auxiliares *ter/haver* que outrora eram plenos, acrescentando que um fator importante para esse processo de auxiliarização se devia à polissemia dos verbos. Sobre as mudanças na relação de concordância do particípio, antes da gramaticalização desses verbos, ressalta que a concordância credita ao particípio uma noção [+Adj], enquanto que a possibilidade de predicar a sentença faz com que haja “uma mudança de classe”, fazendo com que o particípio perca esse traço [+Adj], bem como, propriedades sintáticas de adjetivo, adquirindo um traço [+V]. (TEIXEIRA DA SILVA, 2008, p. 20). Um questionamento interessante que Teixeira da Silva faz em seu trabalho e que também é compartilhado por nós diz respeito à classificação do particípio como forma nominal do verbo. Segundo a autora, é comum afirmarem que o particípio carrega características das duas classes, porém, não parece haver esforço, nem dos clássicos, nem dos modernos para demonstrar a aplicação e relevância

do participio nas duas situações. O que há, quando há, são exemplificações com explicações superficiais.

Teixeira da Silva (2008) também traz reflexões sobre a questão da produtividade, consciente de que linguistas consideram a produtividade⁵⁹ propriedade da derivação e não da flexão (entendendo que o significado da flexão é previsível e regular). Para a autora, o fenômeno da produtividade parece estar atuando na formação de participio, já que gera padrões regulares de formação (KATAMBA, 1993, *apud* TEIXEIRA DA SILVA, 2008). A hipótese da autora é de que a produção de novas formas irregulares por analogia a outras formas pertencentes ao léxico aponta para a competência linguística do falante, já que a autora acredita que tais formas novas “têm como objetivo implícito dar conta de novas situações e conceitos diretamente relacionados à busca da identidade linguística” (TEIXEIRA DA SILVA, 2008, p. 37)”.

1.5.2 MIARA (2013)

Também sob uma perspectiva sociolinguística, Miara (2013) realiza um estudo sobre as formas regulares e irregulares com o objetivo de conhecer a avaliação dos falantes catarinenses sobre o uso dessas formas, e comparar os resultados da avaliação com dados escritos retirados de um jornal catarinense. A principal finalidade da autora é “constatar a variação no uso escrito, verificando o distanciamento entre este e a norma gramatical [...]” (MIARA, 2013, p. 29). A hipótese da autora é de que haja variação entre as formas regular e irregular de participio em sentenças ativas e passivas para os verbos selecionados para a pesquisa, havendo ainda uma franca preferência pelas formas irregulares tanto na avaliação dos falantes quanto no uso escrito. Ainda são hipóteses da autora:

- a) avaliação e uso escrito não satisfarão às exigências da variedade padrão;
- b) os grupos de fatores linguísticos que podem estar condicionando a avaliação e o uso escrito das formas regular ou irregular são *tipo de sentença* (ativa ou passiva) e o *item lexical* em questão (o verbo que compõe a sentença); e
- c) os grupos de fatores extralinguísticos que podem ser significativos para o favorecimento das formas “novas” de participio são *idade* e *escolaridade* na avaliação dos

⁵⁹ Damos um destaque especial para a definição de Crystal (1985 *apud* TEIXEIRA DA SILVA), que define a produtividade, no campo das sentenças, como a capacidade “criativa” de produzir e entender um número indefinido de sentenças (Para Chomsky, o caráter gerativo da linguagem). Nos interessa a definição já que temos a hipótese de que regras semânticas que atuaram no passado para que o participio se mantivesse invariável diante de *ter/haver*, possam igualmente estar atuando ainda hoje para que, em determinadas circunstâncias, o participio permaneça flexionado na mesma construção sintática, e isso pode estar relacionado a essa capacidade criativa de produzir sentenças infinitas, a partir de recursos finitos.

falantes, e *gênero textual/discursivo comentários de leitores* no uso escrito (MIARA, 2013, p. 103).

Nos interessa do trabalho de Miara (2013) o questionamento sobre o padrão de normalização que define certo e errado, perpetuado pela tradição e passado de geração em geração. Assim, baseando-se em Barbosa (2009 [2007]), a autora afirma que, ao surgirem questionamentos sobre o que é certo ou errado, há de se considerar três pontos de vista: o dos falantes, o da tradição gramatical e o das pesquisas linguísticas. Considerar a atitude do falante frente a determinadas sentenças é importante para compreender o que é funcional na língua em contexto real de uso. A GT, por sua vez, além de apresentar padrões modelares, deve igualmente apontar usos considerados “marginais”, principalmente, se forem exemplos comuns de serem encontrados no vernáculo. Nesse contexto, Miara (2013) dá destaque a algumas formas de particípio regular e irregular que estariam em variação em sentenças ativas e passivas. Dentre elas, registra as formas *entregue e entregado*, as quais, para Perini (2010), atuam em distribuição complementar, “admitindo como particípio verbal a forma *entregado*, associada, portanto ao auxiliar *ter*, e como particípio nominal a forma *entregue*, associada ao auxiliar *ser*.” (MIARA, 2013, p. 92). Dessa forma, afirma a autora que o trabalho do linguista, dentre tantos outros, inclui perceber, sistematizar e analisar tais usos considerados marginais. A autora questiona, por exemplo, se a forma *entregue* não possui mesmo propriedades verbais. Assume ainda, com base em dados de fala, que *ter + entregue (tinha entregue)* demonstra-se, muitas vezes, mais frequente que a própria construção “modelo”, a saber *ter + entregado (tinha entregado)*.

Quanto às variáveis independentes linguísticas controladas pela autora, merece destaque a variável *item lexical*, que se mostrou relevante nos dois *corpora*. De acordo com Miara (2013, p. 145-146), um fator importante a ser destacado é que atualmente não se pode esperar que haja categoricidade no uso das formas, até porque Said Ali e Bechara já apontam há bastante tempo que o uso do particípio varia de verbo para verbo. Para a autora, a hipótese é de que o comportamento do particípio em sentenças ativas e passivas depende do verbo em questão. Os resultados encontrados nesse trabalho apontam que a “escolha/avaliação dos falantes” não parece estar baseada na estrutura *verbo auxiliar + particípio*, mas apenas nas formas, variando de verbo para verbo, independente do auxiliar (MIARA, 2013, p. 170). Ressaltamos que, embora a variável independente *tipo de sentença* – ativa e passiva também tenha se mostrado relevante em ambos os *corpora*, não damos destaque a ela, nesse momento, visto que nosso trabalho tem como foco apenas sentenças ativas.

Sintetizamos a seguir outros resultados apresentados pela autora (MIARA, 2013, p. 226-227):

- a) Em relação ao *tipo de sentença*, a variação no uso de participípios duplos parece ser maior em sentenças ativas, enquanto nas sentenças passivas o uso da forma irregular é quase categórico.
- b) No que concerne à *animacidade do sujeito*, parece que participípios regulares tendem a selecionar sujeitos animados e os irregulares tendem a selecionar sujeitos inanimados.
- c) Em relação ao *número de argumentos do verbo*, os resultados apontam que as formas irregulares de participípio são mais frequentemente selecionadas por verbos bitransitivos.

Embora, neste trabalho, não tratemos especificamente das formas regulares e irregulares, parece que as variáveis dependentes linguísticas selecionadas por Miara (2013) possam igualmente ter influência no contexto de alternância que estudamos. Isso pode ser justificado pelo fato de que, assim como julgamos haver um traço [+adjetival] na forma de participípio flexionada e [+verbal] no participípio não flexionado, parece também haver, conforme Perini (2007), um traço [+adjetival] nas formas irregulares, e um traço [+verbal] na forma regular. Essa constatação talvez possa licenciar uma investigação a partir dessas variáveis também para o uso do participípio não flexionado em sentenças com *ter/haver*.

1.5.3 MEDEIROS (2014)

Medeiros (2014) apresenta uma abordagem diacrônica acerca das estruturas compostas formadas com *ter/haver* + participípio em Português. Tratando a mudança de *ter/haver* como um caso de gramaticalização, o principal objetivo da autora é investigar como e em quais contextos se deu a mudança que resultou nos tempos compostos perfectivos.

O estudo de Medeiros, que trata da gramaticalização de *ter* e *haver* sob uma perspectiva teórica gerativista, vai dizer que originalmente o PB dispunha de uma construção por ela chamada de *transitiva-predicativa*⁶⁰, em que os verbos *ter/haver* atuavam como verbos plenos

⁶⁰ “Os chamados verbos principais ou plenos formam o núcleo semântico de uma oração. São núcleos lexicais plenos, caracterizados por determinadas propriedades de seleção semântica (número de argumentos e papéis temáticos correspondentes) e sintática (categoria de cada argumento e a relação gramatical que assumem dentro da oração). Com base no número de argumentos que selecionam, os verbos principais podem ser divididos em transitivos, ditransitivos, transitivos de dois lugares, transitivos de três lugares, transitivos-predicativos, inergativos, inacusativos e verbos de zero lugares (cf. DUARTE 2003:296-302). Nas construções que interessam a este estudo, *ter* e *haver*, antes do processo de gramaticalização, se comportam como verbos transitivos-predicativos, selecionando como complemento, categoricamente, uma SC formada por um objeto direto e um predicativo deste objeto” (MEDEIROS, 2014, p. 52).

indicadores de posse e, nesse tipo de construção, funcionavam como predicadores da sentença e selecionavam uma *small clause* (SC), formada com um particípio que atuava como adjetivo, concordando em gênero e número com o complemento de *ter/haver* e funcionava como um modificador do núcleo desse complemento. Segundo a autora, é só a partir do século XIII que emergem os chamados *tempos compostos* formados por *ter/haver*, agora não mais atuando como verbos plenos, mas como auxiliares, que se juntam ao particípio para formar a locução verbal predicadora da oração e, assim, o particípio assume o posto de verbo principal e passa a selecionar os argumentos da sentença.

O estudo de Medeiros (2014) é baseado no processo de gramaticalização na perspectiva de Roberts e Roussou (2003) que, por sua vez, tem sua base na Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1995, 2000).

Na perspectiva de Roberts & Roussou (2003), para se afirmar que estamos diante de um caso de gramaticalização, é necessário que se observem duas formas, ainda que homófonas, que se comportem, sintaticamente, de forma distinta, levando à possibilidade de duas interpretações diferentes (MEDEIROS, 2014, p. 22).

Nesse contexto, Medeiros lida com um dos mecanismos envolvido na gramaticalização que é a reanálise. Neste modelo, a ênfase recai sobre como e por que as gramáticas podem mudar, desconsiderando a visão funcionalista da gramaticalização que trata de fenômenos linguísticos relacionados a fatores extralinguísticos. Assim, a gramaticalização é entendida como um caso regular de mudança paramétrica, e a reanálise dos verbos *ter/haver* como verbos auxiliares de tempo composto teria se dado no momento da aquisição da linguagem, desencadeada por “gatilho oferecido por evidências linguísticas ambíguas”. Nesse modelo assume-se que:

a reanálise de *ter e haver* tenha tido início com base em dois parâmetros: (1) construções com *ter e haver* + PTP, com complemento masculino, singular, e com pronome *qu-*, cuja interpretação é a de uma perífrase adjetiva e (2) construções com *ter e haver* + PTP, com complemento masculino, singular, e com pronome *qu-*, cuja interpretação é a de tempo composto perfectivo (MEDEIROS, 2014, p. 123-124).

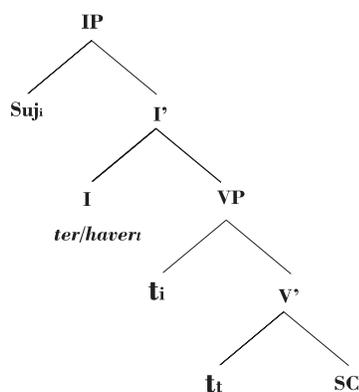
Com base nisso, a autora supõe que houve um período em que havia uma competição entre as duas estruturas no Português. Nesse contexto, tratava-se a forma flexionada como *conservadora* e a forma com particípio não flexionado como *inovadora*. Observou-se, a partir de então, que a forma inovadora ganhou espaço na gramática do português, no entanto, sem excluir a estrutura conservadora, uma vez que a construção com particípio flexionado permaneceu em Português com função diferente daquela em que o particípio sofreu reanálise.

Segundo Medeiros (2014, p. 08), atualmente, as construções de tempo composto – “geradas a partir da gramaticalização de *ter* e *haver* e da reinterpretação do PTP como verbo” – convivem com a forma antiga – “formada com *ter/haver* plenos + PTP adjetivo.” Ressalta a autora, entretanto, que, no Português contemporâneo, as construções adjetivas formam-se exclusivamente com *ter*, já que *haver*⁶¹ não mais expressa esse valor de posse. Já no que se refere às formações de tempo composto no Português contemporâneo, *ter* é característica do PB falado, enquanto *haver* encontra-se mais comumente na escrita.

A análise realizada por Medeiros (2014) observa e busca critérios para identificar, dentre os dados encontrados, aqueles que se tratam de uma construção possessiva e as que se tratam de tempo composto, para então, buscar situar a emergência dos tempos compostos em Português. De acordo com a autora, além do critério morfológico – a presença ou ausência de marcas flexionais do particípio com o complemento direto do verbo –, outros critérios, como a formação e a fixação das formas participiais e a ordem dos constituintes na sentença, podem permitir a identificação da natureza do particípio – se adjetival ou verbal. Com isso, a autora levanta três hipóteses iniciais para a mudança.

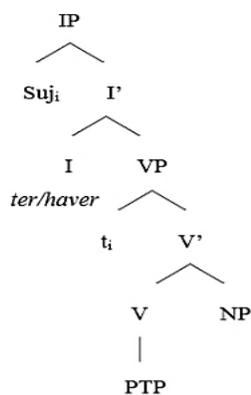
A primeira delas é a de que a gramaticalização pode ter ocorrido como consequência de uma “reinterpretação” do particípio como forma verbal. Vejamos as figuras abaixo:

Figura 1 - Estrutura transitiva- predicativa, com movimento de V para I



Fonte: Medeiros, 2014, p. 66

Figura 2 - Estrutura de tempo composto



Fonte: Medeiros, 2014, p. 67

⁶¹ Em PA, o verbo *haver* comportava, majoritariamente, valores semânticos de posse tais como: ter, possuir, guardar, dever. Ter, por outro lado, significava obter, ser senhor de, ocupar, guardar. Note-se que, na passagem do Latim para o Português, alguns valores semânticos foram perdidos, mas, de modo geral, o verbo *haver* é utilizado para designar qualquer tipo de posse enquanto *ter* é usado para designar posse temporária ou a posse de bens materiais adquiríveis” (MEDEIROS, 2014, p. 10).

Com base na hipótese de reinterpretação, Medeiros assume que, nas construções conservadoras (*ter/haver* + particípio adjetivo), representadas na figura 1, o particípio é analisado como um adjetivo que constitui uma *small clause* (SC), *ter/haver*, por sua vez, são gerados em V e se movem para I para receberem as marcas de flexão de tempo e modo e, nessa estrutura, funcionam como verbos plenos que distribuem papel temático. Já quando há a reinterpretação do particípio, estrutura representada na figura 2, e ele é reanalisado como verbo, emergem as construções ditas inovadoras (*ter/haver* + particípio de caráter verbal), e os verbos *ter/haver* deixam de atribuir papel temático e são gerados diretamente em I, onde recebem as marcas de flexão, enquanto o particípio passa a predicar toda a sentença, selecionando os argumentos externo e interno da estrutura, atribuindo-lhes papel temático (MEDEIROS, 2014, p. 69)

Desse modo, compreende-se que a gramaticalização resulta de uma mudança nas “propriedades nos núcleos funcionais”, e interpreta-se a mudança como um caso de simplificação estrutural. Assim, a estrutura formada de *ter/haver* + particípio adjetivo é reanalisada como uma estrutura de tempo composto, sintaticamente mais simples, já que há uma perda de uma operação de movimento sintático (MEDEIROS, 2014, p. 128).

Embora não fosse nosso objetivo trabalhar com esse tipo de análise dos dados sintáticos, julgamos interessante apresentar a proposta da autora para diferenciar as duas estruturas.

Retomando as análises de Medeiros (2014), a segunda hipótese da autora é a de que a perda das marcas de concordância do particípio com o complemento de *ter/haver* pode ter acontecido, inicialmente, por conta de casos ambíguos⁶², ou seja, quando a sentença apresentava o particípio e complemento no masculino singular. De acordo com Medeiros, nesse tipo de estrutura, não era possível precisar a natureza nem de *ter/haver* (pleno ou auxiliar), nem do particípio (adjetival ou verbal), esse seria um dos estágios que teriam levado à reanálise dessas sentenças, já que no modelo de R&R⁶³ (2003 *apud* MEDEIROS, 2014, p. 95), “são os dados ambíguos e obscuros que levam o aprendiz à reanálise das estruturas [...]”. Segundo a autora, quando há essa ambiguidade, o falante opta pela construção mais simples, ou seja, interpreta as construções formadas por *ter/haver* + particípio com complemento no masculino singular como construção de tempo composto.

As análises feitas sugerem que, no período estudado, há uma concorrência entre as estruturas ambíguas e as estruturas adjetivas, vencendo as estruturas ambíguas que recebem

⁶² Medeiros (2014) considera ambíguas quando o complemento está no masculino, quando tem como núcleo um pronome substantivo ou interrogativo sem antecedente, ou complemento nulo sem antecedente.

⁶³ Conforme Medeiros (2014), modelo de Roberts e Roussou (2003).

interpretação de tempo composto. Por outro lado, as estruturas de tempo composto efetivas, aquelas em que não há espaço para a ambiguidade, ganham espaço cada vez maior na gramática do Português. Dessa forma, Medeiros (2014) assume que as construções ambíguas vão, aos poucos, sendo reanalisadas como estruturas de tempo composto e esta interpretação estende-se também às construções com complementos que não estejam no masculino singular.

A terceira hipótese é a de que a perda das marcas de concordância, associada ao aumento da frequência da ordem dos constituintes em *ter/haver* + particípio poderia ser um indicador da emergência dos tempos compostos. De acordo com Medeiros (2014), antes da gramaticalização de *ter/haver*, no Português arcaico, a ordem dos constituintes nas construções participiais ainda não estava muito bem fixada, assim, podíamos encontrar frequentemente três ordens: a) com o complemento direto precedendo *ter/haver* (N V PTP); b) com o complemento sucedendo *ter/haver* (V PTP N); ou c) com o complemento entre *ter/haver* e o particípio (V N PTP). Para *ter/haver* havia duas configurações possíveis: precedendo (V+PARTICÍPIO) ou sucedendo (PARTICÍPIO+V) o particípio. Após o processo de gramaticalização de *ter/haver*, segundo a autora, a ordem irá se fixar em [V + complemento (NP) + particípio (PTP)] para as construções adjetivas, e em [verbo + particípio (PTP) + complemento (NP)] para as construções de tempo composto. No português atual, segue-se o modelo posterior à gramaticalização: a ordem V PTP N (*eu tenho lido muitos livros*) é a prototípica dos tempos compostos, ao passo que a ordem V N PTP (*eu tenho os trabalhos feitos*) configura as sentenças adjetivas (MEDEIROS, 2014, p. 111).

Os resultados encontrados pela autora demonstraram que a ordem mais recorrente no *corpus*, depois das construções relativizadas⁶⁴, é a ordem [V PTP N], somando 23% dos dados. Essa ordem também favorece contextos em que não há concordância do particípio com o complemento de *ter/haver* e, ainda de acordo com as análises da autora, a frequência dessa ordem aumenta ao longo dos séculos conforme o esperado. Tal ordem, segundo a autora, irá favorecer a emergência dos tempos compostos.

A ordem [N V PTP], que também favorece uma interpretação do particípio como verbo, aparece na terceira posição, mas os gráficos mostram que essa construção passa a ter uma frequência cada vez mais baixa ao longo dos séculos. De acordo com Medeiros (2014), por também apresentar uma ordem [V PTP] teria favorecido, junto com a ordem [V PTP N], a

⁶⁴ Deve-se destacar, contudo, que as estruturas relativizadas não competem, em termos de ordem, com as outras ordenações levantadas no PA para as construções com *ter/haver* + PTP, uma vez que se tratam de construções estruturalmente distintas. No entanto, estas construções foram agrupadas como uma ordem à parte de modo que fosse possível observar em que medida a relativização do complemento influenciava na marcação da concordância. (MEDEIROS, 2014, p. 113).

interpretação das construções como tempo composto, porém com altos índices de concordância. Segundo os resultados apresentados, a ordem [N V PTP] apresenta 96% da marcação de concordância.

Já a ordem [V N PTP], por sua vez, típica das construções adjetivas no Português arcaico, demonstram uma certa variação ao longo dos séculos e aparecem na quarta posição nos dados da autora. Em relação à concordância, para essa ordem, há uma marcação categórica que evidencia o caráter adjetivo do participípio nessas construções. De acordo com Medeiros (2014, p. 120), nessas construções, *ter* ou *haver* recebem sempre a interpretação de verbo pleno que indica posse, e o participípio apresenta sempre caráter adjetivo, funcionando como um modificador do complemento direto de *ter/haver*.

De modo geral, Medeiros (2014) situa a emergência dos tempos compostos no século XIII, quando já aparecem documentadas estruturas sem marca de concordância e com a ordem típica dos tempos compostos [V PTP N]. Com base em Lightfoot (1979, 1991, 1998), a autora compreende que a mudança que resultou na emergência dos tempos compostos é um caso de mudança nas gramáticas particulares de cada falante que se espalha em uma população. Assim,

[...] os séculos 14 e, mais expressivamente, 15, são vistos como um período em que competem duas gramáticas, G1 e G2. G1 seria uma gramática em que só há a construção de *ter/haver* + PTP com valor adjetivo e G2, uma gramática em que se observam duas estruturas: a construção de *ter/haver* + PTP adjetivo e a construção de *ter/haver* + PTP interpretada como tempo composto.” (MEDEIROS, 2014, p. 121-122)

Com base nesse modelo de gramática utilizado, a autora supõe que a gramaticalização de *ter/haver* resultou na fixação da ordem dos constituintes e na perda das marcas de concordância, tratando o processo como uma reação em cadeia, já que pode “desencadear uma gama de novos fenômenos visíveis superficialmente” (LIGHTFOOT, 1998 *apud* MEDEIROS, 2014, p. 128). A observação desses fenômenos, segundo Medeiros, se faz necessária porque “estes são os únicos passos da gramaticalização superficialmente visíveis” (MEDEIROS, 2014, p. 118).

1.5.4 CASTILHO (2019)

Em trabalho sobre a Diacronia da Concordância, Castilho *et. al.* (2019, p. 293-294) discutem três possibilidades de concordância: a concordância plena (CP) em que “os termos X e Y compartilham traços gramaticais”; a concordância zero (CØ) em que “desaparece a recursão

de traços entre os termos X e Y”; e a concordância por reanálise (CR)⁶⁵ em que “X expressa traços de um constituinte periférico Y, reanalizando como nuclear”. Nesse contexto, o autor realiza um estudo sobre a concordância verbal em estruturas com minissentença, dando destaque à concordância entre o verbo de posse e a minissentença participial apenas para demonstrar a passagem de um período com participípio flexionado para outro em que o participípio não flexionado se tornou mais consistente quando em sentenças com *ter*.

Retomemos o conceito de minissentença (do inglês *small clause*) em Castilho (2009, p. 72): “um verbo pleno acompanhado de seus sintagmas organiza uma sentença simples. Sintagmas nominais, adjetivais, adverbiais e preposicionais organizam uma minissentença”. Assim, depreende-se a noção de que as minissentenças são sintagmas não selecionados por um verbo na forma pessoal, e isto inclui o participípio já que ele “é uma forma nominal do verbo, sem morfologia de pessoa e, portanto, não organiza uma sentença simples, prototípica” (CASTILHO, 2009, p. 68), mas uma minissentença adjetival. Em Castilho (2019, p. 368), as minissentenças são tomadas em sentido mais restritivo e o autor analisa a concordância que envolve i) verbos de ligação + minissentença adjetival e ii) verbos plenos + minissentença. Em verbos plenos, não parece estar incluído o verbo *ter*, visto que Castilho (2019) considera a CØ como regra muito mais consistente, ou seja, considera *ter* + participípio como pretérito perfeito composto.

Relembremos o processo de gramaticalização pelo qual passaram os verbos *ter/haver*. Nesse contexto, Castilho (2019, p. 375) considera que:

As relações de predicação envolvendo a minissentença e o objeto de um verbo de posse deram origem ao pretérito perfeito composto, em que o verbo de posse se auxiliariza, a minissentença passa a figurar adjacente ao auxiliar, perdendo a concordância com o objeto direto de *ter/haver*.

Para Castilho (2019, p. 375), a estrutura que se configura com a flexão do participípio passado em gênero e número diante de *ter/haver* no PB não é a mais produtiva e a construção com o participípio não flexionado tem se tornado uma regra muito mais consistente. Apesar disso, o autor não acredita no desaparecimento dessas construções, pelo contrário, afirma que “a sintaxe antiga sobrevive” em algumas circunstâncias. Ou seja, o participípio concordando com o objeto direto permanece funcional entre os usuários da língua.

⁶⁵ Acreditamos que a CP e CØ dispensam maiores exemplificações. Portanto, deixamos aqui apenas um exemplo da CR – “**O cortejo dos reis magos chegaram** a Belém [...]”. Segundo Castilho (2019, p. 294), “a concordância por reanálise é considerada pela gramática prescritiva como uma infração à norma, com exceção da concordância com o partitivo.”

Conforme mencionamos na Introdução desta pesquisa, o autor realiza um trabalho com cartas escritas entre os séculos XVIII e XIX, em que constata a existência do particípio flexionado como em

(53) [21,1 Dif TT] oi Srt. obrigado. Vi que vivemos em extremos. Rio Grande de norte ao sul... temos tidas as direcões entre nós.

Para Castilho (2019, p. 375), a sentença em (53) representa a sobrevivência da sintaxe antiga, havendo a concordância plena (CP) “entre o particípio e o substantivo na estrutura *ter, haver, ficar* + particípio”. Entretanto, o autor conclui que, de maneira progressiva, “o português foi generalizando uma CØ [concordância zero] nessa estrutura”, passando a realizar com muito mais frequência sentenças como:

(54) [20,1 CP RJ] Não temos tido flores, com esse frio nada vai adiante

As hipóteses sobre a diacronia da concordância eram de que “a CP aponta para a conservação das regras de concordância”; “a CØ aponta para o desaparecimento dessas regras, decorrendo maiormente da simplificação da morfologia flexional” e “a CR indicia a alteração das regras de concordância.” (CASTILHO, 2019, p. 294). Com isso, depreendemos que, para Castilho (2019), nas construções com *ter/haver*, a concordância entre a minissentença e o objeto é favorável ao não compartilhamento de traços.

1.6 Concluindo o capítulo

Para fins desta dissertação, focamos nosso objetivo em descrever, além do uso tradicional, esse ‘uso não-listado’, e verificar a sua ocorrência em textos do século XIX. Claro que, para que pudéssemos promover uma discussão mais profunda a respeito da produtividade, da aceitação ou rejeição das construções, precisaríamos considerar a avaliação dos falantes sobre tais usos linguísticos, entretanto, não nos cabe aqui fazer essa avaliação, o que não nos impede de deixar caminho aberto para uma pesquisa futura.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa que aqui desenvolvemos, conforme dissemos, exibe um caráter descritivo e apresenta informações sobre o percurso do particípio passado que já são de domínio científico, isto é, traz análises já feitas por outros autores. Entretanto, conforme também mencionamos anteriormente, o *corpus* de nossa pesquisa nos propicia o acréscimo de novas análises feitas com dados provenientes de cartas comerciais do século XIX produzidas na região amazônica. Desse modo, buscamos descrever o uso da concordância do particípio em sentenças com *ter/haver* em cartas do ano de 1881, todas manuscritas. Acreditamos que tais análises possam ter uma contribuição efetiva para os estudos linguísticos acerca do particípio passado, sobretudo na região norte.

Segundo Miara (2013), embora haja um consenso para abordagem Sociolinguística de que a oralidade atua como a principal fonte de dados, a autora considera que há alguns tipos de dados que não são encontrados facilmente em contextos de fala, como em entrevistas, por exemplo. Construções de sentenças ativas e passivas com verbos abundantes, segundo a autora, são dados “mais limitados”. Do mesmo modo, acreditamos que o uso do particípio em construções com *ter/haver* apresentaria a mesma limitação. Mesmo em narrativas, o uso dos pretéritos simples perfeito e imperfeito (assinalando ações frequentes e fatos conclusos, respectivamente) se sobrepõe ao do passado composto já que este último tem como característica singular retomar um acontecimento mais anterior em relação aos fatos que narra, o que, em determinados casos, exige um maior monitoramento da fala para que se utilize o pretérito perfeito composto.

Com a finalidade de levantar dados do uso do particípio em sentenças com *ter/haver* (sentenças ativas), incluindo aquelas que vêm com o particípio flexionado em gênero e número, decidimos trabalhar com fontes escritas. E tendo ainda o objetivo de conhecer um pouco mais sobre o português registrado no Amazonas no século XIX, selecionamos as cartas do acervo de J.G Araújo para a coleta de dados.

2.1 O gênero carta no acervo de J.G Araújo

A carta é um gênero discursivo que permite a interação entre, pelo menos, dois interlocutores que, na maioria das vezes, encontram-se em ambientes distantes. Atualmente ela já não é mais muito utilizada por conta de outros meios de correspondência mais modernos e mais rápidos até. Entretanto, em épocas mais remotas, era um dos únicos meios de comunicação e, por isso, pode ser considerada como fonte de estudos na área da linguagem. Segundo Rosa (2015, p. 12),

[...] há grande vantagem ao lidar com manuscritos pessoais, como cartas e bilhetes, pois permitem, na maioria dos casos, delinear o perfil sociocultural daqueles que produziram estes textos. Neste caso, o linguista pode obter estas informações através dos próprios manuscritos desses autores ou por intermédio de arquivistas ou historiadores”.

Vale ressaltar que as cartas com as quais trabalhamos, embora caracterizadas como comerciais, não se eximem em demonstrar uma aproximação entre remetente e destinatário. Algumas delas trazem um pouco mais que uma relação de produtos, vem até com um lado que podemos chamar “mais soltinho”. Notamos, em muitas cartas, o tratamento de “amigo” entre remetente e destinatário, ou até mesmo passagens que denotam trocas sobre experiências pessoais como “m^{to} estimo de saber de sua | boa saude enquanto nós sem amenor novidade graças | a Deos [...]” ou “Eu gozo saude, só omeo pequeno que | está bastante doente, eis o motivo por que deixo | de ir até essa Capital”. Esta relação de proximidade entre alguns remetentes e destinatários nos permite pensar num continuum de formalidade, o qual abordaremos mais detalhadamente a seguir. Por ora, adiantamos que tal continuum visa não estabelecer a formalidade em dois polos opostos – o formal e o informal – mas antes pensar numa gradação que vai do menos ao mais formal ou vice-versa. Dessa forma, compreendemos que

[...] o formal não está restrito somente à escrita, nem tampouco o informal é restrito à oralidade. O estilo depende das escolhas lexicais realizadas pelo autor do texto em decorrência do contexto social, ou seja, do gênero discursivo, do objetivo comunicativo e dos interlocutores. Em outras palavras, o informal pode estar tanto em enunciados orais quanto escritos, sendo o mesmo aplicado aos enunciados escritos. (WATTHIER, 2016, p. 65).

Nesse contexto, as cartas do acervo de J.G Araújo, apesar de aparentemente servirem essencialmente a um propósito comercial, não deixam de ter um tom que se aproxima da linguagem mais informal na modalidade escrita. Por esse motivo, os dados ali encontrados não são, de forma alguma, dispensáveis para um estudo da estrutura da língua.

Reconhecemos que uma pesquisa que, de certa maneira, assume este recorte sincrônico de textos que tem quase um século e meio de existência deve ter um cuidado primordial de atender aos seguintes requisitos:

- a) fazer um recorte temporal bem delimitado dos textos utilizados para a coleta de dados;
- b) estar atento às datas e nomenclaturas dos recortes temporais; e
- c) fazer uma leitura atenta dos textos utilizados na pesquisa para uma boa coleta de dados. Portanto, para esta pesquisa, dentro dos limites que nos foram impostos diante da

pandemia da Covid-19⁶⁶, decidimos analisar dados provenientes de cartas que já estavam com o processo de digitalização mais adiantado e mais completo.

2.2 Constituição da amostra

Os dados coletados e selecionados para análise foram retirados do acervo documental de Cartas de J.G Araújo, que hoje se encontra no Museu Amazônico (órgão suplementar da UFAM). A razão para a escolha do material deve-se ao fato de já haver um projeto em andamento⁶⁷, que envolve o acervo de cartas, e por haver ali grande riqueza de material que serve a diversas áreas do conhecimento, sendo a área da linguística uma delas.

O *corpus* constitui-se por orações formadas de *ter/haver* + *particípio passado*. E para a sua composição, utilizamos um conjunto de cartas manuscritas digitalizadas e, dentro desse conjunto disponível⁶⁸, estabelecemos um recorte que compreende os meses de janeiro, fevereiro, março, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro do ano de 1881. Consideramos, para esta pesquisa, apenas cartas manuscritas, descartando as datilografadas e aquelas que, apesar de escritas à mão, correspondiam a uma espécie de formulário. As cartas digitalizadas encontram-se em formato de imagem, algumas delas contém mais de uma página, entretanto, ainda que o texto da carta estivesse distribuído em várias imagens, optamos por contar como um texto único. Com o levantamento inicial feito do material disponível, descartamos cartas escritas em Portugal e cartas em que a leitura se tornou inviável devido a fatores externos como:

- a) deterioração própria do papel;
- b) grau elevado de apagamento da tinta;
- c) caligrafia ilegível⁶⁹ o que tornava irrealizável a leitura do texto contido nas cartas por métodos convencionais.

⁶⁶ Em abril e maio de 2020 o Amazonas já era um dos estados brasileiros com a situação mais preocupante, apresentou colapso nas redes pública e privada de saúde e já estava entre os estados com maior número de mortes associadas ao Coronavírus.

⁶⁷ Há pelo menos dois projetos em andamento que utilizam o acervo de cartas de J.G Araújo: um coordenado pela profª. Dra. Grace dos Anjos Freire Bandeira - “Cartas dos séculos XIX e XX: organização de um *corpus* diacrônico do Português registrado no Amazonas no período áureo da Borracha” e outro coordenado pela profª Dra. Flávia Santos Martins – “Para a História do Português do Amazonas”.

⁶⁸ As cartas estão em processo de digitalização, entretanto, em virtude da pandemia da Covid 19 que no Brasil teve início em março de 2020, tanto pesquisadores quanto os responsáveis pela digitalização ficaram impossibilitados de fazer as visitas ao museu em que se encontram as cartas. Isso justifica o recorte de tempo dentro de um conjunto de material disponível já digitalizado antes deste período.

⁶⁹ Esta última foi uma das grandes dificuldades encontradas nesta pesquisa, visto que, a coleta dos dados baseava-se na distinção entre as letras <o> e <a> e na presença ou ausência do <s>. Portanto, dados que causavam dúvida quanto a essa distinção foram também descartados.

Por fim, efetuando os devidos descartes, selecionamos um conjunto de 90 cartas escritas na região amazônica para que pudéssemos examinar e descrever os contextos sintáticos em que o participio aparecia.

As cartas foram escritas na época de extração do látex na região amazônica. Segundo Bandeira (2020, p. 17-18), o texto contido em tais cartas ilustravam “um sistema de comercialização chamado de aviamento”, em que o homem que vivia na região amazônica ou em seu entorno escrevia à empresa dos irmãos Araújo, em especial a Joaquim Gonçalves (1860-1940), conhecido também como o Comendador J.G Araújo, mandando notícias sobre o cotidiano e sobre suas necessidades materiais. Hoje, uma boa parte do material produzido a partir desse sistema de comercialização encontra-se no Museu Amazônico e está em processo de digitalização. As cartas manuscritas são parte integrante do Projeto de Pesquisa intitulado “Cartas dos séculos XIX e XX: organização de um *corpus* diacrônico do Português registrado no Amazonas no período áureo da Borracha”, coordenado pela professora Dra. Grace Bandeira, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Ainda de acordo com Bandeira (2020), além das Letras, áreas como as de História e Geografia têm se beneficiado do que está registrado nas cartas. Para os pesquisadores da área de Letras, o que ali se registra “propicia que investiguemos aspectos linguísticos que resultam de empregos linguísticos concretos, donde também heterogêneos. E, mesmo assim, passíveis de sistematização” (BANDEIRA, 2020, p. 19).

Resgatamos aqui um dos problemas apontados por Labov a respeito de se trabalhar com dados de escrita: “os documentos representam o vernáculo dos seus escritores, refletindo uma variante padrão que não corresponde a um falante nativo” (LABOV, 1994, p. 11 *apud* CASTILHO, 2019, p. 14). Entretanto, duas realidades precisamos pôr em evidência, a primeira delas é que, de acordo com Castilho (2019, p. 4), os estudos históricos acabaram por criar “uma ramificação teórica com perfil próprio, tanto em termos metodológicos quanto em relação aos objetivos da investigação”, essa ramificação propiciou um trabalho pertinente com textos escritos com o objetivo de reconstruir estágios anteriores da língua para compreender a realidade atual, diferente da sociolinguística laboviana que faz o caminho inverso. A segunda realidade é que, embora as cartas comerciais aqui investigadas pertençam a uma modalidade mais monitorada – a escrita –, elas ainda apresentam uma aproximação maior com a língua oral conforme vemos em Bandeira (2020, p. 20):

Em relação ao método laboviano de pesquisa alicerçada em dados concretos de fala, temos a registrar que nos apoiamos no que propõe SILVA (2006) sobre pesquisa com dados escritos do português arcaico. Explicamos. Como à época da escritura das cartas o Brasil não dispunha de modelo de escrita

correta, acreditamos que a forma de se ‘registrar por escrito’, em cada uma das cartas manuscritas, exprime grande aproximação com a forma de expressão oral.

Nesse contexto, admitimos que as cartas manuscritas destinadas ao comendador J.G Araújo representam um gênero de natureza menos formal e menos monitorada, escritas sobretudo por homens, moradores da região amazônica ou de seu entorno, dirigindo-se à empresa de aviamento localizada na cidade de Manaus (ou Manaós na grafia antiga retratada em algumas cartas).

Sobre os limites do conceito de formalidade, Coelho *et al.* (2010, p. 82) afirmam que, apesar da classificação entre registro formal e informal, normalmente, nossa fala não apresenta somente esses dois extremos, é mais apropriado pensarmos que existe um *continuum* que perpassa situações de maior ou menor formalidade, correspondendo a registros mais ou menos formais, entre esses dois polos. Portanto, se levarmos em consideração a aproximação das cartas à expressão oral menos formal, dentro do *continuum* discutido por Coelho *et al.* (2010), podemos afirmar que, pelo menos em relação a outros gêneros, as cartas utilizadas nesta pesquisa, ainda que comerciais, se enquadram também em uma situação de menor formalidade.

Salientamos brevemente por razões metodológicas o sistema de registro dos dados. Buscamos ser o mais fiel possível à escrita presente nas cartas no que concerne à pontuação, acentuação gráfica, separação de sílabas e até mesmo a separação entre as palavras⁷⁰. Adotamos, ainda, um sistema de registro de data (dia/mês/ano), cidades e assinaturas. Ainda que este trabalho não tenha o objetivo de contemplar predominantemente aspectos extralinguísticos, registramos informações do cabeçalho (data, cidade e nome dos autores) para que eventualmente possam servir a trabalhos futuros, tendo em vista o conjunto de reflexões sócio-históricas que podem ser retiradas a partir dessas informações. Utilizamos, para esta pesquisa, normas de transcrição próprias, buscando um registro o mais fiel possível das passagens das cartas em que foram encontrados os dados que representassem o fenômeno por nós estudado. A seguir, ilustramos dois exemplos da transcrição que fora adotada neste trabalho:

⁷⁰ Vale ressaltar que no período da escrita das cartas era comum encontrarmos, por exemplo, artigos ‘colados’ aos substantivos [‘*ofavor*’], são por exemplos como esse que ressaltamos a necessidade de um registro fiel também à separação de palavras.

Lisboa 5 de Maio de 1851
 Querido primo
 Recebi a tua carta
 de saudade juntamente com o
 dinheiro e fiquei muito contente
 em que me mandaste saudade
 e dinheiro.
 O commandante do vapor
 Auguste que fallei com
 o commandante do vapor Auguste
 agora em Lisboa para te
 dar a castanha para Ma-
 naos limitando-lhe um numero
 de 200 alg. nos. entre
 minha e do Senr. Moreira. Eu apenas
 tenho arranjado até hoje 50
 alg. nos. io Snr. Moreira
 tambem tem o mesmo numero, mas
 [volta]

“Primo e am^o Joaq^m || estimo que estejas | de saude
 juntamente o José e | todos os nossos parentes,
 quanto | eu fico sem maior novidade | graças a Deus.
 || Por vapor Augusto thé | escrevi não sei se
 recebestes..... || PESSO-thé que falles com o
 commandante do vapor Augusto | agora na subida
 para ver se | elle recebe a castanha para Ma- | naós
 limitando-lhe um numero | de 200 alg.^{nos.} entre
 minha e do | Senr. Moreira. Eu apenas | **tenho**
arranjado até hoje 50 | alg.^{nos.} io Snr. Moreira
 tambem | tem o mesmo numero, mas || [volta]

para o tempo de embarque em
 Abril devemos ter esse numero
 ou mais, se o Auguste não
 receber para Manaós então falla
 ao commandante Hermano e me
 aviza para saber, mas eu an-
 tes prefiro o Auguste por ser
 vapor que não anda compreça
 e presta gente para o embarque
 e por isso não trata com o Rio
 Branco sem primeiro fallar
 ao commandante do Auguste e
 dizes a elle que a casta-
 nha e minha. || Junto uma
 notta de alguns objectos que
 perçizo e me mandarão pelo
 vapor Auguste o sal que pesso
 só mandarão se o Theodonico
 ainda não tiver pedid[?]. || Sem
 mais recommenda-me ao Jose
 e [ilegível] e meus manos e
 primos | todos pois agora não
 escrevo a ellez | e recebe
 saudade deste que é | Seu primo e [...]

|| para o tempo de embarque em | Abril devemos ter
 esse numero | ou mais, se o Auguste não | receber
 para Manaós então falla | ao commandante
 Hermano e me | aviza para saber, mas eu an- | tes
 prefiro o Auguste por ser | vapor que não anda
 compreça | e presta gente para o embarque | e por
 isso não trata com o Rio Branco sem primeiro fallar
 ao commandante do Auguste e dizes a elle que a casta-
 nha e minha. || Junto uma notta de alguns |
 objectos que perçizo e me man- | darão pelo vapor
 Auguste o sal | que pesso só mandarão se o |
 Theodonico ainda não tiver pedid[?]. || Sem mais
 recommenda-me ao Jose | e [ilegível] e meus manos
 e primos | todos pois agora não escrevo a ellez | e
 recebe saudade deste que é | Seu primo e [...]

Posto isso, ilustramos a seguir as etapas percorridas para a constituição da amostra:

a) Fizemos o levantamento de dados nas Cartas Comerciais manuscritas destinadas a J.G Araújo e irmãos no ano de 1881;

b) Selecionamos as ocorrências de participípio, enfatizando as ocorrências de *ter/haver* + participípio (flexionado ou não flexionado) + SN (OD) (flexionado ou não flexionado);

c) Simultaneamente, investigamos um possível desaparecimento ou a continuidade de sentenças ativas do tipo *ter/haver* + participípio[flex];

A partir da revisão que fizemos da literatura, observamos que o tratamento que a GT dá às construções com participípio junto a *ter/haver* é quase unânime quanto à ausência das marcas de flexão. Para grande parte das GT's consultadas, o participípio permanece invariável para formar os tempos compostos. Entretanto, alguns autores como Bechara (2009 [1961]) e Almeida (2009) apontam uma segunda construção que se realiza com o participípio flexionado, embora, não a discutam com profundidade. Enquanto Bechara (2009 [1961]) apenas classifica tais construções como exemplos de “resultado produtivo”, Almeida (2009) faz uma breve diferenciação de sentido entre esta estrutura e aquela chamada de construção de tempo composto. Gramáticas históricas, dentre outros trabalhos, entretanto, apontam que a estrutura com participípio flexionado existiu no período arcaico. Porém, enquanto alguns autores (COUTINHO (1972) [1938]) consideram que a construção com participípio flexionado é um arcaísmo, outros (CASTILHO, 2019) não acreditam no total desaparecimento das construções, embora apostem que há baixa produtividade no português moderno.

Diante disso, algumas outras questões são postas em evidência:

i) com a gramaticalização de *ter/haver*, que passam de verbos plenos a auxiliares, e conseqüentemente com a perda da flexão em gênero e número do participípio, resultando na formação do tempo composto perfectivo, quais verbos (ou que traços caracterizam os verbos) que permaneceram na língua com a possibilidade de virem flexionados quando junto a *ter/haver* apontando para um sentido diferente?

ii) ainda há construções que podem ser tratadas como variantes no sentido de Labov (2008)?

iii) o participípio muda ou não sua classe gramatical quando se apresenta nas duas construções distintas com *ter/haver*?

Não encontramos trabalhos que tratassem do nosso objeto de estudo com tanta profundidade. Por isso, tivemos que assumir tendências baseadas em alguns pressupostos: a) com o posicionamento de alguns autores que advogam a favor do desaparecimento das construções com *ter/haver* + *participípio flexionado* (hipótese de apagamento das marcas de

flexão), assumimos que alguns verbos (participios) realmente estiveram em variação em determinado período da história (haja vista os exemplos “tem pisada a areia”; “avedes graça ganhada”; [...]), e com esse determinado grupo de verbos (participio) apenas as construções com a forma não flexionada restaram na língua; b) com o posicionamento de alguns autores a favor da permanência dessas construções na língua (hipótese de manutenção das marcas de flexão), tomamos o cuidado de assumir algumas tendências observáveis na língua:

i) com determinado grupo de verbos, a permanência dessas construções se deu por razões semânticas, quando há evidente diferenciação de sentidos (tinha corrigido/ tinha corrigidos – tinha escrito/ tinha escritos); (BECHARA, 2009 [1961]; ALMEIDA, 2009; SILVÉRIO, 2001);

ii) com determinado grupo de verbos, a permanência dessas construções se dá mais explicitamente por uma questão de “atração sintática” (SOUSA, 1953) – uma tendência à marcação do plural e do gênero por haver uma outra palavra próxima também com essa marcação –, ou por uma concordância por reanálise (CR) (CASTILHO, 2019). (*Tinha lhe remetido as cartas; tinha lhe remetidas as cartas*). Em ambos os casos, as duas construções podem (ou não) apontar para o mesmo sentido (constituindo ainda variantes), já que, com esses verbos, a diferença semântica não é nítida;

A partir disso, definimos hipóteses específicas para as tendências apresentadas

a) Para a tendência da permanência das formas flexionadas, lançamos a hipótese GERAL de que, se tais construções resistem até os dias atuais, algum tipo de informação, seja morfológica, sintática ou semântica contribui para a resistência das formas flexionadas (de participio diante de *ter/haver*) mesmo após, aparentemente, ter sido concluído o processo de gramaticalização de *ter/haver* que resultou na ampla preferência pelo participio não flexionado. E esse tipo de informação atuava também no século XIX;

b) Para a tendência (b.i), uma oposição das classes gramaticais e, conseqüentemente, das noções semânticas veiculadas pelo participio tem grande influência na permanência dessas formas: na construção com participio não flexionado temos um participio verbal apontando para um sentido [+verbal], já nas construções com participio flexionado temos um participio nominal apontando para outro sentido [+adjetival] (ALMEIDA, 2009; SILVÉRIO, 2001; PERINI, 2005, 2007, 2010).

c) Para a tendência (b.ii), lançamos a hipótese de que o uso de verbos bitransitivos, com a presença do OI [+humano], indica **não** haver mudança de sentido aparente, independente da realização da flexão de gênero e número do participio;

d) Ainda para a tendência (b.ii), lançamos a hipótese de que com verbos de diátese transitiva / transitiva de objeto elíptico (PERINI, 2007) a concordância não tende a se realizar (*tinha matado os irmãos / *tinha matados os irmãos*). Portanto, se, e quando encontrados, provavelmente, estariam constituindo apenas uma concordância por atração ou por reanálise (CASTILHO, 2019) e, nesses casos, também não haveria diferenças significativas de sentido;

No corpus selecionado para esta pesquisa, a expectativa é que a tendência em (a) e (b.ii) se confirmem. Nos dados encontrados, a maioria deles apontam para a tendência em “a” – o apagamento das marcas de flexão nos participípios juntos a *ter/haver*. E apenas um dado foi encontrado na forma flexionada.

2.3 O tratamento dos dados: descrição e análise linguística

Adotamos aqui um modelo de trabalho de caráter descritivo. Entendendo-se a descrição, nos moldes de Perini (2007, p. 08), “como a apresentação sistemática dos fatos da língua [...]”. Certamente, nos ocupamos com um fenômeno específico do PB que são os usos do participípio, não objetivando, em hipótese alguma, nos comprometer com pretensões universalistas, ou mesmo com estudos comparativos de diferentes recortes sincrônicos, embora reconheçamos que este seja um passo importante também para o estudo desse fenômeno. Entretanto, estabelecemos um limite para esta pesquisa, que visa estudar o português escrito no Brasil (Amazonas) no século XIX. Em se trabalhando com cartas escritas, em estados muitas vezes delicado, e tendo que coletar dados em fonte primária⁷¹, fizemos um recorte de apenas um ano, mas que certamente atendem aos nossos propósitos neste trabalho.

O tratamento dos dados segue uma abordagem Funcionalista, sobretudo no que diz respeito às direções da mudança (oposição entre unidirecionalidade e uniformitarismo), aos princípios de marcação e iconicidade e ao tratamento da transitividade. Este modelo teórico-metodológico nos permitiu trazer às nossas análises a ideia de propósito comunicativo, pois como bem observa Dik (p. 02 *apud* NEVES, 1994, p. 124)

[...] uma teoria da gramática não deve contentar-se em expor as regras da língua como uma finalidade em si, mas deve tentar, o quanto possível, explicar essas regras em termos de sua funcionalidade em relação aos modos como são usadas e em relação aos propósitos desses usos.

E apesar de não analisarmos os resultados aqui encontrados em termos percentuais ou de peso relativo, em virtude de não ser esse nosso objetivo neste trabalho, acrescentamos algumas análises descritivas de grupos de fatores linguísticos, buscando, perceber se, em

⁷¹ Atualmente os linguistas têm como tarefa principal levantar dados, sistematizá-los e encaixá-los, quando possível, em teorias parciais – isto é, elaborar descrições (PERINI, 2005).

determinados contextos, o fenômeno caracterizava-se como variável. Isso permitiu que este estudo compatibilizasse com os estudos sociofuncionalistas; modelo que, segundo Neves (1999, *apud* Tavares 2013, p. 28), faz “referência a pesquisas que procuravam coadunar diretrizes da sociolinguística variacionista e do funcionalismo norte-americano com o intuito de analisar tendências de uso variável como sendo reflexo da organização do processo comunicativo.”.

Conforme dissemos anteriormente, a Sociolinguística opera com grupos de fatores de natureza linguística ou extralinguística, que possam condicionar determinado fenômeno de variação. Embora, nesta pesquisa, não tratemos de uma análise variacionista pura, visto que coadunamos tal análise com pressupostos também funcionalistas, consideramos as seguintes variáveis independentes linguísticas: ‘tipo de sujeito’, ‘tipo de objeto’, ‘material interveniente’, ‘ordem dos constituintes’ (posição do objeto), ‘transitividade’, ‘conjugação do verbo’. No quadro 5 a seguir, ilustramos os fatores das variáveis em discussão:

Quadro 5 – Variáveis linguísticas controladas

Variáveis Independentes (Grupo de Fatores)	Fatores	Exemplos
Tipo de sujeito	Animado	O Damasceno já deve <u>têr pedido</u> 2:500 tigelinhas para seringá. (Santa Fé, 14/07/1881)
	Inanimado	O tal Juruty ainda não chegou a [ilegível], e <u>tem paralizado os seringueiros</u> . (Santa Fé, 20/06/1881)
Tipo de objeto	[+humano]	[...] muito lhe agradeço a promptidão de <u>ter me servido</u> . [...] (Santa Fé, 15/09/1881)
	[-humano]	<u>tenho vendi- do alguns collarinhos</u> p ^a Sen[?] e os mais se acha intacto [...] (Barcellos, 14/06/1881)
Material interveniente	Sim	Eu apenas <u>tenho arranjado até hoje</u> 50 (Ipixuna, 5/03/1881)
	Não	[...] a 2 ^a em 1 ^o de Fevereiro ultimo, em que nós accoxão <u>terem recebido opirarucú</u> [...]. (Ipixuna, 25/03/1881)
Ordem dos constituintes (posição do objeto)	(Final) V P C	Acuzo <u>ter recebido os favores</u> de VS.as de 27 de julho p.findo, acompanhado p.r hum conhecim.to de 10 sacas c/ sál. (Camará, 16/08/1881)
	(Meio) V C P	As pillulas do D ^{or} Capper <u>teem o preço taxado</u> de Rs. 1H700 (Pará, 19/03/1881)
	(Começo) C V P	cuja <u>imp.^a tenham levado</u> naque- lla dacta a debito d’ minha conta (Barcellos, 15/06/1881)

	Relativas	Aqui receby do Agostinho da Silva [...] quinhentos mil reis em dinhr.º 500H000 que lhes <u>tenho creditado</u> . (Barcellos, 13/02/1881)
Transitividade ⁷²	Transitiva (SEM prep.)	Acuzo ter recebido os favores de VS.as de 27 de julho
	Bitransitiva	[...] e sua empportancia Rs. 481: 296 <u>temos-lhe cre- ditado</u> (Moreira, 14/07/1881)
Conjugação do verbo	Primeira	Tenho creditado mais Rs. 870:395 de mercadorias comprado aqui de seo mano
	Segunda	[...] <u>tenho vendi- do</u> alguns collarinhos [...] (Barcellos, 14/06/1881)
	terceira	communiquei ter conferido parte das mercadorias de meo pedido

Fonte: autora da pesquisa, 2021

Em se tendo encontrado uma única construção com particípio flexionado, analisamos também os contextos morfológicos e semânticos do verbo e de seu respectivo particípio, bem como, a estrutura sintática em que se apresentava, para buscar identificar que variáveis poderiam estar condicionando a flexão do particípio nessa estrutura com *ter/haver*. Assim, para a análise, seguimos os seguintes passos:

1. Examinamos o contexto morfológico, sintático e semântico em torno das construções de *tempo composto* encontradas, evidenciando fatores mencionados no quadro 5 acima.

2. Examinamos o contexto morfológico, sintático e semântico em torno da construção que apresentou a manutenção das marcas de concordância, evidenciando aspectos formais e de sentido, com base na análise descritiva de Perini (2005; 2007), bem como, nas noções de particípio verbal ou nominal também em Perini (2007; 2010)

3. Discutimos os princípios de marcação, iconicidade e transitividade sob o aspecto funcionalista, que serão mais bem detalhados a seguir, relacionando com o uso do particípio em construções com *ter/haver*;

4. Classificamos os exemplos analisados nas tendências que apontamos no início do desse capítulo.

Ressaltamos que, embora inicialmente não tenhamos considerado como variantes as duas construções abaixo, por acreditar haver entre elas uma diferenciação de sentido:

1. [auxiliar] *ter/haver* + particípio [invariável]
2. [verbo com sentido pleno ou lexical] *ter/haver* + particípio [variável]

⁷² Sob a perspectiva tradicional.

evidenciamos que, com determinado grupo de verbos, no período arcaico realmente poderia ter havido variação e, conseqüentemente, mudança, resultando no desaparecimento de determinadas construções com particípio flexionado. Exemplificamos. No exemplo “*E quantas seetadas havedes levadas*”, evidentemente, encontramos uma construção arcaica, não somente pela grafia do substantivo “setadas”, ou da forma da conjugação de “haver”, mas também por uma crescente substituição de *haver* por *ter*, e pela efetiva perda da marca da concordância do particípio com o objeto = *quantas setadas (havedes) levado*. Neste caso, a construção anterior parece não ter mais espaço na língua, sendo a segunda amplamente difundida. Com isso, no Capítulo 3, buscamos detalhar melhor essas construções que possivelmente constituíam variantes ainda no século XIX.

Dada a natureza híbrida deste trabalho, assumimos também alguns pressupostos funcionalistas, que elencamos a partir de agora.

O funcionalismo norte-americano tem como seus principais expoentes Talmy Givón, Paul Hopper e Sandra Thompson, dentre outros autores, que advogam a favor de uma linguística centrada no uso, tendo como tendência principal a observação da língua a partir de um ponto de vista extralinguístico, a partir do contexto comunicativo. Nessa concepção de língua, a sintaxe ganha destaque também, mas, dessa vez, é considerada uma estrutura que sofre constante mutação em razão das vicissitudes do discurso. De acordo com Neves (2018), Talmy Givón aposta no postulado da não autonomia do sistema linguístico e conceitua a estrutura interna da gramática como a soma de três componentes: sintaxe, semântica e pragmática. Também Givón acredita que a língua não possa ser descrita como um sistema autônomo, já que a gramática só pode ser entendida se referenciada a parâmetros como cognição e comunicação, processamento e interação social e cultural, dentre outros conceitos que já abordamos nesse trabalho como variação e mudança.

Dentro dessa perspectiva Funcionalista, adotamos alguns procedimentos de análise para a investigação e descrição do nosso objeto de análise que são as estruturas que se constroem com o particípio diante de *ter/haver*. O primeiro desses procedimentos foi a análise do percurso de gramaticalização dos verbos *ter/haver*, que culminou em uma mudança também nas relações de concordância do particípio [+Adj] com o objeto do verbo. Com isso, identificamos dois traços funcionais que as construções participiais com *ter/haver* podem desempenhar: um traço mais verbal [+V] e um traço mais adjetival [+Adj]. Em seguida, testamos alguns fatores de ordem linguística, sociais e pragmáticas a fim de identificar fatores que influenciasssem a escolha de uma das duas estruturas em detrimento da outra. Nesse contexto, trouxemos para nossa abordagem pressupostos teóricos do Funcionalismo linguístico, bem como, exploramos

princípios como o da marcação, iconicidade, transitividade e outros próprios ao processo de gramaticalização como o princípio da estratificação e da divergência já descritos no capítulo anterior. Vejamos a definição dos três primeiros.

O princípio da Marcação estabelece um “contraste gramatical binário” que assume a existência de categorias marcadas e categorias não marcadas; inicialmente, foi formulado para análises fonológicas (com Trubetzkoy), e só depois estendido para a morfologia (em trabalhos de Roman Jakobson), atualmente se aplica até mesmo à sintaxe. O princípio da Marcação define como elemento marcado o membro que exibe uma propriedade ausente no outro membro de seu par contrastivo. Na morfologia, por exemplo, a forma *corrigidas* [+ plural] é marcada em oposição a *corrigido* [- plural]. Quanto a esse princípio, Givón (1995 *apud* CUNHA e TAVARES, 2016, p. 21-22) estabelece três critérios de análise:

a. Complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) que a estrutura não-marcada correspondente;

b. Distribuição de frequência: a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a estrutura não-marcada correspondente;

c. Complexidade cognitiva: a estrutura marcada tende a ser cognitivamente mais complexa do que a estrutura não marcada correspondente;

Sob o princípio da Iconicidade, os linguistas de ordem funcionalista defendem a ideia de que a estrutura da língua reflete, de alguma maneira, a estrutura da experiência humana, ou seja, aposta-se numa correlação natural e motivada entre forma (código linguístico - expressão) e função (significado/sentido - conteúdo). Esta abordagem se contrapõe à noção de arbitrariedade do signo linguístico proposto por Saussure dentro da corrente estruturalista. Em sua versão original, proposta por Bolinger (1977), a iconicidade previa uma relação isomórfica entre forma e conteúdo, entretanto, os estudos de variação e mudança linguística e a noção de variantes (“formas de dizer a mesma coisa”) levaram à reformulação dessa versão para uma versão mais branda que estabelece que nem tudo na língua é 100% arbitrário, nem 100% icônico (GIVÓN, 1995). Assim, esse cenário mais moderado se manifesta em três subprincípios:

a. O princípio da quantidade – quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade da forma;

b. O princípio da integração entre os constituintes da expressão e do conteúdo – quanto mais próximos cognitivamente, mais integrados no nível da codificação;

c. Princípio da ordenação dos vocábulos – a informação mais importante ou mais acessível tende a ocupar primeiro lugar na cadeia sintática, relacionando importância ou

acessibilidade da informação veiculada pelo elemento linguístico e sua colocação na sentença (CUNHA e TAVARES, 2016, p. 24-25).

A transitividade aparece na perspectiva tradicional como uma propriedade do verbo. Estabelecendo uma posição dicotômica, a transitividade prototípica reflete o “afetamento total do objeto”, ou seja, verbos que não afetam o objeto implicando uma mudança de estado ou localização apresentam um grau menor de transitividade. Talmy Givón (2001), Hopper e Thompson (1980), por sua vez, formulam a transitividade como uma noção contínua, escalar que compreende dez parâmetros sintático-semânticos: número de participantes, agentividade e intencionalidade do sujeito, individuação e afetamento do objeto, dinamismo, perfectividade e punctualidade do verbo, polaridade e modalidade da oração. Dessa forma, não é apenas o verbo que se classifica como transitivo, mas toda a oração (CUNHA E TAVARES, 2016, p. 28-29).

De acordo com Givón (2001, *apud* CUNHA E TAVARES, 2016), a transitividade é um fenômeno complexo que envolve componentes sintáticos e semânticos e o evento prototípico da transitividade é definido por propriedades semânticas do agente (*agentividade* – agente intencional, ativo); paciente (*afetamento* – paciente concreto, afetado) e verbo (*perfectividade* – evento concluído, pontual). Cada componente de transitividade indica a intensidade ou a efetividade com que determinada ação é transferida de um participante a outro:

- a) a ação só pode ser transferida se houver dois ou mais participantes envolvidos;
- b) um participante com alta agentividade pode transferir a ação de modo mais efetivo que um participante com baixa agentividade;
- c) quando age propositalmente, o efeito da ação no paciente torna-se mais evidente;
- d) uma ação pode ser mais efetivamente transferida para um paciente que é individuado que para um paciente que não é. Os traços de um objeto individuado em oposição a um objeto não-individado são: próprio, humano, animado, singular, contável, referencial e definido;
- e) o grau de transferência da ação está relacionado ao grau de afetação do objeto;
- f) ações podem ser transferidas de um participante a outro, estados não;
- g) uma ação perfeita, vista de seu final, ação télica, é transferida com maior efetividade de um participante a outro do que uma ação em que não se pode prever o final;
- h) ações cumpridas sem nenhuma fase de transição entre o início e o fim tem maior efeito de transferência entre os participantes que ações que estão inerentemente em processo;
- i) ações podem ser transferidas (polaridade afirmativa) ou não ser transferidas (polaridade negativa);

g) uma ação irreal ou que é apresentada em um mundo irreal é menos efetiva que uma ação que corresponda ao um evento real (HOPPER e THOMPSON, 1980 *apud* TORRES, 2014, p. 107).

Relembrando o que já foi apontado anteriormente, neste estudo, alguns objetivos específicos sobressaem: ao se detectar a construção que sintaticamente constrói-se com os verbos *ter/haver* + particípio (flex ou n-flex), nosso primeiro objetivo foi descrever o contexto sintático em torno das construções de tempo composto encontradas em cartas comerciais da empresa de J.G Araújo no século XIX (1881), e, paralelamente, nosso segundo objetivo foi investigar o desaparecimento ou a continuidade de uso da construção *ter/haver* + particípio[flex]. Tendo encontrado um único dado com particípio flexionado junto a *ter/haver*, nosso terceiro objetivo foi descrever o contexto morfossintático em que o particípio mantinha a relação de concordância com o constituinte/sintagma a que estava ligado, evidenciando motivações de naturezas morfossintáticas e semânticas, que pudessem estar contribuindo para a permanência das construções com particípio flexionado quando ao lado de *ter/haver* em cartas do século XIX. Por fim, exploramos princípios de marcação e de iconicidade, bem como, a noção de transitividade, sob o viés do funcionalismo, com o intuito de analisar o uso do particípio flexionado em construções com *ter/haver*.

Optamos por não trabalhar com programas estatísticos para este trabalho, embora consideremos de grande relevância nos estudos da variação e mudança linguística. Porém, não o fizemos, pois, essencialmente, a presença ou ausência da marca da concordância, conforme dissemos, não constitui fenômeno variável em todos os casos. Segundo que, mesmo reconhecendo casos que poderíamos considerar haver variação, encontramos apenas um único dado com a presença da marca da concordância no ano de 1881 e três dados no ano de 1879 que não constitui nosso *corpus*.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Partimos de descrições da língua realizadas por gramáticas históricas portuguesas (SAID ALI, 1931; BUENO, 1958; COUTINHO, 1976 [1938]) e da reflexão de alguns trabalhos em torno do particípio (PERINI, 2007, 2010; TEXEIRA DA SILVA, 2008; MIARA, 2013; MEDEIROS, 2014; CASTILHO, 2019) para repensar a relevância de se resgatar e apontar MAIS um uso do particípio, além daqueles tradicionalmente listados: o uso do particípio flexionado quando em construções com *ter/haver*.

Faço isso por pensar na alta produtividade desta construção? Já adianta que não seria esse o motivo de minha curiosidade. Castilho (2019) vai dizer que no português antigo havia uma relação de concordância plena (CP) entre a minissentença e o objeto de um verbo de posse e que essa construção não é mais produtiva no português do Brasil. Mas qual seria o conceito e as dimensões da ‘produtividade’? É o que me pergunto constantemente. O próprio Castilho (2019, p. 375), diz, em outra passagem, que “em algumas circunstâncias, entretanto, a sintaxe antiga sobrevive”. Que circunstâncias seriam essas?

Em um dicionário como o Houaiss (2015, p. 766), define-se produtividade como “característica daquilo que é produtivo [...] capacidade de produzir”. Na Linguística, de modo geral, há vários conceitos para o termo produtividade. Em morfologia derivacional, a produtividade está relacionada, em termos de frequência e recorrência, “à quantidade de palavras formadas por um determinado afixo” (GRODT, 2009, p. 26), embora, em princípio, o conceito proposto por Corbin (1984, *apud*, BASÍLIO, 1999, p. 59) fosse de que a produtividade apontasse mais para a disponibilidade da regra para que o falante pudesse utilizá-la do que de fato o nível de utilização do processo, ou seja, nesse contexto, a produtividade definir-se-ia por “formas disponíveis e não formas necessariamente atestadas.”. Nesse contexto, Sandmann (1990) opõe, ainda que brevemente, produtividade lexical e produtividade sintática, apontando para um caráter mais imprevisível (novo) das frases em relação às palavras.

O que com isso queremos dizer? Tomando o conceito de produtividade da morfologia, defendido por Corbin (1984, *apud*, BASÍLIO, 1999), temos que, semelhante ao que se define no dicionário Houaiss (2015), a produtividade se define como característica daquilo que se produz e isso independe da noção de frequência ou recorrência. Pensamos ser esta uma acepção possível. A outra acepção de produtividade, que se encaixa, por exemplo, nos moldes da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) e que relaciona a produtividade à cristalização dos elementos de determinada construção a partir de um uso frequente (WIEDEMER e OLIVEIRA, 2019), não a descartamos, mas para os limites deste trabalho, preferimos deixá-la em segundo plano. Justificamos esta escolha por um único motivo: não estamos trabalhando

com a hipótese de uma crescente produtividade, em termos de frequência, da estrutura que se constitui com *ter/haver* + particípio passado [flex.], sequer pensamos haver aí uma espécie de concorrência entre as duas estruturas no português atual. Nosso objetivo é descrever os usos do particípio nas cartas de J.G Araújo, sem descartar aquele uso que para alguns gramáticos é uso arcaico, uma vez que pudemos observar que ainda se realiza mesmo que em frequência relativamente baixa.

Inicialmente, pensamos ser esse um caso passível de se refletir em torno, porque, ao contrário de outros fenômenos linguísticos que se dizem “arcaicos”, este parece ser um que, mesmo depois de séculos, ainda se produz na língua.⁷³ Conforme observamos no início desse capítulo com as sentenças encontradas na Web, no século XXI, as formas de particípio flexionado quando ao lado de *ter/haver* ainda podem ser atestadas no PB contemporâneo.

A título de exemplificação do que poderia ser de fato chamado arcaico, pensemos inicialmente na forma de tratamento *Vossa Mercê*. Quando apontamos esta forma como arcaica, creio que não haveria quem se opusesse. Isso porque já é consenso entre linguistas e gramáticos que a forma foi arcaizando-se já por volta dos séculos XVII e XVIII, passou por simplificações fonéticas e cedeu espaço para sua forma ‘rival’, *você*, que se tornou dominante e “de uso corrente hoje, em especial no português brasileiro, (**inclusive**) no tratamento de segunda pessoa do discurso” (Grifo nosso) (FARACO, 2017, p. 121). Ainda sobre a forma *você*, é conveniente dizer que o seu plural – *vocês* – venceu a ‘batalha’ no tratamento de segunda pessoa do plural do discurso. Nas palavras de Faraco (2017, p. 122), “a introdução de novas formas de tratamento do interlocutor” resultou em mudanças gramaticais, dentre elas, “a arcaização de *vós* e o desenvolvimento de *você/s*”. Pouquíssimos se oporiam a esta afirmação, à exceção, é claro, de alguns gramáticos normativos que “insistem em apresentar algumas realidades próprias do português arcaico como modelos a serem seguidos [...]”. (FARACO, 2017, p. 115).

Não precisamos ir muito a fundo em pesquisas para concordarmos com esta afirmação do autor pois, afinal, quem usa o *Vós* no português atual? Citando Menon (1995), o desaparecimento completo do uso (oral e escrito) de *vós* é um fato inquestionável no português do Brasil, em qualquer região. Isso significa dizer que, em termos de produção, tanto *Vossa*

⁷³ Admito, como pesquisadora, estudante e falante da língua portuguesa que, em determinados casos, como o que cito diversas vezes (Tenho corrigidas as lições), o uso do particípio flexionado nesta construção parece ser natural (e funcional) entre os falantes. A que se deve esta naturalidade? Por ora, entretanto, não faço afirmações do tipo “a construção não gera estranhamento”, pois, com isso, estaria generalizando, de modo que, isso pressupõe dizer que nenhuma construção com particípio flexionado diante de *ter/haver* gere estranhamento. Para que pudesse fazer reflexões em torno desta questão, deveria submeter dados com essa construção para avaliação dos falantes, o que não cabe nos limites desta dissertação. Portanto, sigamos!

Mercê quanto *Vós* são exemplos de usos que não se produzem mais na língua falada, nem mesmo na escrita, quando se trata de um uso natural da língua.

Quando se trata de aspectos morfológicos, uma afirmação categórica como a que fizemos anteriormente é comum. Se analisarmos o panorama histórico da morfologia de nosso objeto de estudo, também chegamos à conclusão de que as formas de particípio em *-udo* (defendido, vencido) desapareceram e cederam espaço às formas em *-ido* (defendido, vencido) (BUENO, 1958). Nesse contexto, também não parece haver rejeição da ideia de que o pretérito perfeito composto em português surge a partir de uma estrutura com particípio flexionado quando usado com *ter/haver*. No entanto, a discordância fica por conta da permanência das construções com particípio flexionado, e um questionamento que fica é: posso fazer uma afirmação categórica em relação a uma efetiva substituição das construções com particípio flexionado pelas construções com particípio invariável?

3.1 Ter/haver + particípio flexionado – outras construções

Neste trabalho, enfatizamos duas construções: uma que é formada pelos verbos *ter/haver* + particípio [invariável], e outra que é formada por *ter/haver* + particípio [variável], conforme já exemplificamos nas seções anteriores. Ressaltamos que encarar as duas construções que tratamos aqui como variantes (na concepção laboviana) não pode ser uma visão generalizada para todos os casos, em virtude de, entre algumas delas, haver diferenciações de sentido. Sobre a noção de variantes, Labov (1972, *apud* KATO, 1992, p. 257) afirma que “[...] as variantes são necessariamente idênticas em referência e valor de verdade, mas são diferentes em significado social e/ou estilístico”.

Diante disso, no que diz respeito especificamente à variação em sintaxe, Bentivoglio (1987, *apud* KATO, 1992, p. 127-128) advoga a favor da raridade desse fenômeno quando acredita “ser difícil encontrar um fenômeno real de variação sintática, dado que, ao contrário da fonologia, encontrar contextos iguais em sintaxe é muito mais difícil”. Essa concepção de Bentivoglio vai ao encontro do entendimento sobre variação que se tem em Lavandera (1978 *apud* KATO, 1992), quando a autora questiona a possibilidade de a noção de variação ascender ao nível fonológico, no sentido de que se a variação é entendida como duas (ou mais) maneiras de dizer a mesma “coisa”, construções sintáticas, por apresentarem sempre função própria, não poderiam constituir um fenômeno de variação. O posicionamento de Lavandera é polêmico e surge a partir dos resultados obtidos no estudo de Weiner e Labov (1983 [1977]) sobre construções ativas e passivas no inglês. Com isso, Labov (1978 *apud* COELHO *et al.*, 2012)

alarga o conceito de variável linguística para duas ou mais formas para o mesmo significado representacional (o mesmo estado de coisas), relativizando a noção de “mesmo significado”.

3.1.1 Noções de significado e sentido

Antes de adentrarmos, efetivamente, em pressupostos funcionalistas, julgamos ser necessário oportunizar as noções de significado e sentido. Sob uma perspectiva vygotskyana faz-se necessária a distinção entre os dois termos, que comumente são abordados como sinônimos em muitos casos. A partir de Vygotsky (1996 *apud* COSTAS e FERREIRA, 2011, p. 214-215), entende-se o significado como “qualquer generalização ou conceito fruto de um ato de pensamento”, e o sentido como “a concordância sobre algo desde a ocorrência de um diálogo”. Costas e Ferreira (2011) resumem essa diferença assumindo que o significado apresenta a “estabilização de ideias por determinado grupo”, enquanto o sentido “tem caráter provisório” e mudará sempre que os interlocutores e os eventos mudarem. Revisitando Paulhan, citado por Vygotsky, as autoras retomam os conceitos de sentido e significado:

O sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas de sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações de sentido (VYGOTSKY, 1996 *apud* COSTAS E FERREIRA, 2011, p. 216).

De acordo com Cunha e Tavares (2016), a teoria funcionalista defende uma concepção de língua que a determina como “atividade social enraizada no uso comunicativo diário”, determinada por situações de comunicação real produzidas a partir da interação entre os falantes. Essa concepção de língua permite pressupor que as sentenças assumem seus significados (sentidos na perspectiva vygotskyana) a partir das relações contextuais específicas de interação, isso implica dizer ainda que a forma utilizada está geralmente a serviço do propósito pretendido (função), ou seja, “a escolha e a ordenação dos elementos linguísticos é, em última análise, orientada pelas diversas funções que a língua é convidada a desempenhar” (CUNHA E TAVARES, 2016, p. 16).

Com base no que foi proposto até aqui, percebemos que as construções com participípio, junto aos verbos *ter/haver*, podem apresentar mais de uma interpretação, a depender de diversos fatores, dentre eles o da realização ou não da concordância. Com base em pressupostos funcionalistas, o usuário da língua realiza um processo mental para utilizar cada uma das construções de acordo com seu propósito comunicativo, ainda que esta não seja uma predileção

totalmente consciente. Nesse sentido, vale lembrarmos o que Berry (1977, p. 52 *apud* NEVES, 1994, p. 17) afirma sobre a ideia de escolha:

É importante compreender que o termo escolha, nesse caso, não implica, necessariamente, escolha consciente, nem escolha livre, podendo o grau de consciência variar de uma escolha completamente subconsciente até a plena e explícita escolha consciente.

Para Martelotta e Kenedy (2015, p. 16), “a sintaxe não é autônoma, mas subordinada a mecanismos semânticos que nossa mente processa durante a produção linguística em determinados contextos de uso”. Os autores asseveram ser esse um postulado da linguística cognitiva que assume que a ideia da significação se baseia no fato de que as palavras e frases assumem seus ‘significados’ dentro de um contexto comunicativo. Ressaltamos, entretanto, que embora o Funcionalismo linguístico, segundo Caetano (2011), enfatize o papel da língua inserido num contexto ou numa situação comunicativa, dando primazia à questão social, não significa dizer que ele despreze a forma ou lhe atribua um papel secundário, pelo contrário, se preocupa em analisar seus aspectos a partir do uso. De acordo com Beaugrande (1993 *apud* NEVES, 2018), é tarefa da ‘gramática funcional’, correlacionar, de forma ‘rica’, forma e significado (ou sentido) de uma estrutura sintática dentro de um ‘contexto global do discurso’.

Mencionamos anteriormente a polêmica entre Lavandera (1978) e Labov (1969) a respeito da variação de construções passivas no inglês, que surge a partir da observação de que entre sentenças como *destruíram o carro* e *o carro foi destruído* há diferenças sutis de sentido que não teriam como ser suprimidas se tratássemos as formas como variantes à semelhança de como se tratavam de variantes fonológicas. Tal discussão levou Labov (1969) a reformular essa noção: para constituírem variantes, duas ou mais formas precisariam não necessariamente representar o mesmo significado em todos os aspectos semânticos e pragmáticos, mas representar o “mesmo estado de coisas”, mantendo a referência, ou, nos termos de Labov, o mesmo significado representacional. Para Tavares (2003, p. 85):

A aplicação da análise variacionista a níveis maiores que o sentencial teve como consequência o afrouxamento do critério pelo qual formas costumavam ser agrupadas, sendo estipulado como quesito para a seleção das variantes uma função discursiva - elas devem ter a mesma função -, ao invés do significado.

Nesse contexto, para Tavares (*op. cit.*), ao substituir a exigência de uma equivalência referencial por equivalência funcional⁷⁴, ainda que determinados fenômenos apresentassem diferenças semânticas, poderiam ser estudados sob o viés da sociolinguística variacionista.

Para dar conta dessa modificação no foco, determinadas hipóteses e explicações da teoria funcionalista passaram a ser evidenciadas nas análises variacionistas, o que incluía reconhecer, além das motivações estruturais, também motivações funcionais para a escolha de uma forma em detrimento de outra em contextos linguísticos e sociais específicos. A respeito das motivações funcionais, Naro (1998) relembra alguns trabalhos que refletem tais motivações, dentre eles, o autor vai citar o estudo de Mollica (1996) sobre o uso das preposições *em*, *a* e *para* com o verbo de movimento *ir*, em que se constatou que a preposição *em* tem a função de reforçar “o traço definido do referente locativo” (exemplo: *a gente ia no Carrefour – Carrefour é um lugar cercado com entrada definida*); e o trabalho de Mollica (1981) a respeito da cópia pronominal que indica uma referência definida de seu antecedente (exemplo – *Eu tenho uma colega que ELA é doidinha por lá*). Esses e outros fenômenos destacados por Naro (1998, p. 117) são considerados funcionais, uma vez que “a variante favorecida em determinado contexto fornece elementos para uma compreensão correta da mensagem dentro daquele contexto”.

Nesse contexto, observamos que o “sentido” da perspectiva Vygotskyana está muito mais relacionado ao conceito de “função” da perspectiva funcionalista, visto que ambos se concretizam a partir de princípios de natureza cognitiva: enquanto o sentido de uma palavra ou frase é fruto da soma de eventos psicológicos experienciados pelo falante, a função de uma palavra ou frase, na teoria funcionalista, está associada à pragmática, isto é, à intenção do falante. Neves (2018) afirma que, de acordo com os princípios que dirigem uma visão Funcionalista da Linguagem, a forma dos enunciados não pode ser entendida independente de suas funções. A autora declara que uma teoria da gramática deve interligar o estudo da forma, do significado e do uso, de modo que, além dos traços linguísticos formais, sejam abrigados também traços semânticos e pragmáticos, numa perspectiva teórica mais geral. Isso nos permite dizer que, do ponto de vista funcional, é problemático tratar construções em que o participio passado mantém relação de concordância com o nome a que se refere apenas como um arcaísmo sintático, posto que, apesar de não serem altamente produtivas, elas existem ainda no português

⁷⁴ Dessa forma, a funcionalidade, quando se refere à variação de determinada forma linguística, pode ser entendida quando “[...] os falantes usam mais certas variantes em contextos em que o uso da variante em questão, e não outra variante, colabora para transmitir um determinado sentido em nível semântico ou discursivo” (NARO, 1998, p.118).

contemporâneo, e mais, não se pode negar que em determinados contextos algumas construções são utilizadas com propósitos diferentes daquelas em que as relações de concordância não são mantidas.

3.1.2 O fenômeno em foco – a construção *ter/haver* + particípio flexionado

Em relação aos participípios, pode-se dizer que há um consenso entre alguns autores de que há variação entre as formas rizotônicas e arrizotônicas de particípio. Segundo Miara (2013, p. 32), “na prática, muitas das formas regulares e irregulares apresentam bastante semelhança no uso, ou seja, não são aplicadas diferentemente”. De acordo com a autora, em muitos casos, a substituição da forma regular pela forma irregular não altera o significado referencial da sentença, como os exemplos em (55a) e (55b) citados por Miara (2013, p. 68),

(55) a. A secretária tinha *imprimido/impresso* o arquivo.

b. O arquivo foi *imprimido/impresso* pela secretária.

Entretanto, no que diz respeito à flexão ou não do particípio em sentenças ativas, assumimos, com base em Sousa (1953), Almeida (2009), Silvério (2001) e Medeiros (2014) que o caso de construções com particípio (flex. e não flex.), junto aos verbos *ter/haver*, em sua grande maioria, não se encaixam como variantes (definidas por Labov), por assumirmos que, além de não serem intercambiáveis no mesmo contexto, apresentam significados representacionais diferentes. Sabemos que dizer que:

(56) João *tinha consertado* os relógios
pode apresentar um sentido diferente de

(57) João *tinha consertados* os relógios

Essa diferenciação não se dá apenas em valor social/estilístico, mas em valor de verdade. Dizer que “João tem a posse dos relógios que estavam consertados” (sentido em 57) não implica dizer que foi ele quem os consertou, ele pode apenas ser a pessoa que teve seus relógios consertados por outra pessoa. Do mesmo modo que dizer que “João consertou os relógios” (sentido em 56) não implica dizer que ele estava em posse dos relógios. Ou seja, cada sentença comporta um sentido que pode ser tomado como verdade e outro não, e esses sentidos não podem ser deduzidos nas duas sentenças ao mesmo tempo sem que haja um contexto, o que implica dizer que as orações apresentam valores de verdade distintos, significados representacionais distintos.

Observamos nas duas sentenças que um traço formal do particípio (a realização da concordância) pode condicionar os significados próprios a cada sentença. Relembremos, então,

o que diz Perini (2005, p. 41) a respeito de forma e significado: “Em geral, pode-se dizer que os traços formais da língua sofrem interpretação, ou seja, cada traço formal corresponde a algum traço de significado”. Notemos apenas o detalhe “em geral”. Na sequência, o autor afirma que, em determinados casos, certos traços formais não apresentam interpretação (como o caso das preposições – exemplos dados pelo autor), assim como, há casos em que as diferenças semânticas não decorrem necessariamente de traços formais. Esta última tese tem como exemplo constituintes que possuem as mesmas propriedades formais dentro da frase, ou seja, mesma estrutura interna e mesmo relacionamento com o restante da construção, entretanto, apresentam noções semânticas diferentes.⁷⁵

Será esse o caso dos participípios?

Se tomarmos por base construções com *ter* + participípio como nos exemplos a seguir:

(58) O professor tinha o exercício **corrigido** na noite anterior.

(59) O professor tinha o exercício **corrigido** em mãos.

Observemos que, apesar de apresentar as mesmas propriedades formais (a mesma estrutura interna, mesma posição, mesma relação sintática com o restante da construção), o participípio “corrigido”, em (58), pode facilmente fazer parte da locução verbal (*ter* + participípio) e assim assumir o sentido de que “o professor corrigiu o exercício durante a noite anterior⁷⁶”; já em (59), o participípio só pode fazer parte do SN (*exercício corrigido*) e o sentido ser que “o professor tinha posse de um exercício que estava corrigido”, sem podermos, entretanto, afirmar com certeza que foi esse professor quem o corrigiu. A noção de que “corrigido” faz parte da locução verbal em (59) não parece aceitável em virtude da estranheza que causaria o sentido “o professor corrigiu o exercício em mãos”.

É importante observar que essas noções de sentido diferentes se devem antes ao fato de que o participípio estabelece relações semânticas diferentes com outros constituintes, e não relações formais (sintáticas, por exemplo), e ainda, arriscamo-nos a dizer que a afirmação de que em (58) o participípio faz parte da locução verbal e em (59) temos um participípio que faz parte do SN decorre primeiramente das noções de sentido envolvidas.

⁷⁵ Para maiores detalhes, ver Perini (2005).

⁷⁶ Ainda que seja possível pensar no sentido de que “corrigido” pudesse fazer parte do SN “exercício corrigido”, não se descarta o sentido a que fazemos referência. Compreendemos que esta ambiguidade poderia ser desfeita com uma troca de posições dos termos na oração. Se tivéssemos algo como “o professor tinha corrigido o exercício na noite anterior”, o sentido seria de que a ação de corrigir teria sido feita exclusivamente por esse professor, e esta ordem dificilmente daria margens para uma segunda interpretação. Entretanto, o que queremos de fato demonstrar com esse exemplo é que, especificamente neste caso, as noções semânticas diferentes não decorrem de nenhum traço formal do participípio.

Este processo em que as diferenciações de sentido entre os usos do participípio se dão sem a interferência de traços formais não é o único. Conforme já mencionamos anteriormente, a mudança nas relações de concordância tanto de gênero quanto de número também pode afetar diretamente o campo semântico de determinada sentença. Portanto, o estudo do participípio interessa não só ao estudo do significado, mas também ao da forma, visto que, neste último caso, é preciso correlacionar os dois planos. E como afirma Perini (2005, p. 41), “os exemplos mais reveladores (e também os mais difíceis de estudar) são aqueles em que uma diferença formal corresponde a uma diferença semântica”.

Sousa (1953), em *Noções de Gramática e de Língua Portuguesa*, chamava a atenção para a concordância participial, tratando-a como um caso de ‘atração sintática’, conceituada por ele como a concordância que se realiza por influência de um vocábulo sobre o outro. Desse modo, na visão do autor, podíamos ter dois modelos de construção, uma que ele chamava de regular, da qual temos o exemplo em (60) e a outra em que havia a **concordância por atração** como nos exemplos (61) e (62), ambos retirados de Sousa (1953, p. 146-147):

(60) Filinto: **Excepto** algumas velhas (3,525).

(61) Vieira: **Excepta** a carta de S. A. (1,94) – **Exceptos** os mais ricos (2,32).

(62) Vieira: Seus parciais **tinham fixados** papéis desconhecidos nos lugares públicos. (2,9)

De acordo com Sousa (1953), com o tempo, a construção com o participípio flexionado foi rareando e as construções com participípio invariável passaram a tomar um lugar de prestígio, mas, apesar de parecer unanimidade entre as “pessoas cultas” que o participípio passado ficava invariável com os verbos *ter/haver*, o autor não podia deixar de reconhecer que as construções mais antigas ainda existiam, tampouco, que havia diferenças no que diz respeito ao sentido entre construções como, por exemplo, **tem morto** alguns de seus parentes e **tem mortos** alguns de seus parentes, ou **tenho preparado** os pontos e **tenho preparados** os pontos. Sousa (1953) vai dizer que nos casos em que se flexiona o participípio em gênero ou número, os participípios deixam de ser verbos e passam a assumir papel de qualificativos.

De acordo com Silvério (2001, p. 127),

[...] o participípio do PB pode ser caracterizado como fortemente verbal, apresentando uma leitura perfectiva por excelência. Uma evidência deste caráter perfectivo do participípio pode ser obtida, por exemplo, observando o participípio em contextos adjetivais, onde apresenta flexão de gênero e número.

Os exemplos da autora, assim como a discussão em torno deles, são muito semelhantes aos que já vimos em outras passagens desta pesquisa. Silvério (2001, p. 127) vai dizer que há diferenças relevantes entre a estrutura flexionada e a não flexionada.

(63) a. O João ***tem comprado*** figurinhas para sua coleção

b. O João ***tem as figurinhas compradas***.

Em (63a) a autora também defende a existência da forma verbal composta, enquanto em (63b) o que temos é o verbo “*ter* lexical mais o adjetivo flexionado”. E acrescenta: “mesmo nesse último caso, a idéia [sic] temporal que prevalece na forma adjetival do português é, *grosso modo*, também de fechamento, de conclusão”. Também baseado em Almeida (1989, p. 294), a autora comenta que em (63a) temos a ideia de que “João vem comprando figurinhas a algum tempo e em (63b) a noção é de que “João já possui a compra das figurinhas efetuada” (SILVÉRIO, 2001, p. 127).

Conforme observamos, no que diz respeito à norma padrão, junto aos auxiliares *ter/haver* o particípio funciona como verbo e, portanto, segundo o que prescrevem os gramáticos, permanece invariável e, em grande parte das gramáticas consultadas, essa é a única estrutura contemplada. Mas, segundo Coutinho (1976 [1938], p. 67), “na língua arcaica variava o particípio passado junto ao verbo *ter* e *haver*: ‘*averás passadas as atribuições*’”. Nesse contexto, segundo não só Coutinho (1976 [1938]), mas também outros autores, construções como a que exemplificamos a seguir, retiradas das cartas de J.G Araújo, constituem arcaísmo sintático. Entretanto, há indícios de que, desde o aparecimento das construções em que o particípio passou a ficar invariável⁷⁷ diante de *ter/haver*, as duas estruturas passaram a conviver juntas na língua. E como podemos observar nos exemplos a seguir, ainda no século XIX, encontramos sentenças como em (64) ou (65) ao lado de sentenças como em (66):

(64) Peço-lhe mil desculpa já não ***ter lhe remetida*** a sua importância (Teffé, 7/4/1879)

(65) Com franquesa lhe digo que estou sem *meias*, e pr isso desejo que o am.o me remeta uma dusia dellas mas que sejam boas ainda m.mo de côr pr que não sejam caras, pr q alama aqui estragou ***as que tinha já uzadas***. (Tabatinga, 9/3/1879)

(66) Depois de ***ter fechado*** as primeiras cartas, lembrou-me ms de pedir o que abaixo se segue. (Tabatinga, 10/4/1879)⁷⁸

⁷⁷ A franca preferência por esse uso invariável fez com que as gramáticas prescrevessem-no como correto. Mas este trabalho propõe-se a descrever tais usos, buscando justamente entender se desapareceram ou convivem, e, se convivem, por que resistem?

⁷⁸ Nas próximas seções, retomamos os exemplos para fazer algumas considerações.

Assim, advogamos a favor de haver no PB, pelo menos, duas sequências estruturalmente distintas, algumas das quais podem eventualmente apresentar também sentidos diferentes:

1. *ter/haver* [auxiliar] + particípio [invariável]
2. *ter/haver* [verbo com sentido pleno ou lexical] + particípio [variável]

Essas estruturas base, por sua vez, permitem a produção de outras, conforme observamos no Quadro 6, a seguir. No referido quadro apresentamos, a nível de ilustração, as combinações que indicam as construções de tempo composto e as construções de particípio flexionado no português brasileiro:

Quadro 6 - Notações das construções de tempo composto e de particípio flexionado no PB

Construção sintática	Notações
Tempo composto	Particípio [invariável = -do] + OD [Masc./Fem. Sg.]
	Particípio [invariável = -do] + OD [Masc./Fem. Pl.]
Particípio flexionado	Particípio [Masc. Pl.] + OD [Masc. Pl.] → [*Masc. Sg./ *Fem. Sg./Pl.]
	Particípio [Fem. Sg.] + OD [Fem. Sg.] → [*Fem. Pl./ *Masc. Sg./Pl.]
	Particípio [Fem. Pl.] + OD [Fem. Pl.] → [*Fem. Sg./ *Masc. Sg./Pl.]

Fonte: autora da pesquisa, 2021

O Quadro 6 representa as flexões possíveis dentro do paradigma *ter/haver* + particípio. As construções à direita do quadro indicadas por (*) são construções que apresentam baixa probabilidade de acontecer num uso natural da língua, visto que, normalmente, em construções com o particípio flexionado em gênero e/ou em número, naturalmente, o falante costuma fazer a concordância plena⁷⁹ com o elemento a que está ligado, e dificilmente encontraremos sentenças como:

(67) Tinha corrigidos o trabalho* // a prova* // as provas*

(68) Tinha corrigidaa as provas* // o trabalho* // os trabalhos*

(69) Tinha corrigidaas a prova* // o trabalho* // os trabalhos

Por fim, ressaltamos que, apesar dessa divisão binária que fazemos, ela não é a única existente. A descrição do uso do particípio flexionado diante de *ter/haver* pode ser feita em algumas “camadas”. Pensar, por exemplo, no particípio do verbo *escrever* – escrito – e suas

⁷⁹ Entendemos aqui a realização da concordância plena quando o falante flexiona o particípio de acordo com o gênero e número do elemento a que está ligado. Existe a possibilidade também de uma concordância parcial – ou só de gênero ou só de número –.

flexões – *escritos, escrita, escritas* – nos permite perceber que o particípio, a depender da construção sintática em que se apresenta e a depender da “subclasse de particípio” (verbal ou nominal) a que pertence, pode expressar diferentes significados. A subclasse a que pertence o particípio pode, inclusive, ir para além das classes de adjetivo e verbo, podendo até assumir a classe do substantivo:

(70) Quando o encontrava, sempre tinha *escritos e questões* que gostava de mostrar e debater^{xiii}. [03/11/2020]

Nessa sentença, observamos que a função de *escritos* se iguala à função de *questões*, e juntos compõem os núcleos do SN objeto. Como podemos observar, essa classificação difere-se das que citamos anteriormente, e, assim, apontamos mais uma possibilidade de uso da estrutura morfológica que se caracteriza como particípio. Entretanto, o exemplo é apenas para lembrarmos a noção de potencial funcional em Perini (2007).

Neste capítulo, nas próximas seções, apresentaremos a discussão dos resultados obtidos após termos analisado os contextos morfológicos dos itens estudados e contextos sintáticos das sentenças em que se apresentavam. Conforme dissemos anteriormente, não apostamos, neste trabalho, que o caso em questão se trate de um fenômeno variável nos termos de Labov, embora, a princípio, determinados itens lexicais, em determinadas circunstâncias pudessem ter passado (ou possam ainda passar) por uma concorrência. Assim, dividimos este capítulo em duas seções.

Num primeiro momento, tratamos da descrição das sentenças encontradas com o particípio não flexionado (tempo composto), considerando conjugação do verbo, transitividade do verbo (sob uma perspectiva tradicional), posição do complemento (ordem dos constituintes), material interveniente, tipo de objeto e tipo de sujeito. Depois, aplicaremos os mesmos procedimentos de análise à estrutura encontrada com o particípio flexionado, levando em consideração, em nossa última análise, também os princípios de iconicidade, marcação e transitividade, sob uma perspectiva funcionalista.

3.2 Descrição do contexto morfossintático das estruturas de tempo composto em cartas do século XIX

Para esta pesquisa, transcrevemos 90 cartas do acervo de J.G Araújo escritas no ano de 1881. Nesse conjunto, foram encontradas 54 ocorrências na estrutura *ter/haver* + particípio. Dentre elas, 38 eram de estruturas transitivas com objeto direto ou direto e indireto, 07 de estruturas transitivas apenas com objeto indireto, 05 eram de estruturas intransitivas, 01 com o

particípio exclusivamente adjetival, 02 na estrutura de voz passiva, e 01 que não correspondia a um uso de particípio verbal ou adjetival.

Como nos interessava analisar as relações de concordância entre particípio e objeto direto, descartamos, para efeitos de descrição e análise, os dados que não correspondiam a essa estrutura sintática, já que não esperávamos encontrar nesse tipo de construção dados com o particípio flexionado. Exemplificamos a seguir.

a. Estruturas apenas com objeto indireto:

(71) [...] desculpe me de lhe | ter encomodado nesse dinh^o (Santa Fé, 15/09/1881)

b. Estruturas com o particípio-substantivo

(72) [...] as grossas se não tiverem sahi- | da ahi podem mandallaz p^a o Pará (Moreira, 14/07/1881)

Das 38 ocorrências com OD, 04 tinham OD pronominal e 04 tinham OD oracional. Assim, excluímos também estruturas com OD oracional, visto que dificilmente se realizaria algum tipo de relação de concordância entre o particípio e algum elemento da oração seguinte, já que o elemento subsequente ao particípio, geralmente, seria um verbo.

Exemplo:

(73) Mao grado nosso, não temos podido até hoje | comprar-lhes as 7 dusias de taboas de cedro. (Pará, 09/07/1881)

Com isso, analisamos e descrevemos um total de 34 ocorrências com objeto direto, para as quais apresentamos o percentual geral na tabela a seguir.

Tabela 2 - Tabela geral de ocorrências com particípio

Ausência das marcas de concordância		Presença das marcas de concordância	
Nº de dados	Percentual	Nº de dados	Percentual
33/34	97,1%	01/34	2,9%

Fonte: autora da pesquisa, 2022

Conforme mencionamos, encontramos apenas um único dado com particípio flexionado, nas 90 cartas investigadas, cujo contexto sintático, semântico e funcional analisamos nas próximas seções. As demais construções de tempo composto, que representam cerca de 97% dos nossos dados (33 ocorrências) com OD, distribuem-se em diferentes contextos sintáticos, como era esperado, já que é a construção que, após ter ganhado prestígio, se cristalizou no PB. Observemos a seguir os contextos sintáticos em que se apresentam.

3.2.1 ‘Tipo de sujeito’

Tabela 3 - Tipo de sujeito em construções de tempo composto

TIPO DE SUJEITO	Ausência das marcas de concordância	
	Nº de dados	Percentual %
Animado	29/33	87,9%
Inanimado	3/33	9,1%
Não se aplica	1/33	3%
Total	33	

Fonte: autora da pesquisa, 2022

Para Medeiros (2014, p. 62), quando as construções eram *transitivas-predicativas* formadas por *ter/haver* plenos, *ter* ou *haver* selecionavam como complemento uma SC formada de um DP (sintagma determinante) + um PTP (particípio modificador do DP). Nesse contexto, *ter* deveria também selecionar um sujeito [+animado], pois, de acordo com Medeiros (*op. cit.*), enquanto verbo pleno com conteúdo semântico de posse, *ter* necessita de um participante na posição de sujeito que seja [+animado].

Como podemos observar nas cartas de 1881, as construções de tempo composto se realizaram, em sua grande maioria, com o **sujeito animado** como em:

(74) **O Damasceno** já deve têr pedido 2:500 tigelinhas para seringa. (Santa Fé, 14/07/1881)

Uma vez que a frequência de uso das construções de tempo composto cresce a ponto de tornar esporádico o uso antigo, algumas propriedades sintáticas e semânticas que eram características do uso anterior vão deixando de ser restritas. Conforme dissemos anteriormente, construções em que *ter* apresentasse conteúdo semântico de posse costumava selecionar sujeito [+animado], porém, ao que parece, já no século XIX, a noção de que verbo pleno exige sujeito [+animado] se perdeu, já que as construções de tempo composto (as que apresentam verbo auxiliar) eram maioria em termos de frequência e realizavam-se, em sua grande maioria com sujeitos [+animados]. Por outro lado, as construções com verbo *ter* pleno foram rareando e, pelo menos para esta pesquisa, não pudemos trabalhar com a frequência dos tipos de sujeitos em construções em que o particípio não fosse verbal.

3.2.2 'Tipo de objeto'

Tabela 4 - Tipo de objeto em construções de tempo composto

TIPO DE OBJETO	Ausência das marcas de concordância	
	Nº de dados	Percentual %
+ humano	5/33	15,2%
- humano	28/33	84,8%
Total	33	

Fonte: autora da pesquisa, 2022

Nesta tabela, apresentamos o tipo de objeto encontrado após a construção de *ter/haver* + participio. Notou-se que, se por um lado, as construções de tempo composto encontradas nas cartas, selecionavam sujeito [+ animado], por outro, essas mesmas construções costumaram selecionar objetos não humanos.

(75) [...] ***tenho vendi-*** | ***do alguns collarinhos*** p^a Senr^a, e os mais se acha | intacto [...]
(Barcellos, 14/06/1881)

Raríssimos eram os exemplos que selecionavam um objeto com características mais humanas.

(76) O tal Juruty ainda não chegou a | [ilegível], e ***tem paralizado os seringueiros***.
(Santa Fé, 20/06/1881)

Observamos nesse último exemplo que, além de apresentar objeto mais humano, apresenta sujeito inanimado.

O objeto mais humano costuma aparecer mais quando em construções com objeto pronominal. Exemplo:

(77) [...] muito | lhe agradeço a promptidão de ***ter me servido***. [...] (Santa Fé, 15/09/1881)

A partir da análise desses dados, embora possa ser feita uma descrição do contexto morfossintático do participio e de seu entorno gramatical, não se tem grandes esclarecimentos a respeito da oposição entre forma e função, visto que todos os contextos sintáticos acima exemplificados correspondem ao uso não marcado da forma de participio com traço [- plural], apresentando, portanto, uma leitura que evidencie o caráter verbal do participio. Assim, em (74), o sujeito animado *Damasceno* é agente da ação expressa pelo verbo *pedir*; em (75), o sujeito de *tenho vendido* é agente que pratica a ação de *vender* que afeta diretamente o objeto *alguns colarinhos*, em (76) o sujeito inanimado é *causador* do processo expresso pelo verbo

paralisar. Sem espaço, nesse contexto discursivo, para uma interpretação que evidencie o caráter adjetival do participio, mesmo porque não constituem casos de sentenças ambíguas com o objeto no masculino (Medeiros, 2014).

Enquanto as tabelas 3 e 4 colocavam em evidência noções semânticas carregadas pelo sujeito e pelo objeto, observemos agora a estrutura sintática em que apareceram com maior frequência as construções de *tempo composto*.

3.2.3'Posição do complemento (ordem dos constituintes)'

Tabela 5 - Posição dos complementos em construção de tempo composto

POSIÇÃO DOS COMPLEMENTOS	Ausência das marcas de concordância	
	Nº de dados	Percentual %
Final (VPC)	18/33	54,6%
Meio (VCP)	3/33	9,1%
Começo	4/33	12,1%
Relativas	7/33	21,2%
Não se aplica	1/33	3%
Total	33	

Fonte: autora da pesquisa, 2022

Observamos que as construções que apresentam a ordem V P C⁸⁰ (com o complemento no final) representam um pouco mais da metade dos dados encontrados. Interessante esses dados, pois segundo Medeiros (2014), essa é a ordem que favorece o uso do participio não flexionado, e, por sua vez, favorece a construção de *tempo composto*.

(78) Acuzo ***ter recebido os favores*** | de VS.as de 27 de julho p.findo, acompanhado | p^r hum conhecim.^{to} de 10 sacas c/ sál. (Camará, 16/08/1881)

(79) Em sua conta ***temos feito os seguintes lançamentos*** [...] (Pará, 28/02/1881)

Do mesmo modo, observamos que a hipótese de Medeiros (2014) de que a ordem V C P (complemento no meio) é típica das construções adjetivais também parece se confirmar nos dados do *corpus* investigado nesta pesquisa. Isso porque é a ordem que menos aparece. Encontramos apenas uma única ocorrência:

(80) As pillulas do D.^{or} Capper ***teem o preço taxado*** de | Rs. 1H700 [...] (Pará, 19/03/1881)

É interessante observar que Medeiros (2014) assume que, sintaticamente, a sentença acima se encaixa como construção ambígua, já que o núcleo do OD é masculino singular, e

⁸⁰ Temos V para verbo, P para participio e C para complemento.

nesses casos, diz que não é possível afirmar se o “escritor” fez a concordância ou apenas deixou o particípio invariável. Entretanto, assumimos uma análise que considera não somente a estrutura sintática, mas também fatores de ordem semântica, por exemplo. Dessa forma evidenciamos que não só a ordem dos constituintes (V C P), mas também a inanimacidade do sujeito (as *pillulas*), que não tem ação volitiva (nesse contexto, nem mesmo causativa), bloquearia a noção de ação verbal do particípio. O objeto [-humano] também pode favorecer uma interpretação do particípio como adjetival, embora Medeiros (2014) não opte por uma afirmação categórica de que, nessa sentença, houve a manutenção da relação de concordância ou não⁸¹. Nessa sentença também só podemos afirmar que a transitividade que prevalece é a do verbo *ter*, funcionando, assim, como verbo pleno, embora não seja o sentido habitual de posse ou propriedade, mas o de “encerrar em si, conter”. Isso se justifica porque a predicação do verbo *taxar* não pode prevalecer nessa estrutura, já que, semanticamente, não se admitem construções do tipo:

(81) * As *pillulas* [...] *taxaram* o preço.

Aqui parece haver uma relação estreita entre forma e função, e quando falamos em forma, estamos nos referindo não à forma do particípio, já que, se olharmos por esse viés, teremos apenas uma construção ‘ambígua’. Nos referimos, portanto, à forma de ordenação da sentença. Conforme vimos anteriormente, a estrutura (V C P) favorece a interpretação [+Adj] do particípio, portanto, pode haver uma correlação entre essa ordem e uma leitura [+estativa] do particípio, apontando para o sentido de que *taxado* é um atributo do constituinte *preço* e não um verbo que denote algum tipo de ação ou processo que afeta o *preço*.

A outra sentença estruturalmente semelhante a (81) é

(82) [...] *huma das 2 sem ofundo da garrafa*, e den-| tro da dicta *caxa não en contramos trilha-| ços algum de vidros*, q.^e demonstrasse *ter se | quebrado* en viagem. (Camará, 16/08/1881)

Entretanto, ela se realiza com o pronome ‘se’ reflexivo, que nos remete, semanticamente, ao ‘fundo da garrafa’ (o fundo da garrafa ‘não’ quebrou/quebrou-se), e ao

⁸¹ Consideramos essa “incerteza” apenas a partir do que se afirma em Medeiros (2014), já que, sintaticamente, a ambiguidade surge quando o constituinte na posição de objeto se encontra no masculino singular, pois não encontramos a marca de concordância nessas construções. Essa imprecisão não ocorreria se, por exemplo, o complemento estivesse em outra forma, masculino plural ou feminino plural, visto que encontraríamos nitidamente as marcas de concordância, especialmente para o plural <s>.

contrário da sentença em (81), o particípio *quebrado* parece ser o verbo que faz valer sua transitividade.

O verbo *quebrar*, de acordo com Perini (2007), apresenta diátese *transitiva* como em (a) e diátese *ergativa* como em (b):

a. João quebrou o vaso // João tinha quebrado o vaso

b. O vaso quebrou // O vaso tinha quebrado

O constituinte *ter se quebrado* em (82) apresenta-se na diátese *ergativa*, e expressa o sentido de que “não havia indícios de que o *fundo da garrafa quebrou* (ou *tinha quebrado/ se quebrado*)”. O resultado disso confirma nossa hipótese de que, em determinadas construções, ainda que o constituinte se apresente no masculino singular, fatores de ordem semântica podem precisar a natureza do particípio.

Considerando tais fatores de ordem sintática e semântica, lançamos a hipótese de que, nesses cenários específicos, o particípio em (81) – *taxado* – apresenta uma natureza [+ nominal], e em (82) o particípio – *quebrado* – apresenta uma natureza [+ verbal], mesmo que ambos se apresentem na forma invariável e numa construção com o verbo ‘*ter*’.

3.2.4 ‘Material interveniente’

Tabela 6 - Material interveniente em construções de tempo composto

MATERIAL INTERVENIENTE	Ausência das marcas de concordância	
	Nº de dados	Percentual %
Não	17/33	51,5%
Sim	1/33	3%
Não se aplica	15/33	45,5%
Total	33	

Fonte: autora da pesquisa, 2022

A respeito da tabela acima, o interessante a se observar é que a hipótese inicial era a de que a ausência do material interveniente pudesse favorecer presença das marcas de concordância. Entretanto, a ausência de material entre o particípio e o complemento não parece ter nenhuma relevância sobre o uso da forma flexionada, já que observamos que cerca de 51,5% das construções que são de tempo composto aparecem sem nenhum tipo de material interveniente, como no exemplo:

(83) [...] a 2ª em | 1º de Fevereiro ultimo, em que nós accoxão **terem recebido** | **opirarucú** [...]. (Ipixuna, 25/03/1881)

Tal percentual é registrado quando analisamos os 33 dados encontrados. Quando, para efeitos de análise estatística, descartamos os dados que se encaixam na categoria “não se aplica” (15 dados – 45,5%), a diferença percentual entre as sentenças que apresentam material interveniente e as que não apresentam é bem maior. As sentenças com ausência de material interveniente passam a representar 94,4%. Isso acontece porque apenas uma sentença (5,6%) realmente apresentava o material interveniente entre o participio e o complemento, a que se apresenta no exemplo abaixo:

(84) Eu apenas | **tenho arranjado até hoje** 50 (Ipixuna, 5/03/1881)

Destacamos que tais resultados encontrados são expostos apenas para efeitos descritivos da amostra analisada, já que, para resultados mais conclusivos acerca da influência do material interveniente, precisaríamos de um número mais expressivo de sentenças com o participio flexionado. Desse modo, os resultados obtidos nos parecem apontar muito mais para um uso mais produtivo das construções de tempo composto já no século XIX na região amazônica.

As sentenças que classificamos como “não se aplica” ou estavam em construções relativas como:

(86) Aqui receby do Agostinho da Silva [...] **quinhentos mil reis** em dinhr.º 500H000 **que lhes tenho creditado**. (Barcellos, 13/02/1881)

Ou era o caso da sentença que encontramos com objeto elíptico

(87) comuniquéi ter conferido **parte das** | **mercadorias** de meo pedido e **ter achado** Ø conforme [...] (Santa Fé, 12/10/1881)

Acreditamos que a relação de coordenação entre as orações do período acima, e a possibilidade de trazer um objeto elíptico na segunda oração, também pode favorecer a interpretação de tempo composto, visto que a distância do termo objeto dificulta uma concordância por reanálise (CASTILHO, 2019).

3.2.5 Transitividade dos verbos – perspectiva tradicional

Os dois próximos resultados que serão descritos evidenciam a natureza morfológica dos verbos encontrados em sentenças de tempo composto no *corpus* investigado.

Quanto à transitividade do verbo, a tabela 7 indica verbos de apenas duas naturezas tradicionais: transitiva direta e bitransitiva⁸², pois foi o que selecionamos para investigar, visto que não esperávamos que a concordância se realizasse com verbos transitivos indiretos ou com verbos intransitivos.

Tabela 7 - Transitividade dos verbos - perspectiva tradicional

TRANSITIVIDADE	Ausência das marcas de concordância	
	Nº de dados	Percentual %
Transitivo	23/33	69,7%
Bitransitivo	9/33	27,3%
Não se aplica (adjetivo)	1/33	3%
Total	33	

Fonte: autora da pesquisa, 2022

As sentenças bitransitivas merecem um destaque especial, visto que a hipótese é de que, com essas sequências, a marcação ou não da concordância não parece resultar em sentidos diferentes, principalmente, se o OI for de natureza [+humana]. Observemos o exemplo:

(88) [...] e sua **empportancia** Rs. 481: 296 temos-lhe cre- | ditado (Moreira, 14/07/1881)

Essa sentença obedece à ordem C V P que, por si só, já é favorecedora da interpretação como construção de tempo composto, mas há algo que favorece mais ainda essa interpretação verbal do participípio, o OI (lhe) exige que o verbo “principal” da oração tenha uma estrutura com dois participantes na posição de objeto, o que não pode ser satisfeito pelo verbo *ter*. Dessa forma, observamos que a predicação que prevalece nessa construção é a do verbo *creditar*, em sua forma participial, portanto, participípio verbal e invariável. Ressaltamos que, embora tais construções tenham se cristalizado, ainda era possível encontrar sentenças com verbos bitransitivos de objeto indireto [+humano] com o participípio flexionado. Abaixo retomamos uma outra sentença (exemplo 64) citada na seção anterior, encontrada também em cartas de J.G Araújo no século XIX:

(64) Peço-lhe mil desculpa já não ter lhe remetida a sua importância (Teffé, 7/4/1879)

Aqui, há de se levar em consideração que o participípio *remetida*, embora se configure como participípio nominal do ponto de vista morfológico (há compartilhamento de traços de

⁸² Sob a ótica tradicional, depreende-se que um verbo que não é acompanhado por um complemento é chamado de **intransitivo** e um verbo acompanhado por complementos é chamado de **transitivo**. Esta última acepção envolve a ideia de que o processo indicado pelo verbo pode partir do sujeito para outro elemento, denominado alvo ou objeto. Distingue-se, ainda, o verbo **transitivo direto** (pela não obrigatoriedade de uma preposição), o **transitivo indireto** (pela obrigatoriedade de uma preposição), e o transitivo direto e indireto – bitransitivo – (pela exigência de dois complementos, um obrigatoriamente posicionado e o outro não.)

gênero), não parece configurar-se como particípio nominal do ponto de vista semântico. Isso acontece porque *remeter* é um verbo bitransitivo (exige a presença de dois participantes na posição de objeto, um obrigatoriamente com a presença de preposição, ou representado pelo pronome oblíquo *lhe*). E parece-nos que a presença do *objeto indireto* [*lhe*] é suficiente para bloquear a possibilidade de prevalecer a transitividade do verbo *ter*⁸³, já que a valência de *ter* não inclui participante na posição de objeto preposicionado como em:

(89) * Ele tem-**lhe** a sua importância

(90) Ele tem a sua importância ***ao portador**

Assim, não poderíamos, nesta sentença, ter o particípio *remetida* funcionando como modificador do constituinte *sua importância*⁸⁴, visto que a única transitividade que pode prevalecer em (64) é a do particípio do verbo *remeter*, a exemplo de

(91) a. Ele **remeteu**-*lhe* a sua importância

b. Ele *lhe* **tinha remetido** a sua importância

Consideramos, por hipótese, que o verbo *remeter*, e seu respectivo particípio pertence a um grupo de verbos que poderiam realmente estar em variação (particípio flexionado e não flexionado em construções com *ter/haver*), nos termos de Labov (2008 [1972]), visto que a flexão não parece abrir margens para duas interpretações diferentes. E, ao que parece, neste caso, as construções com particípio invariável prevaleceram.

De acordo com Medeiros (2014), a interpretação de tempo composto, nesse caso, é favorecida porque é a estrutura que exige menor esforço:

A eliminação de um movimento sintático é motivada pelo fato de que estruturas mais simples, isto é, aquelas com menor número de posições na cadeia, são preferíveis a estruturas mais complexas. Essa preferência se dá a uma estratégia de aquisição, a Lei do Menor Esforço (Least Effort Strategy), segundo a qual crianças em processo de aquisição de linguagem dão preferência às representações que contêm cadeias com menores quantidades de elos (MEDEIROS, 2014, p. 29-30).

Assim, com construções bitransitivas de objeto indireto [+humano], prevalece a construção de tempo composto com particípio invariável. E mesmo que haja flexão, com verbos como *remeter*, *creditar*, *debitar*, julgamos que não haja diferenciação evidente de sentido entre as estruturas flexionada e não flexionada, e a permanência dessas construções se deem muito

⁸³ A não ser no sentido de que aparece obrigatoriamente com outro verbo. Segundo Perini (2007, p. 219), “isso é, de certo modo, uma diátese”. Mas não uma diátese que interesse ao autor, nem a nós nesta pesquisa.

⁸⁴ Importante ressaltar que em sentenças que o OI é omitido, podemos ter o particípio como modificador: *ele tem remetida sua importância*. Caracteriza-se um processo pelo qual passou “a importância”.

mais por uma questão de atração sintática (SOUSA, 1953) ou concordância por Reanálise (CASTILHO, 2019) entre participio e objeto, e isso ocorre apenas se o caso não for ambíguo, ou seja, se o objeto não estiver no masculino singular.

3.2.6 Conjugação do verbo

Tabela 8 - Conjugação do verbo em construção de tempo composto

CONJUGAÇÃO	Ausência das marcas de concordância	
	Nº de dados	Percentual %
1	16/33	48,5%
2	12/33	36,4%
3	5/33	15,1%
Total	33	

Fonte: autora da pesquisa, 2022

Trouxemos a tabela 8 a nível de ilustração da distribuição das conjugações quando em construções de tempo composto. Com ele, constatamos apenas um uso maior dos verbos da primeira conjugação como em:

(92) As polceiras, medalhas e [ilegível] | por não chegarem a tempo e | os donos da encomenda | ja *se terem retirado*. (Codajás, sd/03/1881)

Entretanto, as construções com verbos de segunda conjugação não ficam muito atrás. Das 33 ocorrências analisadas, 16 eram de primeira conjugação e 12 era de segunda conjugação:

(93) esse Snr *tem* nos | *merecido* muita confiança (Barcellos, 15/03/1881)

Interessante destacar que, em cada uma das três conjugações (C1, C2 e C3), observamos um número mais expressivo da ordem V P C, a ordem favorecedora do tempo composto, conforme expresso na tabela abaixo:

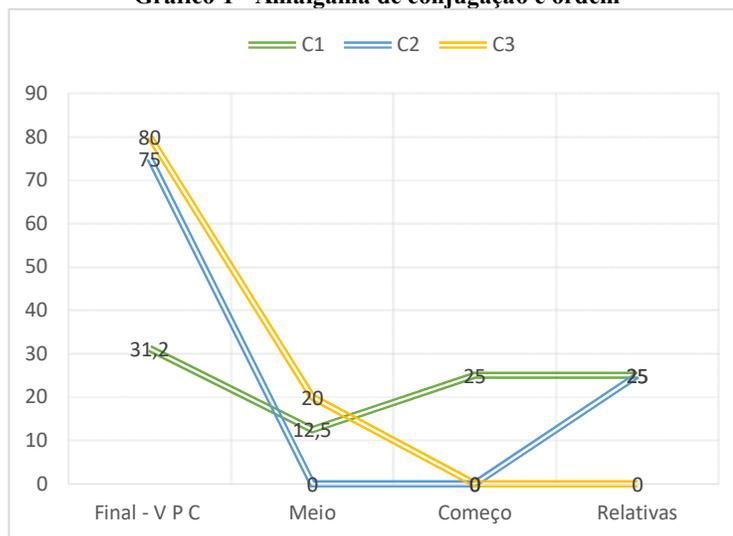
Tabela 9 - Ordem V P C amalgamada às conjugações

ORDEM – V P C	RESULTADOS	PERCENTUAL %
C1	5/16	31,2%
C2	9/12	75%
C3	4/5	80%

Fonte: autora da pesquisa, 2022

Entretanto, as construções com verbos de segunda e terceira conjugação apresentam uma diferença percentual mais significativa entre a ordem V P C e outras ordens:

Gráfico 1 - Amálgama de conjugação e ordem



Fonte: autora da pesquisa, 2022

A partir deste gráfico, visualizamos uma curva mais acentuada para sentenças com o complemento no final (ordem V P C) na segunda e na terceira conjugação (C2 e C3), o que as diferem da primeira. Na primeira conjugação, esse número parece mais equilibrado. Encontramos um número equivalente entre construções relativas e as construções em que o complemento se apresentava na primeira posição, conforme podemos observar nos exemplos (94) e (95), respectivamente.

(94) Receby **as em comendas** que su- | metterão me na importancia de ~~Rs.~~ 30:045 que nessa | dacta **tinhão levado** a debito de m/c. (Barcellos, 15/03/1881)

(95) [...] e sua **empontancia** Rs. 481: 296 **temos-lhe cre- | ditado**

Por fim, a ordem V P C é encontrada na segunda e na terceira conjugação em sentenças como:

(96) [...] **tenho vendi- | do** alguns collarinhos [...] (Barcellos, 14/06/1881)

(97) Sem nenhuma de Vm.^{ces}, não | obstante os **ter** escripto pelo | Obidos e Ø **pedido** algumas cou | zas para a festa (Codajas, 5/03/1881)

Nesta seção descrevemos e analisamos os contextos morfossintáticos e semânticos que envolviam as construções que se realizaram com o particípio invariável. Observamos que, para a grande maioria dos casos, a classificação do particípio como verbal não apresentou

dificuldades. Somente um caso (exemplo do ‘taxado’) necessitou, inicialmente, de uma análise mais cuidadosa do contexto semântico dos participantes envolvidos na sentença.

A partir de casos semelhantes a este último, retomemos o seguinte pensamento: não restam dúvidas de que há duas construções sintáticas que se formam de maneiras diferentes. Uma delas é amplamente reconhecida e amparada pela norma padrão e a outra não. O uso do tempo composto, formado por **ter/haver+particípio[invariável]** se cristalizou e é prescrito como uso ‘correto’ e, em determinadas gramáticas normativas, a única estrutura aceitável. Porém, o que defendemos neste trabalho é a existência de uma segunda construção⁸⁵ na língua portuguesa do Brasil, formada por **ter/haver+particípio[variável]** que, em determinados contextos, abarca um outro domínio funcional, ou seja, essa estrutura difere-se do que chamamos de *tempo composto* por carregar um valor semântico e pragmático diferente.

Segundo Naro e Braga (2000) a construção do primeiro tipo – *Ele tem escrito as cartas* – foi criada por volta do século XIV a partir da forma anterior – *Ele tem as cartas escritas* – em que o verbo *ter* tinha sentido pleno de ‘possuir’, ocorrendo com um objeto direto e um complemento desse objeto⁸⁶:

- a. *A árvore tem as folhas vermelhas*_{adjetivo}
- b. *O príncipe tinha um castelo na França*_{locativo}
- c. *Ele tem o livro escrito*_{particípio} (Naro e Braga, 2000, p. 132)

De acordo com os autores, a construção em (c) poderia ser realizada com o objeto direto depois do particípio, às vezes por razões de topicidade (*Ele tem escritas as cartas*), e com isso, confundiam-se a ordem dessas construções com traço [+Adj] com a das construções com auxiliares [traço +V], o que teria possibilitado a gramaticalização de *ter* já no final do século XIV, em que as construções *ter+particípio* estavam sendo usadas com sentido perfectivo, sem sentido de posse. Segundo o princípio da estratificação, dentro de um determinado domínio funcional, novas formas emergem e passam a coexistir. Nesse contexto, o verbo *ter* passa a exercer um papel de auxiliar e o particípio passa a se realizar na forma invariável, o que propiciou a origem das construções de *tempo composto* no português. Todavia, de acordo com o princípio da divergência, a construção “original” continuou existindo até os dias atuais.

⁸⁵ Construção precedente à formação do que hoje chamamos de tempo composto.

⁸⁶ De acordo com Naro e Braga (2000), em contextos com o particípio verbal, a base verbal devia ser transitiva para modificar o objeto, por esta razão, não se realizavam construções do tipo *ele tem ido* (com verbo intransitivo) nesta época.

3.3 Descrição do contexto morfossintático de estruturas com particípio flexionado em cartas do século XIX

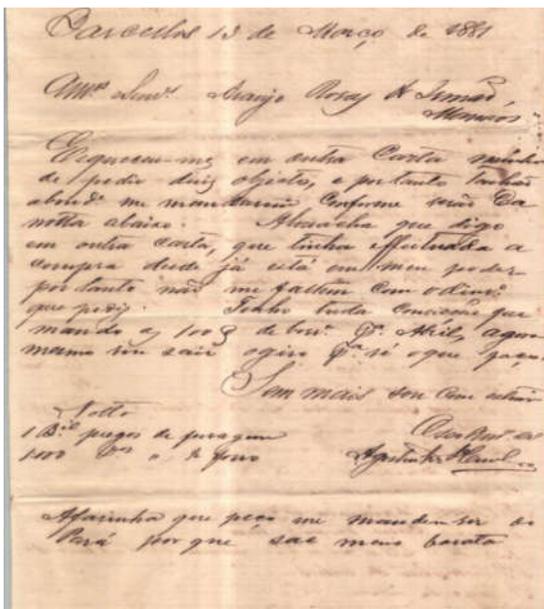
No *corpus* selecionado para nossa pesquisa, detectamos apenas um único caso de particípio flexionado quando junto aos verbos *ter/haver*.⁸⁷ A julgar pelo que dizem gramáticas históricas (COUTINHO, 1976 [1938], SAID ALI, 1931), embora houvesse períodos da história em que, junto a *ter/haver*, o particípio viesse sempre na forma flexionada, possivelmente, por seguir a tradição latina de marcação da concordância entre os termos correspondentes na oração, autores como Silva (2006), Medeiros (2014) e Castilho (2019) atestam ter havido uma concorrência entre as formas flexionadas e não flexionadas de particípio diante de *ter/haver* entre os séculos XIV e XV, concorrência essa que deu origem aos tempos compostos que se constroem com o particípio invariável. Entretanto, Bechara (2009 [1961]) ressalta a existência dessas construções ainda por volta dos séculos XVII e XVIII. Castilho (2019), por sua vez, embora afirme que a estrutura de particípio não flexionado tenha se tornado uma regra muito mais consistente, ainda encontra exemplos com particípio flexionado no século XIX.

3.3.1 O particípio “efetuadas” em nosso *corpus*

Em nosso *corpus*, a regra de particípio invariável também se demonstrou a regra mais arraigada. Não é à toa que, das 54 ocorrências encontradas, apenas uma tinha o particípio flexionado, ou seja, das 34 ocorrências que apresentavam objeto direto, apenas o exemplo da carta abaixo manteve as relações de concordância:

Dessa carta, depreendemos o seguinte dado:

⁸⁷ O exemplo (64), embora tenhamos trazido para enriquecer nossa abordagem, não faz parte do *corpus* selecionado para esta pesquisa, que é o ano de 1881.



Esqueceu-me em outra carta minha | de pedir duiz objectos, e por tanto tenho | abund.^c me mandarem conforme verão da | notta abaixo. [espaço] Aborracha que digo | em outra carta, que **tinha efetuada a | compra** desde já está em meu poder | por tanto não me falem com o dinhr.^o | que pedy. [espaço] Tenho toda convicção que | mando as 100g de borr.^a p.^a Abril, agora | mesmo vou sair ogiro p.^a vé oque faço. || Sem mais sou com estima || [ilegível] || Agostinho [ilegível] || Afarinha que peço me mandem vir do | Pará por que sae mais barata.

(Barcellos, 13 de março de 1881)

(98) Aborracha que digo | em outra carta, que **tinha efetuada a | compra** desde já está em meu poder (Barcellos, 13 de março de 1881)

Para a descrição dessa sentença, revisitamos a noção descritiva de Perini (2005; 2007), que afirma que o princípio básico da descrição é atingir dois níveis diretamente acessíveis ao falante: a forma e o significado. Nesse contexto, relembremos nosso objetivo neste trabalho: discutir a noção [+verbal] ou [+adjetival] do particípio a partir de traços morfossintáticos e semânticos. Assim, sobre os aspectos formais dessa sentença, observamos que o particípio do verbo de primeira conjugação *efetuar*, dentro da estrutura *ter + particípio*, concorda em gênero e número com o núcleo do objeto *a compra* que é substantivo feminino singular. Já sobre a estrutura sintática em (98), observamos que estamos diante de uma estrutura relativa em que há um encaixamento de duas orações que apresentam pronome relativo que tem como termo anafórico de referência o constituinte *a borracha*.

Tarallo (1983) realiza um dos trabalhos pioneiros a respeito das relativas no PB e, assim, estabelece três tipos de estratégias de relativização: a padrão – quando o uso do pronome segue a norma que é prescrita pela gramática tradicional; e duas variantes não-padrão, identificadas como variante copiadora ou relativa com pronome lembrete e a variante cortadora que se restringe a casos em que o SN relativizado é preposicionado e tem sua preposição suprimida (“cortada”). De acordo com Camacho (2013, p. 180), no português falado do Brasil, a construção de uma oração relativa envolve três aspectos: a seleção de um conectivo, o emprego

de preposições quando exigidas pelo verbo, e a marcação de caso semântico. Nesse contexto, o autor exemplifica os casos de relativas de genitivo que, segundo ele, podem ser feitas de duas formas: com o uso de “um pronome relativo, que já estabelece simultaneamente a função de possuidor” – cujo – (*Deixei a carta com o menino cujo pai trabalha no correio*) ou com o uso de “uma estratégia mais direta com um complementizador, ou conjunção simples, acompanhado ou não de um SP [sintagma preposicional] de posse na posição pós-nuclear” (*Deixei a carta com o menino que o pai [dele/Ø] trabalha no correio*⁸⁸).

No exemplo analisado, nos deparamos com duas construções relativas, uma relativa cortadora (*A borracha Ø que digo [...]*), e uma variante padrão que se constrói com um *que* relativo que veicula também a noção de posse, canonicamente, veiculada pelo pronome relativo *cujo* (*A borracha [...] que tinha efetuada a compra*). Nesse sentido, poderíamos também ter uma construção canônica do tipo: *A borracha [...] cuja compra tinha efetuada já está em meu poder*. A princípio, o pronome relativo ‘*que*’ indicaria uma relação de posse entre o núcleo *compra* e *a borracha*. Ainda que o constituinte *a borracha* pareça, inicialmente, o núcleo do objeto de *tinha efetuada*, observamos, em uma análise mais cuidadosa, que, em relação à segunda relativa, *a borracha* é um constituinte topicalizado, relacionado à “*compra*” e não à locução “*tinha efetuada*”. Para Camacho (2013), a variante padrão é cognitivamente mais complexa para o falante já que o uso do complementizador ou marcador de relativização *que*, a princípio, não faz retomada anafórica na percepção cognitiva do usuário, por isso, a relativa copiadora acaba por ser utilizada em virtude de uma necessidade do falante de facilitar a interpretação do interlocutor. Entretanto, apesar de parecer mais eficaz que a de pronome relativo padrão, a relativa com pronome lembrete possui um valor de estigma social que, provavelmente, bloqueia sua seleção. Portanto, ao que parece, esse estigma social já se fazia presente no século XIX, visto que, mesmo que a relativa cortadora tenha sido utilizada com aparente naturalidade, a relativa copiadora (*A borracha que digo em outra carta, que tinha efetuada a compra [dela]*) não foi selecionada.

Do ponto de vista sintático, temos um *que* como complemento sintático do nominal *a compra*. Do ponto de vista semântico, esse *que* anafórico retoma o complemento semântico de *a compra*, indicando a “coisa comprada”, identificado como alvo, paciente ou a coisa possuída. Entretanto, o objetivo de nossa análise centra-se na relação entre o constituinte *a compra* e o participio *efetuada*; se este caracteriza-se como um modificador do nome *a compra* [traço

⁸⁸ Os exemplos são de Camacho (2013, p. 180)

+Adj], ou se é caracterizado como verbo predicador da sentença, que tem como complemento verbal *a compra* (traço +Verbal).

Dada essa primeira análise numa camada mais superficial, depreende-se que estamos diante de um participípio nominal, visto que concorda em gênero e número com o constituinte a que está ligado, ou com o constituinte que se faz proeminente na sentença, a *borracha*. Nesse sentido, Castilho (2019) vai dizer que estamos diante de uma concordância por reanálise. Para efeitos de análise da concordância, concordar o participípio *efetuadas* com *a compra* ou com *a borracha*, sintaticamente, não fará diferença, visto que ambos estão no feminino singular, assim, não temos como precisar com que elemento foi feita a concordância.

Do ponto de vista do sentido, teríamos algo como “alguém tinha a posse da compra que já havia sido efetuada [ou da borracha que já havia sido comprada]”. Com base em Silva (1992, 2002), Medeiros (2014, p. 10) monta um quadro, explicitando três tipos de posses – a) qualidades/posses inerentes, não transferíveis; b) qualidades/posses adquiríveis imateriais; e c) objetos materiais adquiríveis –. Exemplos do tipo (a) são características ou estado físico do possuidor (cegueira, cinquenta anos); do tipo (b) a autora apresenta “posses morais, espirituais, intelectuais, afetivas, sociais” (fé, ira, poder); e do tipo (c), qualquer objeto externo ao possuidor que possa ser adquirido (remédio, mezinhas, ovelhas). Nesse contexto, a posse da sentença em (98) caracteriza-se como posse “c”.

Agora vejamos por outro ângulo. Embora essa interpretação de posse seja possível, para a interpretação nominal contamos apenas com o fator morfológico da concordância em gênero, e com uma noção de posse de caráter especulativo. Mas seriam eles suficientes para caracterizar como participípio adjetival?

Conforme dissemos no decorrer deste trabalho, quando a sentença não é ambígua (em termos sintáticos⁸⁹) e a concordância não se realiza, só podemos interpretar o participípio como verbal. Porém, quando há uma manutenção na relação da concordância, além de fatores formais, julgamos ser necessário levar em conta fatores semânticos e pragmáticos. Vejamos a seguir uma outra interpretação possível e como ela se realiza.

Em:

[**A borracha**] SUJEITO [que digo em outra carta] _{ADN^{oracional}},
 [*A borracha*] _{CN^{elíptico}} [que] _{CN^{relativo}} [***tinha efetuada***] _{NdP} [**a compra**] _{OD}
 [desde já] _{ADJ. ADV.}
 [*A borracha*] SUJEITO _{elíptico} [está] _{NdP} [em meu poder] _{ADJ. ADV.}

⁸⁹ Para maiores detalhes, conferir subsecção 1.5.3

Temos a forma dessa sequência, e deixando de lado a relação de concordância mantida entre o particípio *efetuada* e o constituinte *a compra* na segunda relativa, alguns pontos podemos depreender de seu significado:

- “o agente está oculto (eu)”
- “a ação é a de efetuar (a compra da borracha)”
- “a ação ocorreu no passado”
- “a compra é atingida pela ação de efetuar”
- “a borracha é o objeto da compra”

Embora possamos depreender muitas outras noções de significado dessa sentença, por ora, esses que elencamos são suficientes para a nossa análise. Todos esses elementos (e outros) fazem parte da representação semântica que o ouvinte/interlocutor constrói em sua mente a partir do momento em que recebe a frase.

Em um estudo de base funcionalista, o usuário vale-se da forma para servir aos seus propósitos comunicativos, portanto, é dever da gramática funcional correlacionar forma e função. Com base nisso, consideremos a representação formal que carrega essas noções semânticas. A informação de que o “agente sou eu” é codificada pela forma do verbo irregular *ter – tinha* – que indica 1ª pessoa do singular do pretérito imperfeito (cumulativamente também sinaliza o tempo). A ordem V P C, conforme já vimos, favorece a interpretação de tempo composto, portanto, a estrutura permite que interpretemos *ter+efetuada* como locução verbal (apesar da marca de gênero).

Nesse sentido, quando nos apoiamos no modelo de Perini, que subclassifica os verbos por suas diáteses, temos que o verbo *efetuar* pode ter apenas diátese transitiva:

- a. Alguém efetuou a compra da borracha

Já que não pode assumir diátese ergativa (b), nem transitiva de objeto elíptico (c) (PERINI, 2007):

- b. * a borracha efetuou
- c. * Alguém efetuou

Nesse contexto, na sentença em (98), o particípio *efetuada* parece assumir a predicação do verbo *efetuar* sendo, portanto, particípio verbal. E assim, essa estrutura [+verbal] permite que se façam afirmações do tipo “a compra é atingida pela ação de efetuar” e “a borracha é o objeto da compra”. Nessa segunda interpretação, apesar da realização da concordância, teríamos o sentido de que “alguém efetuou a compra da borracha”. Em um modelo funcional

de transitividade, essa noção de que o objeto *a compra* foi afetado pela ação de *efetuar* se dá por uma noção contínua, escalar que compreende: a presença de dois participantes (o sujeito agente, responsável pela ação transmitida pelo verbo e o objeto afetado); um participante sujeito com alta agentividade e intencionalidade – *eu* – elíptico na sentença, que transfere a ação de *efetuar* de modo mais efetivo e evidente; um participante objeto paciente – *a compra* – que, embora seja não individuado ([*-humano*; *-animado*]), ainda assim, conforme o modelo proposto por Givón (*op. cit*), recebe a transferência da ação, mesmo que de maneira menos efetiva que um objeto individuado.

É interessante ainda observar que não há presença de material interveniente entre o participio e o complemento, o que nos permite retomar a hipótese lançada na seção anterior de que tal ausência do material pode favorecer a presença das marcas da concordância.

Com base no que observamos nessa primeira análise, encontramos um problema: a permanência dessa construção, ainda no século XIX, encaixa-se na tendência em i): quando se dá por evidente diferenciação de sentido? Ou na tendência em ii): apenas por questões sintáticas: uma concordância por reanálise ou atração sintática? Sob esse prisma, analisamos o todo da sentença, e observamos a presença do constituinte *já está em meu poder* que indica obrigatoriamente uma noção de posse. Isso, por si só, talvez pudesse bloquear o valor possessivo do verbo *ter*, visto que implicaria uma redundância (teríamos algo do tipo: ter a posse de algo que está em seu poder).

Parece-nos que encontramos uma resposta parcial para a pergunta acima. Se um constituinte da própria sentença, dentro daquele contexto comunicativo específico, bloqueia o sentido pleno do verbo *ter*, naturalmente, nessa relação dicotômica, ele só poderá estar ocorrendo como auxiliar, ainda que o participio *efetuadas* esteja mantendo uma relação de concordância com outro termo da sentença. Isso implica dizer que a manutenção dessa concordância não está sendo feita tão claramente por efeitos de diferenciação de sentidos, o que nos autoriza a pensar num contexto de neutralização – um contexto em que o falante interpreta a construção com o participio flexionado e uma com o participio não flexionado como equivalentes.

Ao relacionarmos a sentença encontrada à noção de Marcação e Iconicidade (mais especificamente o princípio da quantidade a que nos referimos anteriormente) não podemos atestar, com esse exemplo, que há uma complexidade estrutural e cognitiva maior, já que, embora haja uma marcação de gênero, é mais plausível que o constituinte seja interpretado como *tempo composto* e, conforme constatamos anteriormente, é uma estrutura mais simples de ser processada. Do mesmo modo, não podemos asseverar que haja uma quantidade de

informação maior na estrutura marcada, visto que não há uma oposição entre singular e plural, apenas entre masculino e feminino, o que não caracteriza uma quantidade maior da forma.

3.3.2 Outro exemplo também do século XIX

Dada a dificuldade de classificar a natureza da motivação para a permanência do participípio flexionado em (98), retomemos a sentença em (66), também exemplo do século XIX, mas que faz parte de um outro recorte temporal (1879):

(66) Depois de ***ter fechado*** *as primeiras cartas*, lembrou-me ms de pedir o que abaixo se segue. (Tabatinga, 10/4/1879)

O constituinte *ter fechado* na sentença acima representa o que na língua portuguesa chamamos de formação de *tempo composto* e, conforme vimos em Said Ali (1931), opõe-se, em natureza aspectual, a *fechar*. Do mesmo modo, se constroem pares simples e compostos na conjugação verbal dos demais tempos. Silvério (2001, p. 127) discute, com base em Giorgi & Pianesi (1997), a impossibilidade de no PB sentenças como *João tem comido (a) banana* receberem interpretação de “evento único e acabado”, semelhante ao que ocorre em italiano com *Gianni há mangiato la banana* que pode descrever “um evento único e acabado de comer banana acontecido recentemente”. Segundo a autora, a sentença que se constrói com o passado composto no PB recebe interpretação iterativa, ou seja, há uma série de eventos de comer banana realizados pelo João que tem início no passado, porém não se conclui nele (ILARI, 1997b *apud* SILVÉRIO, 2001).

Assim, vejamos que as sequências *ter* [auxiliar] + participípio [invariável] se enquadram no paradigma de conjugação do verbo, semelhante aos tempos simples e funcionam como os tempos simples, com pequenas diferenças aspectuais. Nesse contexto, o que nos interessa é que este participípio [invariável, enquadrado no paradigma da conjugação verbal] chamamos de participípio verbal⁹⁰. Isso porque, além da possibilidade de permanecer invariável, o participípio *fechado* somado ao auxiliar *ter* assume todas as diáteses do verbo *fechar*. Suponhamos que o verbo *fechar* possa aparecer em construções transitivas (99) e ergativas (100)

(99) Lucas fechou a porta [transitiva]

(100) A porta fechou [ergativa]

⁹⁰ Conforme Perini (2007; 2010)

Do mesmo modo, a sequência *ter* + participio vai funcionar nas mesmas construções, porque *fechado* é o verbo que fará prevalecer suas diáteses:

(101) Lucas *tinha fechado* a porta [transitiva]

(102) A porta *tinha fechado* [ergativa]

Vejam agora se flexionássemos *fechado* em (101) para concordar com o constituinte *a porta* como em

(103) ? Lucas tinha [fechada a porta]

Aqui atribui-se ao verbo *ter* um significado pleno que pode ser algo mais ou menos como “passar por (certa experiência⁹¹)”. A ordem dos constituintes normalmente apresenta-se diferente do que vemos em (103), geralmente vem na ordem encontrada em (104) a seguir:

(104) Lucas tinha [a porta fechada]

Nessa sequência o participio *fechada* faz parte do SN (objeto) e, portanto serve como modificador do substantivo *porta*, devendo concordar em gênero e número. Aqui temos o participio nominal e a diátese que prevalece é a do verbo *ter*, ou seja, apenas apresenta diátese transitiva, e nunca ergativa (* A porta fechada tinha).

Retomemos o exemplo das cartas. Se em (66) flexionássemos o participio *fechado* para concordar com o constituinte *as primeiras cartas* como em

(105) Depois de *ter fechadas* *as primeiras cartas*, lembrou-me ms de pedir o que abaixo se segue.

Há duas possibilidades aqui: *fechadas* pode continuar tendo um aspecto verbal – o ato de “fechar as cartas” e a diátese do participio segue sendo a mesma do verbo *fechar*. Esse sentido parece estar condicionado por pelo menos um fator: a palavra *depois* que, na sentença, expressa um valor temporal que relaciona duas ações codependentes: *lembrar* [alguém de algo] *depois* de [efetuar determinada ação] *fechar* (ou *ter fechado*) [as cartas].

⁹¹ Essa experiência pode ser concreta (estar em um ambiente de porta fechada) ou abstrata (Ter a porta fechada pode equivaler a dizer que alguém perdeu uma oportunidade). No PB a experiência concreta não parece muito produtiva com o auxiliar *ter*, ou seja, quando queremos dizer que alguém se encontra em um ambiente com a porta fechada, costumamos utilizar o auxiliar *estar*: *Lucas estava com as portas fechadas*.

Entretanto, a interpretação de que as ações codependentes são *lembrar* [alguém de algo] depois de *ter* [a posse] das *cartas fechadas*⁹² também funciona, embora, o próprio contexto possa barrá-la. Mas não descartamos a possibilidade de que *fechadas* também pode estar funcionando como modificador de *cartas*. Essa diferenciação de sentido, em tese, se definiria por um fator formal: a realização da concordância.

Percebemos melhor quando colocamos na ordem favorecedora da interpretação do participípio como adjetivo (V C P):

(106) Depois de *ter* *as primeiras cartas* *fechadas*, lembrou-me ms de pedir o que abaixo se segue.

Concluimos, pois, que, quando a realização da concordância não se efetua, a possibilidade de interpretação se reduz a uma única: a da interpretação do participípio como verbal, e conseqüentemente NdP⁹³. Porém o quadro de interpretações pode **ou não** ser ampliado quando se efetua a realização da concordância, e o participípio passa a assumir um valor mais adjetival, podendo ainda manter o valor verbal, a depender da construção em que se apresenta, conforme vimos em (105).

3.4 Concluindo o capítulo (Sintetizando as análises)

De acordo com Medeiros (2014, p. 64), a perda das marcas flexionais de concordância associada à fixação da ordem V PTP (verbo + participípio) são evidências de que o processo de gramaticalização dos verbos *ter/haver* já estaria concluído no século XVI, século em que dificilmente encontra-se documentada a concordância entre o participípio e complemento. Segundo a autora, essa é uma evidência de que o participípio não é mais interpretado como um adjetivo, e sim como verbo. Assim, a autora vai dizer que o papel de predicador é delegado ao participípio e o auxiliar funciona como marcador de pessoa, número, tempo e modo.

Segundo Perini (2005, p. 320),

⁹² Do ponto de vista sintático, o participípio *fechadas* é um modificador de *cartas*. E assemelha-se muito a *cartas azuis*, por exemplo, com a diferença de que o participípio *fechadas* “tem força verbal e assinala uma atividade realizada”, enquanto que *azuis* “expressa uma qualidade nominal” (CAMARA JR., 1976, p. 165 *apud* MIARA, 2013, p. 59).

⁹³ Há casos ambíguos. Quando o participípio está na forma invariável assume a forma em *-do*. Se o constituinte seguinte estiver no masculino singular (Lucas tem escrito o poema), pode haver duas possibilidades as quais, somente o contexto situacional consegue dissolver a ambigüidade, ou seja, não se sabe se o participípio é invariável e corresponde à locução *ter escrito* (ação) ou se o participípio apenas estaria concordando com o constituinte *o poema* que sendo masculino singular, pediria um participípio (nominal) também masculino singular. Este fato singular não acontece com as demais formas dos constituintes, pois, a própria harmonização dos traços de gênero e número do participípio com o constituinte que se segue, indica, por si só o sentido adjetival do participípio.

O que há de claro e característico nos verbos — e que nos permite identificar os verbos sem grande dificuldade — são seus traços morfossintáticos. Um verbo é um lexema que varia em número, pessoa e tempo.

O detalhe é que a categoria de que tratamos (o particípio) apresenta a possibilidade para a realização de traços morfológicos [+Gen] e [+Num] e não de traços característicos do verbo: tempo, modo e pessoa. Entretanto, convencionou-se, para a norma padrão do PB, que, quando não há realização da concordância, o que temos é um tempo pretérito chamado composto, formado por um verbo auxiliar + um verbo principal no particípio. O fato é que sempre existiu uma outra estrutura muito semelhante a esta, que se realiza, no entanto, com a efetivação do uso dos traços de [+Gen] e [+Num]. Tal estrutura parece ser ignorada pelos gramáticos normativos. A respeito da concordância de particípio, os mais tradicionais dizem que o particípio é verbo quando não varia, é nome (adjetivo) quando varia. Ou seja, é adjetivo por variar em gênero e número na voz passiva, ou, quando ao lado de um nome, o caracteriza, é também tomado por adjetivo. Torna confusa a interpretação do particípio quando diz que, diante de *ter/haver* (os auxiliares de tempo composto), permanece invariável, funcionando como verbo principal da oração. Porém, esquece-se de que, mesmo ao lado de *ter/haver*, em determinadas circunstâncias, pode o particípio vir flexionado e que, em alguns casos, há muitas diferenças entre essas duas construções, como já dizia Napoleão Mendes de Almeida (2009).

Com base no que vimos até aqui, observamos que alguns traços formais podem favorecer uma interpretação [+verbal] ou [+adjetival]. A ordem fixada em [V P] e a perda das marcas de concordância, por exemplo, são fatores importantes para a interpretação do particípio como verbal. Conforme está representado abaixo:

a. traços formais sintáticos: ordem fixada em V P ([+verbo]); ordem fixada em V C P ([+adjetivo])

Exemplo:

- Em sua conta **temos feito os seguintes lançamentos** [...] (Pará, 28/02/1881)
[+verbal]
- As pillulas do D.^{or} Capper **teem o preço taxado** [...] (Pará, 19/03/1881)
[+adjetivo]

b. Traços formais morfológicos: palavra variável em [+Gen] e [+Num] ([+adjetivo]); palavra invariável ([+verbo])

- Aborracha que digo | em outra carta, que **tinha efetuada a | compra** desde já está em meu poder (Barcellos, 13/03/1881)

- O Damasceno já deve têr pedido 2:500 tigelinhas para seringa. (Santa Fé, 14/07/1881)

Nesse contexto, pode haver uma mudança significativa de sentido ou não. Isso, possivelmente, depende ou do item lexical em questão, o particípio, ou da estrutura sintática em que se apresenta. Assim, não dividimos as construções de *ter/haver* + particípio em apenas duas, mas em três subdivisões. Vejamos.

A primeira, a que é privilegiada pela norma padrão, é a construção de tempo composto, formada por *ter/haver* auxiliar + particípio invariável. Essa construção, como vimos, surge a partir de uma construção que se realizava com o particípio flexionado, ganha prestígio na língua e se expande, sendo trazida aos tempos modernos como uso correto do passado perfectivo composto. Nela, à exceção dos casos ambíguos de que já falamos, só há uma única interpretação: a do particípio assumindo a forma verbal:

1. [ter/haver + particípio não flex.]: *ter/haver* são auxiliares [servem para indicar categorias verbais como tempo, modo, número e pessoa], o particípio atua também como verbo [verbo principal da oração] e indica uma ação passada, expressa pelo tempo composto

Ex.: Depois de ter fechado as primeiras cartas, lembrou-me ms de pedir o que abaixo se segue. (Tabatinga, 10/4/1879)

A segunda construção, assumindo a nomenclatura em Medeiros (2014), é uma construção *transitiva-predicativa* que evidencia o sentido pleno dos verbos *ter/haver* que tem como complemento um *small clause* formada por um sintagma determinante e um particípio modificador. Atuando como adjetivo, o particípio deve concordar em gênero e número com o substantivo a que se refere.

2. [ter/haver + particípio flex.]: *ter* ou *haver* são verbos plenos [indicam posse]. Dizemos que, nessa estrutura, o particípio harmoniza os traços de gênero e número com o substantivo a que se refere, atua como adjetivo, caracteriza o nome a que se refere.

Entretanto, apenas com um subgrupo de verbos (VTD) (corrigir, apreender, usar), em determinadas estruturas sintáticas, a alteração na estrutura morfossintática da construção com *ter/haver* + particípio pode alterar o significado. Observemos o Quadro 7 abaixo:

Quadro 7 - Flexão de particípio e mudança de sentido

	Forma	Função
1	Tenho corrigido as provas	Há tempos venho corrigindo provas
2	Tenho corrigidas as provas	As provas já estão prontas/corrigidas
3	Tenho apreendido as drogas	Há tempos venho apreendendo drogas
4	Tenho apreendidas as drogas	Possuo as drogas que estão apreendidas
5	Tenho usado as meias	Há tempos venho usando as meias
6	Tenho usadas as meias ⁹⁴	Possuo meias que estão usadas

Fonte: Autora da pesquisa, 2021

Quando essa diferenciação de sentido é latente, dizemos que a construção faz parte da tendência em (b.i), ou seja, a permanência das construções com particípio flexionado ocorre por uma oposição evidente das classes gramaticais e, conseqüentemente, das noções semânticas veiculadas pelo particípio. Em nosso *corpus*, apesar de encontramos um dado com particípio flexionado, ele não demonstrou apontar para essa tendência de diferenciação latente de sentido:

Ex.: Aborracha que digo | em outra carta, que **tinha efetuada** a | **compra** desde já está em meu poder (Barcellos, 13/3/1881)

Apenas no ano de 1879 encontramos um exemplo que pudesse favorecer as duas interpretações:

Ex.: Com franquesa lhe digo que estou sem **meias**, e pr isso desejo que o am.^o me remetta uma dusia dellas mas que sejam boas ainda m.^{mo} de côr pr que não sejam caras, pr q alama aqui estragou **as que tinha já uzadas**. (Tabatinga, 9/3/1879)

A esse respeito, retomamos os princípios de estratificação e divergência que apontam para a possibilidade de permanência de construções que deram origem a itens gramaticalizados, como é o caso da estrutura com particípio flexionado que, em última instância, propiciou o surgimento das construções com particípio invariável, mas ainda assim, permaneceram na língua, em determinados casos, compondo um domínio funcional diferente daquele segundo domínio [+ verbal] criado. Nesse contexto, o princípio da marcação correlaciona a complexidade estrutural, a baixa frequência e a mais alta complexidade cognitiva da construção marcada [+plural] em oposição a menos marcada [-plural], revelando que a construção menos marcada foi a que prevaleceu na língua em termos de frequência. Por fim, o princípio da iconicidade prevê que a estrutura mais marcada [+ plural] apresenta uma quantidade maior de

⁹⁴ A ordem mais comum para essa estrutura é: [tenho as meias usadas]

informação por apresentar uma quantidade maior da forma – a estrutura não marcada (tempo composto), comumente, indica apenas uma ação, evidenciada pelo verbo no particípio. Já a estrutura marcada (com particípio flexionado), além da ação, indica um estado ou uma qualidade do objeto afetado por essa ação. Nesse contexto, o princípio da iconicidade prevê que essa diferenciação na quantidade de informação foi o que possibilitou a sobreposição da estrutura menos marcada [- plural] sobre a mais marcada [+ plural] em termos de frequência.

O terceiro e último modelo de construção corresponde a um determinado subgrupo de verbos em que não há mudança na interpretação do particípio. Encaixando-se na tendência (b.ii), ou seja, a concordância pode se realizar por atração sintática ou por reanálise, mas as duas construções podem estar constituindo variantes no sentido de Labov.

3. [ter/haver + particípio flex.]: o particípio flexiona em gênero e número, mas continua denotando uma ação, ainda que haja marcas de flexão nominal - <s> de plural; <a> de feminino.

Ex.: Peço-lhe mil desculpa já não **ter lhe remetida** a sua importância (Teffé, 7/4/1879)

Com um subgrupo de verbos, tradicionalmente classificados como VTDI, – com a presença do OI [+humano], a realização da concordância parece ser insuficiente para determinar sentidos diferentes. Ou seja, “já não **ter lhe remetida** a sua importância” é equivalente a “já não **ter lhe remetido** a sua importância” em termos de significado, ou seja, remete-nos ao contexto de neutralização a que nos referimos anteriormente. Nesse contexto, a presença do ‘lhe’ é um traço importante.

Transformando para o discurso indireto e desenvolvendo o pronome oblíquo *lhe* em um SN, temos:

(a) Ele **tinha remetido** a importância **ao/para o comandante**

(a1) Ele **tinha remetida** a importância **ao/para o comandante**

O mesmo vale para verbos como *enviar*, por exemplo:

(b) Desculpa não ter enviadas as cartas ao comandante

(b1) Ele **tinha enviado** as cartas **ao comandante**

(b2) Ele **tinha enviadas** as cartas **ao comandante**

A partir disso, inferimos que, quando há presença do OI (lhe), não há mudança de sentido aparente, o particípio continua denotando ação (ação de *remeter*, ação de *enviar*). Neste caso, não parece haver ‘espaço’ para uma estrutura em que o particípio esteja ‘caracterizando’ o nome, não parece haver uma relação sintagmal entre o particípio ‘enviadas’ e o SN ‘as cartas’.

Nessa tendência, encaixamos também alguns verbos de diátese transitiva/ transitiva de objeto elíptico (PERINI, 2007). Tais verbos, embora possam aparecer concordando com o objeto, não parecem carregar uma noção semântica de adjetivo. Seriam verbos como *matar*, *comer* e *beber*, que não aparecem em nosso *corpus*⁹⁵, mas julgamos interessante apontar.

- a. * **Tinha matados**⁹⁶ os pais
- b. * **Tinha bebidos** os sucos
- c. * **Tinha comidas** as bananas

Não parece haver, com esses verbos, espaço para dizer que “alguém tinha a posse dos pais *matados*, já que, para uma interpretação de “posse”, a tendência é utilizar o particípio *mortos* do verbo *morrer*. A interpretação de posse para os “*sucos bebidos e bananas comidas*” parece igualmente inviável, já que uma vez alguém *tenha bebido os sucos*, ou *tenha comido a banana*, não há possibilidade para alguém os possuir.

Observamos, a partir dessa discussão, que a estrutura que se compõe de *ter/haver* + particípio não se subdivide apenas em duas, mas em três. A primeira delas é contemplada pela norma padrão – construções de tempo composto – não abre margens para muitas interpretações além da interpretação do particípio como verbal. A segunda, embora não receba atenção dos gramáticos, evidencia uma interpretação do particípio como nominal, e o uso da concordância pode apontar para duas tendências: a de mudança evidente de sentido da sentença ou da inalteração do sentido, e isso pode depender do item lexical em questão ou da construção sintática em que a estrutura *ter/haver* + particípio se apresenta. Na terceira e última construção, embora o particípio receba as marcas de flexão, só pode ser interpretado como verbo.

⁹⁵ Apesar de não estar em nosso *corpus*, trouxemos, nas primeiras seções deste trabalho, alguns exemplos para o verbo *matar* retirados da Web. Conforme dissemos, com esses dados, apenas objetivamos enriquecer nossas análises, mas um tratamento mais rigoroso de exemplos dessa proveniência pode ser feito em outra oportunidade.

⁹⁶ Sabemos que a construção não seria estranha se feita com o particípio *irregular* (*morto*), mas nesse caso, alteraríamos o sentido, já que queremos apontar a ação de *matar* e não o processo de *morrer*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação foi proposta uma descrição de sentenças construídas com *ter/haver* + participípio a partir dados provenientes de cartas comerciais manuscritas registradas na região amazônica no século XIX, retiradas do acervo de J.G Araújo. Buscamos inicialmente detectar o uso do participípio flexionado quando ao lado de verbos como *ter/haver* e evidenciamos que, embora a construção continue existindo no século estudado, a frequência é baixa, pelo menos, no gênero textual investigado.

Nesta investigação, inicialmente, propusemos três perguntas que nortearam nossa pesquisa: i) como se davam as relações de concordância do participípio com o objeto direto em construções com *ter/haver* em cartas do século XIX no Amazonas? ii) No século XIX já é possível identificar o desaparecimento definitivo das formas de participípio flexionado quando ao lado de *ter/haver*? iii) Por que nem todos os participípios permitem que haja uma relação de concordância com o objeto em um uso natural da língua? iv) Há algum componente morfológico e/ou semântico na estrutura do participípio que condicione a flexão de gênero/número produzindo sentidos diferentes?

A partir dos dados analisados, evidenciamos um uso quase que categórico de participípio não flexionado quando em construções com *ter/haver*, tendo encontrado apenas um único dado com participípio mantendo a relação de concordância com um outro elemento de natureza substantiva. Isso, de certa forma, responde à nossa segunda pergunta de pesquisa: embora em baixíssima frequência, não podemos ratificar a hipótese de alguns autores a respeito do desaparecimento definitivo das formas flexionadas nessas construções. Pelo contrário, tendemos a apostar, juntamente com Naro e Braga (2000), Medeiros (2014) e Castilho (2019), na sobrevivência da sintaxe antiga em determinados contextos sintáticos e em determinados contextos discursivos.

Quanto a nossas duas últimas perguntas, apresentamos algumas conclusões parciais apenas. A justificativa para isso centra-se na dificuldade encontrada para se trabalhar com um *corpus* maior e mais homogêneo ou até mesmo com dados de proveniência diferente para que pudessem nos trazer resultados mais conclusivos. Explicamos. Trabalhar com dados escritos, embora possa nos trazer grandes esclarecimentos a respeito de inúmeros fenômenos sob uma perspectiva diacrônica, pouco contribui para a investigação da atitude do falante frente a duas formas coocorrentes ou concorrentes, e isso, de certa forma, dificultou nosso caminho na tentativa de compreender a interpretação dada por este usuário da língua a construções com participípio flexionado quando ao lado de *ter/haver*: se uma interpretação [+adjetival], [+verbal] ou se um contexto de neutralização. Portanto, para estas duas perguntas específicas, lançamos,

ainda que parcialmente, algumas hipóteses: a) a ordem fixada em [V P] e a perda das marcas flexionais de concordância favorecem a interpretação do particípio como [+verbal]; b) o entorno gramatical, os constituintes e expressões (marcadores discursivos, temporais) podem condicionar uma interpretação [+verbal] do particípio; c) verbos de natureza bitransitiva com o participante na posição objeto representado por um ser [+animado] bloqueia o traço [+adjetivo] do particípio em determinados contextos sintáticos, implicando também uma interpretação [+verbal] do particípio; d) um subgrupo de verbos transitivos (corrigir, apreender, usar) podem permitir com mais facilidade as duas interpretações [+ verbal] ou [+ adjetival]; e e) um subgrupo de verbos de diátese transitiva ou transitiva de objeto elíptico (PERINI, 2007) parecem bloquear, mesmo quando flexionados em gênero e número, uma interpretação [+ adjetival].

A respeito dos princípios funcionalistas adotados neste trabalho, concluímos que o processo de gramaticalização pelo qual passaram os verbos *ter/haver* por volta do século XIII, desencadeou aquilo que Zilles (2007) chama de feixe de mudanças inter-relacionadas. Nesse contexto, estaria o particípio, com uma progressiva perda das marcas de concordância quando ao lado desses verbos gramaticalizados. Os subprincípios da estratificação e da divergência, propostos inicialmente por Hopper e Traugott (1993), ganharam destaque em nosso trabalho, ambos por pressuporem a emergência de novas formas dentro de um domínio funcional sem que necessariamente a estrutura original desaparecesse, o que evidenciamos no caso específico das duas estruturas com particípio alvo de nossa investigação.

A respeito dos princípios de marcação e iconicidade, evidenciamos uma relação entre a alta complexidade estrutural e cognitiva das formas mais marcadas [+ plural], bem como, a maior quantidade de informação nessa forma e a baixa frequência das estruturas com particípio flexionado (mais marcada), revelando uma possível confirmação da preferência pela estrutura menor e menos complexa (Lei do Menor Esforço).

Quanto à Transitividade, sob o viés funcionalista, analisamos apenas o dado com particípio flexionado encontrado em nosso *corpus*, que nos permitiu observar que a noção de que o objeto – *a compra* – foi afetado pela ação – *efetuar* – se dá em uma noção contínua, escalar, compreendendo diversos fatores como sujeito agente com alta agentividade e intencionalidade, objeto paciente, dentre outros fatores, que podem determinar a maneira mais ou menos efetiva que um objeto pode ser afetado.

Conforme dissemos anteriormente, um dos pontos mais importantes a ser questionado dentro de uma teoria funcionalista é se o falante interpreta esse particípio como adjetivo ou como verbo. Se ele interpreta como adjetivo, há uma tendência de manutenção das relações de concordância com o elemento a que se refere (ou com o elemento mais próximo), especialmente

se estiver anteposto ao nome a que se refere⁹⁷. Se o interpreta como verbo inserido numa locução verbal, dificilmente fará as relações de concordância, e o deixará invariável quanto ao número, já que as noções de número e pessoa são carregadas pelo auxiliar (e, por ser verbo, sem flexão de gênero)⁹⁸. No entanto, vale resgatar a concepção que se tem a respeito dessa escolha feita pelo falante, que, segundo Berry (1977), pode variar o grau de consciência de uma escolha explícita e consciente até uma escolha completamente subconsciente. Todo modo, trabalhamos com a constatação atestada por alguns trabalhos a respeito desses dois domínios funcionais que o particípio em construções com *ter/haver* pode ocupar. Entretanto, não podemos assumir necessariamente que o falante distingue sempre essa diferenciação de sentido, visto que, em princípio, não adotamos um método que concebesse a avaliação de falantes. Por isso, há uma necessidade de apontar uma terceira via nessa relação dicotômica, a via de neutralização, que é aquela em que o falante pode, mesmo em situações discursivas, interpretar como equivalentes as duas sentenças.

Posto isso, assumimos que nosso trabalho traz algumas conclusões parciais a respeito dessas nuances de significado. Todo modo, não é improficuo o que fazemos aqui, visto que compreendemos que trilhamos um caminho de discussões que possa dar acesso a muitos outros debates em torno desse objeto de estudo.

⁹⁷ Compreendemos que há diversas pesquisas sobre a variação de concordância no PB atual, um trabalho de grande importância em nossa região é “Variação na concordância nominal de número na fala dos habitantes do alto Solimões (Amazonas)” (Martins, 2013). Nesse contexto, acreditamos que o particípio possa ser visto sob esse viés da variação da concordância nominal se interpretado como adjetivo.

⁹⁸ Importante destacar que essa interpretação é feita de forma automática por cada falante e se dá em milésimos de segundos (pelo menos numa fala/escrita mais informal). Normalmente, essa interpretação se dá de forma inconsciente, a não ser que o falante seja induzido a pensar na forma que ele está utilizando.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 46 . ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BANDEIRA, Grace dos Anjos Freire. Sobre o reflexivo SE. In: Viana Rakel Beserra de Macêdo. et. al. (orgs.). *Estudos em sociolinguística variacionista e sociofuncionalismo*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 348p
- BARBOSA, Juliana Bertucci. LONGO, Beatriz Nunes de Oliveira. *Um estudo do pretérito perfeito simples e composto no português brasileiro*. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 07-19, jul./dez. 2003.
- BARRETTO, Máira Cristina Dórea. *A chamada derivação imprópria na tradição gramatical*. *Rev. de Letras*. vol. 18. n.º.2 – jul/dez, 1996.
- BASÍLIO, Margarida. *A morfologia no Brasil: Indicadores e questões*. D.E.L.T.A., Vol. 15, n.º ESPECIAL, 1999 (53-70)
- BASÍLIO, Margarida. *Formação e classes de palavras no Português do Brasil*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BUENO, Francisco da Silveira. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958
- CAMACHO, Roberto Gomes. *Construções relativas nas variedades do português: uma interpretação discursivo-funcional*. *Filol. linguíst. port.*, São Paulo, 15(1), p. 179-214, Jan./Jun. 2013.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso (1970). *Estrutura da língua portuguesa*. 37ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. 124 p.
- CASTILHO, AT. *Análise multissistêmica das minissentenças*. In: RIBEIRO, SSC., COSTA, SBB., and CARDOSO, SAM., orgs. *Dos sons às palavras: nas trilhas da Língua Portuguesa* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 62-81. ISBN 978-85-232-1185-1. Disponível em: <http://books.scielo.org/>
- CASTILHO, Ataliba T. de (org.). *História do Português Brasileiro: mudança sintática das construções: perspectiva funcionalista*. vol. 5. São Paulo: contexto, 2019.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *História do Português Brasileiro: mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista*. vol. 4 São Paulo: contexto, 2019.
- CINTRA, Lindley; CUNHA, Celso. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- COELHO, Izete Lehmkul. et. al. *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.
- COELHO, Izete Lehmkul. et. al. *Sociolinguística*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010. 172p

- COSTAS, F.A.T. FERREIRA, L.S. Sentido, significado e mediação em Vygotsky: implicações para a constituição do processo de leitura. *Revista Iberoamericana de educación*. N. 55, p. 205-223. 2011
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico 1976.
- CUNHA, M.A.F. et.al. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, M^a Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional – teoria e prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 21-48
- CUNHA, M^a Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional – teoria e prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da. TAVARES, Maria Alice. Funcionalismo e ensino de gramática [recurso eletrônico] / organizadoras – 1. ed. – Natal, RN : EDUFRN, 2016. 223 p. Disponível em: www.edufrn.ufrn.br. Acesso em: 20/03/2022
- FARACO, Carlos Alberto. *Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. 2. Ed. São Paulo: Parábola, 2005.
- FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. In: *Galego e Português brasileiro: história, variação e mudança*. Labor Histórico, Rio de Janeiro, vol. 3 (2): 1-134, jul./dez. 2017
- FERREIRA, Lúcia Maria Alves. Estabilidade e continuidade semântica e sintática. In: CUNHA, M^a Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional – teoria e prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 63-78
- GORSKI, Edair Maria. TAVARES, Maria Alice. *Reflexões teórico-metodológicas a respeito de uma interface sociofuncionalista*. Revista do GELNE, Natal/RN, Vol. 15 Número Especial: 79-101. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/download/9411/6765/>
- GRODT, Aline. *Um estudo sobre produtividade derivacional no português falado no sul do Brasil*. Dissertação (Teoria e Análise Linguística). Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.
- HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. 2.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- JARDIM, Fernanda Lima. *Formação e estrutura dos participios passados: implicações no uso do português do Brasil e de Portugal*. Tese de doutorado. UFSC, Florianópolis, 2019
- KATO, Mary. A. *Variação Sintática e estilo*. Campinas: Cad.Est.Ling., 1992, jan./jun. (22): 127-137
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. BAGNO, Marcos; SCHERRE, Maria Marta P.; CARDOSO, Caroline R. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 46. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007

LOBATO, Lucia. *Sobre a forma do participio do português e o estatuto dos traços formais*. DELTA, São Paulo, v. 15, n. 1, Feb. 1999. Disponível em <https://www.scielo.br/j/delta/a/sFbFXbDbv3swMdRgTMT636d/?lang=pt>. Acesso em:

MARTELOTTA, Mário Eduardo. A mudança linguística. In: CUNHA, M^a Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional – teoria e prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 49-62

MARTELOTTA, Mário Eduardo; KENEDY, Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, M^a Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela MARTELOTTA Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional – teoria e prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; KENEDY, Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, M^a Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA Mário Eduardo (orgs.). *Linguística funcional – teoria e prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 11-20

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. (orgs.). *Gramaticalização no Português do Brasil: Uma abordagem funcional*. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Grupo de Estudos Discurso & Gramática. Rio de Janeiro, 1996.

MEDEIROS, Carolina Salgado Lacerda Medeiros. *Ter/haver + participio passado: um caso de mudança no português arcaico*. Dissertação (Letras Vernáculas). Programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

MENON, Odete Pereira da Silva. *O sistema pronominal do português do Brasil*. Letras, Curitiba, n.44, p.91-106. Editora da UFPR, 1995.

MIARA, Fernanda Lima Jardim. *Participios Duplos: usos, desusos e alguns “intrusos”*. Dissertação (Sociolinguística e Dialectologia). Programa de Pós-Graduação em linguística da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

MÓIA, Telmo. *Algumas áreas problemáticas para a normalização linguística – disparidades entre o uso e os instrumentos de normalização*. In: Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL, 2004, p. 109-125.

NARO, Anthony Julius. BRAGA, Maria Luiza. *A interface sociolinguística/gramaticalização*. Niterói, n. 9, p. 125-24, 2. sem. 2000

NARO, Anthony Julius. *Variação e funcionalidade*. Rev. Est. Ling., Belo Horizonte, v.7, n.2, p.109-120, jul./dez. 1998

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática funcional: interação, discurso e texto*. São Paulo: Contexto, 2018.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Uma visão geral da gramática funcional*. Alfa. vol. 38. São Paulo, 1994. p. 109-127

NEVES, Maria Helena Moura. *O legado grego na terminologia gramatical brasileira*. Revista Alfa, São Paulo, 55 (2): 641-664, 2011.

- NUNES, Joaquim José. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa: fonética e morfologia*. 5.ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora. 1956.
- PERINI, Mário A. *Estudos de Gramática descritiva: as valências verbais*. ?, 2007
- PERINI, Mario A. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- PERINI, Mario A. *Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- PIMENTA-BUENO. As **formas [v+do] em português** – um estudo de classes de palavras *DELTA: Documentação E Estudos Em Linguística Teórica E Aplicada*, 2(2). Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/31248>. Acesso em: 20/03/2022
- ROSA, Eliane da. *Sociolinguística Histórica*. REVISTA DE LETRAS - v.17, n. 21, jul./dez. 2015 – UTFPR – CURITIBA. Disponível em: <http://periodicos.utfpr.edu.br/rl>
- SAID ALI, Manuel. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Companhia melhoramento, 1931.
- SANDAMANN, Antonio J. *Competência Lexical: Produtividade, Restrições e Bloqueio*. Curitiba, Ed. UFPR, 1990.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006, [1916].
- SILVA NETO, S. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1950.
- SILVA, Inaciane Texeira da. *O uso do particípio em formações verbais no português do Sul do Brasil*. Dissertação (Estudos da Linguagem). Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.
- SILVÉRIO, Sandra Mara. *O sistema temporal do português brasileiro*. Tese de doutorado. UFSC, Florianópolis: 2001.
- SOUSA, Pe. Eurípedes de Oliveira e. *Noções de Gramática e de Língua Portuguesa*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1953
- TAVARES, M. A. *A gramaticalização de e, aí, daí e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. Tese, Florianópolis: UFSC, 2003.
- TAVARES, Maria Alice. *Um duplo olhar sobre a variação e mudança linguística. Interdisciplinar*. Edição Especial ABRALIN/SE, Itabaiana/SE, Ano VIII, v.17, jan./jun. 2013
- TORRES, Fábio Fernandes. *Os domínios funcionais do gerúndio em língua portuguesa*. Tese. (Descrição e Análise Linguística). Programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.
- WATTHIER, Luciane. *Manifestações da linguagem oral na produção escrita do gênero carta de apresentação: aspectos discursivos/textuais e didáticos*. Tese (Linguagem e Sociedade).

Programa de pós-graduação Stricto Sensu em Letras, nível de Mestrado e Doutorado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2016.

ZILLES, Ana Maria. *O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de 'a gente'*. Letras de Hoje. Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 27-44, junho, 2007

ⁱ Exemplo do portal Globo, disponível em: <https://g1.globo.com/ac/cruzeiro-do-sul-regiao/noticia/2019/04/16/policia-apreende-mais-11-jabutis-vivos-e-25-kg-de-carne-de-caca-no-interior-do-ac.ghtml> (acesso em 08/09/2021)

ⁱⁱ Exemplo do portal Lume, disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11163/000606053.pdf> (2007) (Acesso em 08/09/2021)

ⁱⁱⁱ Exemplo do portal Lírio do Vale, disponível em: <https://diariodovale.com.br/tempo-real/prf-apreende-mercadoria-pirata-na-via-dutra/> (20/11/2019) (Acesso em 08/09/2021)

^{iv} Exemplo do portal Folha Uol [12/01/2001], disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1201200124.htm> (acesso em 04/10/2021)

^v Exemplo da Coluna de Contos semanais, disponível em <http://www.henriqueschneider.com/home/?pagina=noticias1&codigo=157> (acesso em 04/10/2021)

^{vi} Exemplo nosso

^{vii} Exemplo retirado do portal Marvel Ucm, disponível em <https://marvelucm.com/cinema/marvel-por-que-capitao-america-nao-contou-para-tony-que-bucky-matou-seus-pais/> (acesso em 04/10/2021)

^{viii} Exemplo retirado do portal paraiba.com [16/03/2021], disponível em <https://paraiba.com.br/2021/03/16/homem-mata-casal-de-idosos-a-golpes-de-machado-por-suspeitar-que-eles-teriam-denunciado-som-alto/> (acesso em 04/10/2021)

^{ix} Exemplo nosso

^x Exemplo disponível em: <https://agoraquesoumae.com.br/relato-de-parto-parte-2/> (acesso em 10/02/2020)

^{xi} Exemplo disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/cia-do-pastel/indignada_14857073/ (acesso em 10/02/2020)

^{xii} Exemplo disponível em: https://www.reclameaqui.com.br/masa-empreendimentos-imobiliarios/decepcionada_SOtWEJkvKOX3rkC/

^{xiii} Exemplo do portal Operação Amazônia Nativa, disponível em: <https://amazonianativa.org.br/2020/11/03/arlindo-pudata-mais-um-grande-amigo-que-se-foi/> (acesso em: 10/11/2021)